

O Botucudo Tibagyano

Análise sobre os registros etnográficos de
Telêmaco Borba

Ana Cristina Vanali



ANA CRHISTINA VANALI

O Botucudo Tibagyano

Análise sobre os registros etnográficos de
Telêmaco Borba

Coleção Teses do Museu Paranaense
Volume 2



Este livro foi diagramado e produzido pela EDIÇÃO POR DEMANDA, por encomenda do autor, que detém todos os direitos de conteúdo, comercialização, estoque e distribuição dessa obra.
www.edicaopordemanda.com.br

Diagramação: Equipe da Edição por Demanda.

ISBN: **978-85-67310-02-2**

V217 Vanali, Ana Crhistina
O botucudo tibagyano : análise sobre os registros etnográficos de Telêmaco Borba / Ana Crhistina Vanali.— Curitiba : SAMP, 2013.
194 p. ; il. — (Teses do Museu Paranaense ; v. 2)

ISBN: 978-85-67310-02-2

1. Etnologia – Brasil. 2. Borba, Telêmaco Augusto Enéas Morocines, 1840-1918. 2. Etnógrafo paranaense – Biografia. 3. Índios Kaingang. I. Título.

CDD (20.ed.) 305.8

CDU (2. ed.) 572.9

IMPRESSO NO BRASIL/PRINTED IN BRAZIL

ANA CRISTINA VANALI

O Botucudo Tibagyano

Análise sobre os registros etnográficos de
Telêmaco Borba

Coleção Teses do Museu Paranaense
Volume 2

Primeira Edição

CURITIBA
2013

Sociedade de Amigos do Museu Paranaense

Créditos

Governador do Paraná

Beto Richa

Secretário de Estado da Cultura

Paulino Viapiana

Diretora-Geral da SEEC

Valéria Marques Teixeira

Coordenadora do Sistema

Estadual de Museus

Christine Vianna Batista

Diretor do Museu Paranaense

Renato Augusto Carneiro Junior

Capa

Raquel Cristina Dzierva

Editoração

Roberto Guiraud - Designer

Fotos e Ilustrações

Acervo do Museu Paranaense

Sociedade de Amigos do

Museu Paranaense – SAMP

Marionilde Dias Brepohl de Magalhães

Presidente

LEI DE
INCENTIVO
À CULTURA



Apoio



Patrocínio



Realização

Ministério da
Cultura



Este livro foi impresso com recursos da Lei Rouanet.

Sumário

APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO

1 - TELÊMAGO BORBA	17
1.1 - Identificando o personagem.....	20
1.2 - O Sertanista: funcionário do Sistema de Aldeamentos do Paraná.....	23
1.3 - O Político: “deputado crônico e prefeito vitalício”.....	33
1.4 - O Etnógrafo.....	56
2 - A “ACTUALIDADE INDÍGENA”	61
“Ao leitor”.....	69
“Breve notícia sobre os índios Caingangues que, conhecidos pela denominação de Coroados, habitam no território compreendido entre os rios Tibagy e Uruguay”.....	70
“Lendas ou mythos dos índios Caingangues”	75
“Combró: narrativa Caingangue”	77
“Cantos para quando fazem enterramento”	78
“Princípio de pequeno vocabulário da língua Caingangue ou Coroado”.....	78
“Diálogo na língua dos Caingangues”	79
“Ensaio de conjugação de verbos em Caingangue”	79
“Cayguás e Guaranis”.....	80
“Vocabulário Caiguá Chavante”	83
“Princípio da conjugação de verbos em Guarani”	84
“Vocabulário Kaingangue e Guarani”	85
“Etimologia de nomes, alguns rios e lugares da Comarca de Guarapuava, na língua dos Coroados, Guaranis”	86
“Caguaré Jaguarete”	87
“Túmulos”	87

“Kaingangues e Guaianãs”	88
“Vocabulário dos idiomas Guaianã e Kaingunge”	94
“Do Jataí ao Salto do Guairá”	94
3 - O INDIGENISMO	97
3.1 - A Política e a Legislação Indigenista no Brasil	98
3.2 - Peculiaridades do Indigenismo no Paraná	106
3.3 - Catequizar e Civilizar	117
3.4 - Curt Nimuendajú	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139
DOCUMENTOS	152
ANEXOS	164
1 - Cronologia da trajetória de Telêmaco Borba.....	164
2 - Genealograma da família Borba.....	173
3 - Bibliografia de Telêmaco Borba sobre os índios do Paraná.....	174
4 - Decreto Imperial nº 426 de 24 de julho de 1845 sobre o regulamento das missões de catequese e civilização dos índios.....	176
5 - Questionário de avaliação do serviço de catequese e civilização dos indígenas.....	187
6 - Documento da instalação da Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais no Paraná.....	189
7 - Primeira Exposição Antropológica Brasileira realizada no Museu Nacional em 1882.....	190
8 - Aldeamento de São Pedro de Alcântara.....	191
9 - Mapa da Localização das Terras Indígenas no Paraná	192
10 - Mapa dos Postos Indígenas no Paraná.....	192

Apresentação

Renato Carneiro Jr.
Diretor do Museu Paranaense

O Museu Paranaense, fundado em 1876, sendo uma das instituições museológicas mais antigas em funcionamento no Brasil, possui uma história de grande relevância científica, com publicações, principalmente nas décadas de 1940 a 1960, de artigos científicos nos campos da zoologia, entomologia, botânica, geografia, arqueologia e antropologia, entre outras.

Com o tempo, a instituição perdeu este lugar de destaque, assumido pela Universidade Federal do Paraná, onde vários departamentos foram criados ou fortalecidos a partir da ação de pesquisadores ligados ao Museu Paranaense, mais fortemente, mas não apenas, nos anos em que esteve à frente da instituição o médico e professor José Loureiro Fernandes.

No entanto, o Museu Paranaense não deixou de fornecer subsídios para se "fazer ciência" em pesquisas de campo ou no fornecimento de fontes para a elaboração de trabalhos acadêmicos em diversos níveis, desde monografias de conclusão de curso a dissertações, teses e artigos científicos. Nossos arquivos, biblioteca e o acervo museológico em geral têm contribuído há gerações para se conhecer mais da cultura, da história e até da pré-história dos que viveram e vivem neste pedaço de território brasileiro a que hoje chamamos de Paraná.

Assim, ao lançar esta coleção de livros com teses e dissertações geradas a partir de nosso acervo, ou com a participação de pessoas ligadas ao Museu, queremos fazer uma homenagem àqueles que buscaram entender diversos aspectos da sociedade paranaense e que ainda tinham seus estudos inéditos, por força de um mercado editorial que não privilegia a produção local. A coleção **Teses do Museu Paranaense** traz ao público, no formato impresso e em edição eletrônica, os estudos que permitiram qualificar a equipe do Museu, atual ou mais antiga, como um importante grupo de pesquisadores no interior da Secretaria da Cultura do Paraná, mostrando seu valor e esforço.

Agradecemos à Sociedade de Amigos do Museu Paranaense e aos apoiadores, como a Companhia Paranaense de Energia - Copel, a Agência de Fomento do Paraná e os demais apoiadores pelos recursos destinados a esta publicação, a partir da Lei Rouanet, do Ministério da Cultura do Governo Federal.

Introdução

Telêmaco ... esse era nada, apenas um rude sertanejo, amigo dos índios e de explorar o vasto sertão do Paraná. (BORBA: 1908, p. 142)

Este trabalho é o estudo de uma obra muito citada nos estudos antropológicos sobre os povos indígenas do estado do Paraná por ser considerada um dos trabalhos que marcaram o pensamento social paranaense do final do século XIX e início do século XX. Chama-se “Actualidade Indígena” e seu autor, Telêmaco Borba, tem sido reconhecido como uma “autoridade dos assuntos indígenas do Paraná”, e também considerado o “etnógrafo paranaense”.¹

Iniciei o trabalho com o objetivo de “ler e interpretar a produção de Telêmaco Borba”, esta era a essência de meu projeto. Descobri que, apesar de ser um autor e uma obra bastante citados e suas informações serem muito utilizadas, haviam grandes lacunas e limitações nos trabalhos anteriores que procuraram elaborar uma análise sobre o autor.²

A questão central desse trabalho é mostrar porque Telêmaco Borba é reconhecido como uma figura notável que tem o aval e a autoridade para falar sobre os índios do Paraná. No primeiro capítulo

¹ FERNANDES, José Loureiro (1946). “*Telêmaco Borba: o etnógrafo paranaense*”. IN: **Revista da Academia Paranaense de Letras**. Curitiba, ano 12, dezembro, pp. 248-251.

² FRANCO (1941), COELHO (1956) e VARGAS (1970).

são retratados diversos momentos e fases de sua vida como sertanista (funcionário do sistema de aldeamentos indígenas no Paraná), político e etnógrafo (escritor de temas indígenas). Porém, ressalto que algumas partes ficaram em aberto por falta de documentação e pelas versões existentes serem desconstruídas e confusas, pois Borba nunca escreveu um ensaio autobiográfico, nem expôs sua intimidade ou a de seus familiares ao conhecimento do público. Mas, através dos seus discursos proferidos enquanto membro da Assembleia Legislativa do Paraná, seus relatórios enquanto funcionário do sistema de aldeamentos indígenas e a quase nula correspondência pessoal localizada, pôde-se observar com quem ele dialogava no momento do registro de suas informações e de que forma ocorreu a formação de sua “personalidade intelectual” diante do fato de ele ser um autodidata.

No segundo capítulo analisei sua publicação “Actualidade Indígena” (1908) que é a coletânea de seus escritos primeiramente publicados em jornais e revistas, nacionais e estrangeiras, entre os anos de 1878 e 1907. Telêmaco Borba acreditava que o registro de suas observações iriam contribuir para as análises mais consistentes e profundas sobre os índios do Paraná. Ele sabia que não tinha uma formação especializada, mas que o momento que estava vivenciando junto aos índios do Paraná era único e “se não deixasse registro dessa época, ninguém mais o faria”. Esse aspecto demonstra o pessimismo com que se encarava o futuro das sociedades indígenas - a partir do século XIX predomina a perspectiva de que essas sociedades iriam desaparecer devido à integração do índio à sociedade nacional. Cada item deste segundo capítulo corresponde a um capítulo do livro de Borba, que por sua vez corresponde a um artigo publicado em

separado. Borba não se dedicou a escrever um livro sobre os índios do Paraná, ele reuniu sobre a forma de livro os vários artigos publicados anteriormente. Nessa análise procurei revelar o potencial etnográfico desses registros, ou seja, como eles podem contribuir para os estudos etnográficos, mas nos capítulos que tratam sobre a apresentação do vocabulário das línguas indígenas, fiz um resumo comentado, pois não possuo conhecimento da língua Kaingang e de linguística, para poder apresentar o verdadeiro potencial desse tipo de registro.

No terceiro capítulo é resgatada a prática do indigenismo no Brasil durante o período de atuação de Borba, fazendo um paralelo com o campo indigenista do Paraná, procurando verificar se neste há uma especificidade traçada pela atuação de Telêmaco Borba.

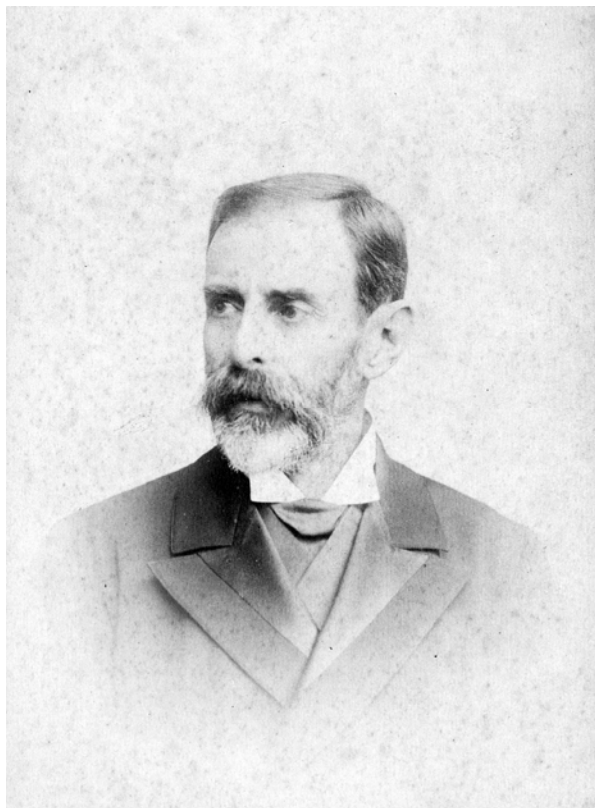
O trabalho, concebido como uma etnografia de uma situação histórica, foi realizado a partir do material levantado no período de abril de 1999 a junho de 2001 nas seguintes instituições:

- em Curitiba: Biblioteca e Setor de Documentação do Museu Paranaense, Setor de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná, Arquivo Público do Paraná, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, Círculo de Estudos Bandeirantes, Biblioteca da Assembleia Legislativa do Paraná, Farol do Saber Telêmaco Borba, Academia Paranaense de Letras, além de entrevista com familiares de Telêmaco Borba.

- em Paranaguá: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná.
- em Tibagi: Câmara Municipal, Prefeitura Municipal, Museu Municipal, Biblioteca Municipal, Casa de Cultura Guataçara Borba, bem como entrevista e consulta à biblioteca de familiares de Telêmaco Borba.
- em Telêmaco Borba: Casa de Cultura, Biblioteca Municipal e Prefeitura Municipal.
- em Castro: Biblioteca do Museu do Tropeiro, Casa da Cultura, Biblioteca Municipal e os Arquivos da Paróquia de Santana.

1

TELÊMACO BORBA



(...) desnudar o mito que se pretende da memória de um político interiorano violento e cruel, exemplar típico do “coronelismo” que mandou e desmandou na sociedade brasileira durante o Império e a Primeira República (...) (BORBA: 1987, p. XV).

O pouco que, a respeito dos indigenas deste Estado, neste folheto escrevemos, é devido á observação que, pelo convívio com elles, desde 1863 temos feito, sem consultar opiniões de escriptores, que não conhecemos, que delles tenham por ventura tractado.

Apezar de nossa ignorancia, percebemos que este folheto é imperfeitissimo, tanto pelo estylo, como pela falta de correcção; mas, cada um dá do que tem e como póde. - Se não nos lembrassemos que os indigenas tendem a, em breve desaparecer; que poucos são os que se preocupam com estes assumptos, que a maior parte de nosso patrícios até os julgam ociosos e desnecessários, não teríamos nos dado ao trabalho de escrever as observações que colligimos. Ellas ahi vão; desejamos que sejam úteis aos estudiosos. Garantimos, sob nossa palavra de homem velho, que escrevemos só a verdade, sem nada inventar. (BORBA: 1908, p. 3).

1.1 - Identificando o personagem

A pesquisa científica e a produção de obras antropológicas tendo por objeto o estudo das sociedades indígenas existentes no Paraná estão ligadas às contribuições dos cronistas, missionários e viajantes que exploraram o litoral e o interior do Paraná, que estabeleceram contato com os povos indígenas aqui existentes. Um exemplo que se pode citar são as observações e os registros das sociedades indígenas do Paraná realizadas por Telêmaco Borba que veio a ocupar uma posição fundamental na medida em que forneceu informações através de seus relatos, orientando as investigações de campo em Etnologia Indígena no Paraná e, de alguma forma, os primeiros estudos de antropólogos paranaenses³ que se dedicaram ao estudo dos povos indígenas por ele observados e registrados.

Seu nome completo era Telêmaco Augusto Enéas Morocines Borba. Nasceu no dia 15 de setembro de 1840, em Curitiba. Era filho de Vicente Antonio Rodrigues Borba (capitão veterano de guerra) e Joana Hilária Morocines (uruguaia, descendente dos doges⁴ de Veneza). Sua obra está intimamente ligada à trajetória de sua vida pessoal. Passou a infância e boa parte da adolescência nas cercanias

³ Ainda não há um estudo aprofundado e crítico sobre a institucionalização da disciplina Antropologia no Paraná. Há artigos que rascunham algumas considerações e apontam os trabalhos do professor José Loureiro Fernandes realizados durante a década de 1940 como os primeiros estudos antropológicos de um paranaense (apesar de ele ter nascido em Portugal) e que culminaram com a fundação do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná na década de 1950 pelo mesmo professor. Também consideram que antes dos trabalhos do professor Loureiro Fernandes, apenas o trabalho de Telêmaco Borba - "Actualidade Indígena" (1908) - pode ser considerado como um trabalho etnográfico realizado por um paranaense.

⁴ Magistrado supremo das antigas repúblicas de Veneza e Gênova na Itália.

de Curitiba, em Borda do Campo (hoje Piraquara), sempre acompanhando de perto a atuação de seu pai como militar e vivenciando vários processos políticos, como a emancipação política do Paraná.⁵ Não localizamos nenhum material que nos permitisse falar de sua infância. As poucas referências sobre esse período de sua vida estão no livro escrito por VARGAS (1970) que é seu tataraneto e que escreveu uma biografia romanceada sobre a vida de seu tataravô.

Como registram as fontes consultadas, foi no final da década de 50 do século XIX, que o Capitão Vicente Borba resolveu enviar sua família para o litoral paranaense para escapar da epidemia de cólera que ameaçava chegar a Curitiba. Morando no litoral, Telêmaco Borba já “um moço feito” interessa-se pelo comércio e entra para o ramo trabalhando com o transporte de erva-mate e com carregamentos de sal (comprava sal em Antonina e revendia em Curitiba, fazia carregamentos de erva-mate de Curitiba para o litoral). Foi por esse meio que conheceu o comerciante de Porto de Cima, Lupércio do Amaral, seu futuro sogro, que o ajudou no início, mas em pouco tempo Telêmaco Borba estava familiarizado com a trilha dos jesuítas (que liga o litoral paranaense ao primeiro planalto) e com a prática do mercado. Casou-se com Rita Maria do Amaral, filha do amigo comerciante, em 1860, quando tinha 20 anos e com ela teve nove filhos (conforme genealograma no Anexo 2). Em 1861 mudou-se com sua família para a Colônia Militar do Jataí, por estar cansado da vida sedentária do comércio.

A Colônia Militar do Jataí, fundada em 1851, por influência do Barão de Antonina era um importante núcleo de defesa dos

⁵ Somente no ano de 1853 é que o Paraná consegue se emancipar da Província de São Paulo.

limites territoriais do país. Foi criada por recomendação de dois exploradores: John Elliot e Joaquim Francisco Lopes. Sua posição geográfica era fundamental aos meios de proteção dos interesses nacionais, pois estava situada no fim da estrada carroçável que ligava o porto de Antonina a uma rede de rios navegáveis. Na hipótese de uma guerra, poderia servir para o transporte de munições e de guarnições para as fronteiras com as nações vizinhas. Também informam as fontes que o governo decidiu dar à Colônia a atenção merecida. Para “catequizar” os índios que povoam a região ao longo dos rios, o governo decidiu criar um aldeamento na outra margem do rio Tibagi, em frente à colônia militar, chamando Aldeamento de São Pedro de Alcântara. Para dirigir o aldeamento convoca um frade capuchinho italiano - Frei Timóteo de Castelnuovo - “que tinha como dever inculcar conhecimentos gerais, de arte e de religião aos índios Kaingang cuja etnia dominava a área” (BOUTIN, 1979, p. 23).

Para o Presidente da Província do Paraná, Joaquim do Carmo, não bastava a implantação de uma Colônia Militar no Jataí e a ação missionária dos capuchinhos, que cumpriam a sua parte, na ocupação e posse da região. Era necessário o trabalho paralelo de aproveitamento do braço indígena, pois os Kaingang atacavam e trucidavam as expedições, dificultando o desbravamento e a posse do território. O que estava faltando era o trabalho dos sertanistas para derrubar a mata e atrair os índios. Então decide convidar os irmãos Borba (Jocelim, Telêmaco e Nestor) para atuarem como sertanistas. Jocelim segue para o Aldeamento de Paranapanema, Nestor para Guarapuava e Telêmaco para o Tibagi.

1.2 - O Sertanista: funcionário do sistema de aldeamentos do Paraná

Em 15 de junho de 1863 Borba assumiu o cargo de administrador⁶ do Aldeamento Indígena de São Pedro de Alcântara, permanecendo como funcionário do sistema de aldeamentos indígenas do Paraná até o ano de 1873. Este período propiciou-lhe, devido ao contato com os índios, a coleta do material que foi a base da produção de seus textos centrados na temática indígena,⁷ despertando seu interesse pelos estudos etnográficos tendo por objeto os povos indígenas do Paraná, dando assim, os primeiros passos como o “etnógrafo paranaense”. Durante esses dez anos, Telêmaco Borba percorreu a rota entre os aldeamentos buscando sempre encontrar um melhor meio de comunicação entre eles. No ano de 1865 assume a administração do Aldeamento de São Jerônimo a pedido do sertanista Joaquim Francisco Lopes, dividindo-se na administração dos dois aldeamentos. (Vide Anexo 3, com o material produzido por Telêmaco Borba sobre os índios do Paraná).

Ao assumir seu posto como administrador de aldeamento indígena, Borba reencontra seu *habitat*, pois os aldeamentos eram as portas para os sertões e a expectativa de aventura lhe atraía desde os

⁶ O quadro funcional dos aldeamentos era composto pelos seguintes funcionários: um diretor (que no Paraná foi caracterizado por ser um missionário capuchinho), um administrador, um ferreiro, um carpinteiro e operários, cujos salários eram pagos com a verba “Catequese e civilização” que o governo central repassava às províncias. (AMOROSO: 1998, p. 122-123).

⁷ No Anexo 3 encontra-se uma relação do material produzido por Telêmaco Borba sobre os índios do Paraná.

tempos de sua infância na região de Curitiba, quando sonhava em encontrar as ruínas de Guaíra. Ele passa pelas duras provações da experiência sertanista e demonstra ter habilidade para compreender e conviver com os índios. Percebe que o índio era arredo ao contato com os não índios e que para ganhar a amizade tinha que conquistar sua confiança, mas isso requeria paciência, prudência e perseverança, por isso passa a compartilhar de todos os instantes diários do aldeamento acompanhando os índios à caça, à pesca e ao caingire (espécie de combate). Logo se familiariza com as crenças, os costumes e as línguas indígenas.⁸ Participa de alguns rituais e se interessa pelas lendas e mitos, mas procura fazer com que os indígenas se interessassem em incorporar um novo sistema social que deveriam obedecer, afinal era para a realização desse trabalho que ele e os capuchinhos eram pagos. Defendia a incorporação do índio à civilização. O trabalho dos aldeamentos seria temporário, apenas para “amansar e civilizar” os índios e depois eles estariam prontos para serem incorporados à sociedade nacional como trabalhadores. Para Telêmaco Borba os índios tinham necessidade de instrução: primeiro os atraía com os brindes, depois os domesticava fazendo perder seus costumes hostis e tornando-os mansos e então seriam preparados para a vida civilizada através da instrução e da educação, podendo

⁸ Não podemos esquecer que os aldeamentos abrigavam indígenas de diferentes etnias. Borba apresenta um *flash* da pluralidade étnica que caracterizava os aldeamentos: *Na manhã do dia 1º de Janeiro de 1876 o porto da Colônia Militar do Jataí estava tão animado que quem a ele se dirigisse ficaria sem dúvida admirado de a tais horas encontrar ali já tanta gente reunida e tanto movimento. Ali se achava grande parte dos habitantes da Colônia, homens de caracteres tristonhos e taciturnos; índios Coroados do vizinho aldeamento, envoltos em seus grandes curús, indagando curiosos; oito índios Caiguás, cobertos com seus vistosos chiripás, cada um com seu remo de voga em mão.* (BORBA: 1908, p. 140).

trabalhar e entrar para o “número da população comum”. Por isso fez o registro do que estava presenciando, pois a mentalidade da época ou o propósito era a incorporação dos indígenas à sociedade nacional. Para se atingir esse objetivo foram instalados os aldeamentos indígenas no Brasil.

Borba dividia o espaço de administração dos aldeamentos com os freis capuchinhos. Ele tinha grandes críticas com relação ao trabalho realizado pelos religiosos, pois para ele importava somente a **civilização dos índios** uma vez que a catequese sempre envolvia o aspecto religioso:

- *Catechese* -

Tomando-se no sentido rigoroso do termo, é este o ramo do serviço que menos tem progredido na Província e neste estabelecimento (para expressar-me assim, uso do direito que me conferem 15 anos de observação e pratica nestes sertões e seus aldeamentos), si comparar-se, porém; a domesticidade e o grau de civilização dos indígenas deste com os demais aldeamentos deste sertão, a vantagem ficará a este aldeamento. Si o que constitue domesticidade e principios de civilização é a mansidão de costumes, o arranchamento fixo, o cultivo da terra, a observancia da palavra em seus ajustes, o costume de andar vestidos e imitar nossos uzos,

*os catechumenos do Paranapanema já estão domesticados e meio civilizados. É verdade que este aldeamento tem a vantagem de domesticar índios só da nação Guarany, que são estes, e os Cayguás, fallando a mesma língua, e tendo ambos, costumes mansos e pacíficos.*⁹

*(...) a palavra cathecese quer dizer ensino e principalmente ensino religioso. Quanto aos nosso indígenas, devemos antes de tudo, chamal-os ao grêmio da civilização. Devemos primeiro domesticar-os e depois civilizar-os. O Estado não tem obrigação de ministrar o ensino religioso a ninguém.*¹⁰

Pela leitura destas citações fica claro o trabalho a ser realizado com os indígenas: domesticar consistia em adquirir costumes “mais civilizados”, acabar com o nomadismo, cultivar a terra, seguir as regras da vida civilizada, andar vestido e imitar os costumes dos não índios. Para que os aldeamentos atingissem esses objetivos Borba aconselhava aos presidentes da província do Paraná facilitarem a instalação de engenhos de moagem de cana-de-açúcar e de alambiques nos aldeamentos, pois o modo de chamar o índio à vida civilizada era facilitando o modo de ele se dedicar a indústria, assim

⁹ BORBA, Telêmaco. Aldeamento Indígena do Paranapanema, 06/06/1878. AP 536, vol. 03, pp. 165/167, 1878.

¹⁰ Annaes do Congresso Legislativo do Estado do Paraná. 1ª sessão, 9ª Legislatura, 1908.

o braço indígena seria aproveitado no cultivo da terra e aprenderiam os princípios da vida civilizada. Mas, para os presidentes de província, antes os índios deveriam receber as instruções espirituais que seriam aplicadas pelos capuchinhos para se destruir os “hábitos selvagens” e torná-los aptos para a vida civilizada. A catequese seria a base sólida para a sustentação da conversão dos indígenas à vida civilizada, porém era um serviço apontado pelos presidentes de província como marchando sem norte, não conseguindo convencer os indígenas dos benefícios da civilização, do amor e do trabalho.¹¹

Em 1873, Telêmaco Borba é exonerado do cargo de administrador de aldeamento para servir como guia em explorações das matas paranaenses. Primeiramente, entre 1873-1874 acompanha o engenheiro inglês Thomas Bigg-Whiter na exploração do Vale do Tibagi. O objetivo dessa empreitada era avaliar a área para se saber da possibilidade ou não da construção de uma estrada de ferro ligando Curitiba ao Mato Grosso. Thomas Bigg-Wither também deixou registradas suas observações sobre o contato que teve com os indígenas dos aldeamentos e descreveu as fronteiras étnicas, simbólicas que erguiam-se em São Pedro de Alcântara. Utilizando como índices dos resultados da catequese o aprendizado da língua portuguesa e dos hábitos civilizados pelos índios, o engenheiro inglês notava pouquíssimo sucesso da missão de Frei Timóteo de Castelnuovo na catequese e civilização dos Kaiowá e Kaingang:

¹¹ Voltaremos sobre esse assunto no capítulo 3.

Entre as mulheres, não havia uma absolutamente que entendesse doze palavras de português e, entre os homens, muito poucos compreendiam algumas palavras que você falasse com eles, mas nada sabiam responder em português, a não ser por monossílabos. Quanto às crianças, não pareciam ter nascido à luz da civilização. Verifiquei que entendiam menos a língua do país do que a de seus pais. Nenhuma das que vi sabia falar uma palavra de português, ou entendê-la quando ouviam. Que sentido tinha esse fato? Ora, simplesmente, que o principal objetivo do Governo tinha falhado. A barreira intransponível da ignorância mútua das línguas ainda subsistia com toda a sua força e daí, como era de esperar, não se perceber o menor sinal ou sintoma de uma amalgamação futura dos dois povos. Os índios eram ainda um povo tão distinto e separado quanto no dia em que se estabeleceram, pela primeira vez, na colônia, quinze anos antes. Os seus vizinhos brasileiros apenas lhes permitiam a presença na vizinhança, mas ninguém sonhava em associar-se com eles, nem mesmo empregá-los como trabalhadores em qualquer espécie de serviço.” (...) “...não foram além do conhecimento prático do seu irmão selvagem que tínhamos encontrado anteriormente no baixo Ivaí. Construía e habitavam a mesma espécie de rancho. Repudiavam todas as roupas, exceto quando freqüentavam a parte brasileira da povoação. A poligamia era ainda permitida e as doutrinas do cristianismo completamente desconhecidas deles. (BIGG-WHITER, 1974, p. 411).

Nas notas de Bigg-Wither e no tom de denúncia contra a missão capuchinha, é possível identificar influências de Telêmaco Borba, acompanhante de viagem do engenheiro inglês e nessa época inimigo do diretor de São Pedro de Alcântara. Algumas imprecisões de seu registro da vida em aldeamento são notáveis, como as que se referem ao trabalho dos índios Kaiowá, fato negado pelo observador inglês, que, no entanto, contava com uma tripulação Kaiowá conduzindo sua expedição. O relato de Bigg-Wither, porém, revela a manutenção pelos grupos aldeados da língua nativa e de hábitos tradicionais, informações que são totalmente confirmadas pela correspondência e relatórios oficiais do diretor do aldeamento.

A natureza multicultural do aldeamento de São Pedro de Alcântara foi o resultado de uma fase inicial de difíceis acomodações, que se deram até o início da década de 1860, época marcada por conflitos intertribais, que opuseram os Kaiowá aldeados contra os Kaingang que se aproximavam do sistema de aldeamentos do Tibagi. Nas palavras do capuchinho,¹² emergia deste momento uma povoação caracterizada por “interessante e excepcional combinação de línguas, cores e costumes”. Entretanto, aos olhos dos diferentes agentes, por nenhum momento a pluralidade cultural de São Pedro de Alcântara confundiu-se com um amálgama étnico-cultural, fusão de universos ou interesses dos diferentes grupos sociais e étnicos ali aldeados. Algumas regras básicas permaneceram atuando e estruturando a morfologia daquele corpo social, demarcando fronteiras internas, e estipulando leis da vida em aldeamento.

¹² Frei Timotheo de Castelnuovo ao Comissário da Ordem Menor, 15/06/1881 [ACRJ 21-II-49].

O diretor seguiu ao longo dos anos a recomendação de que era preciso “aproveitá-los em separado”. De fato, o povoamento pluricultural sustentava-se pelo rigoroso cumprimento das fronteiras étnicas impostas por cada grupo social. O aldeamento resultava, assim, menos da capacidade de reunir e amalgamar grupos sociais diferenciados do que da capacidade de interpretação dos limites impostos por cada um desses grupos:

*Tais povos supra pela diversidade de línguas, cores e costumes formam um povoação interessante e excepcional, mas que vivem em uma harmonia admirável, se bem vivem cada uns separados, com suas casas de moradia e lavouras, assim exigindo a prudência, a fim de evitarem que uns aos outros não se prejudiquem em seus interesses (...).*¹³

O zelo com que cada etnia manteve essas fronteiras étnicas pôde ser medido em algumas situações de crise, quando as colônias militar e indígena foram acometidas de algum surto epidêmico. O isolamento dos grupos étnicos mostrou-se bastante eficaz, por exemplo, para conter o avanço da epidemia de varíola nos limites da Colônia Militar e da aldeia dos Kaiowá que em 1877 praticamente

¹³ Frei Timotheo de Castelново ao Comissário da Ordem Menor, 31/06/1880 [ACRJ 21-II-43].

dizimou os Kaiowá aldeados; atingiu de forma mais branda os colonos do Jataí. Os Kaingang, ao que parece, escaparam ilesos.

Desenhadas no espaço físico do aldeamento, tais fronteiras exerciam-se também no plano simbólico, na manutenção das línguas nativas e dos hábitos dos grupos.

Depois, em 1876, juntamente com o irmão Nestor Borba, John Elliot e os irmãos Keller,¹⁴ Borba chega de canoa até o Salto das Sete Quedas. Durante este trajeto descobrem as ruínas de Guaíra ou Ciudad Real, antigas instalações dos jesuítas espanhóis nos sertões do Paraná.

Em 4 de abril de 1878 assume a direção interina do Aldeamento de Santo Inácio do Paranapanema. Segue para lá com a missão de fazer um relatório avaliativo do aldeamento, refletindo sobre o método de atuação da catequese, o estado de domesticação dos indígenas e o futuro que se deveria destinar ao aldeamento. Enviou ao presidente da província as seguintes considerações em 6 de junho de 1878:

¹⁴ Os engenheiros José e Francisco Keller.

Este aldeamento está fundado no ponto mais remoto deste lado da Província, é o ponto de 1º chegada e contacto dos povos selvagens com a civilização. Os índios que procurão a civilização e nossos costumes aqui permanecem primeiro para depois, alguns, espalharem-se, já um pouco domesticados pelos demais aldeamentos.

(...)

O que falta a este lugar, é que o governo conceda os meios de facilitar a indústria a fim de aproveitar o braço indígena no cultivo da terra e princípios da vida civilisada.

(...) minha opinião é que: ou o governo facilite os meios para seu desenvolvimento e progresso rapido, ou trate pura e simplesmente de sua extinção, o que será um mal.

Concluindo, não pesso desculpas a V. Ex.^a pelo modo de exprimir minhas ideias e má redação deste escrito, porque estou acostumado a dizer o que sinto com fraqueza e verdade, embora nos termos rudes que me são habituaes, e julgo que procedendo por esta forma presto serviço a meu paiz e as autoridades que me são superiores.¹⁵

¹⁵ Relatório de Telêmaco Borba sobre o Aldeamento Indígena do Paranapanema, 1878, vol. 03, AP 536, pp. 165/167.

No dia 26 de junho do mesmo ano o presidente da província do Paraná assina a extinção desse aldeamento, alegando dificuldade de manutenção devido à escassa verba para a “Catequese e Civilização” e o não alcance dos objetivos durante o período de funcionamento.

Depois de servir como guia das matas paranaenses, Borba se estabeleceu com sua família, em Tibagi. Em 1877 o governo da província decide reunir os índios Kaingang nas imediações da Serra Negra, em Reserva, no Toldo de Barreiros e Borba é convidado a assumir a chefia dessa missão. Localizamos a documentação referente ao convite do governo da província a Telêmaco Borba para chefiar essa missão,¹⁶ mas não conseguimos localizar dados sobre como ocorreu a instalação desse toldo, quanto tempo durou, que trabalhos e atividades desenvolveu Borba.

1.3 - O Político: “deputado crônico e prefeito vitalício”

Durante o período em que foi funcionário do sistema de aldeamentos indígenas do Paraná, Borba recebeu várias nomeações de cargos públicos, como, por exemplo, suplente de delegado, inspetor escolar e subdelegado de polícia que lhe ajudaram a ser ainda mais conhecido na região do Tibagi.¹⁷

¹⁶ Ver relação dos documentos do Arquivo Público do Paraná em anexo.

¹⁷ Ver cronologia de Telêmaco Borba em Anexo 1.

Dando asas ao seu espírito “indomável”,¹⁸ Telêmaco Borba entra para a vida política em 1880 como membro da mesa eleitoral da paróquia de Tibagi e só sai dela com a sua morte em 1918. Era um autêntico republicano, como demonstraria ao longo de toda a sua existência. Envolveu-se com a Revolução Federalista lutando contra as tropas legalistas de Floriano Peixoto, deixando o país em 1893, exilando-se na Argentina até 1895. Nesse período de quase dois anos de exílio Borba residiu no território de Misiones e recebeu no dia 3 de agosto de 1894 o título de sócio do Instituto Geográfico Argentino, devido aos seus trabalhos sobre os índios do Paraná. Quando de sua estada na Argentina, os jornais locais noticiavam a sua presença com os seguintes dizeres:

Extraordinario!!!

UN EXPLORADOR BRASILEIRO

LO QUE DICE EL CORONEL BORBA - sus exploraciones del Paraná - com Juca Tigre - toma de Iguazu - consideraciones sobre la campaña.

¹⁸ “Indomável” é a expressão usada por Túlio Vargas (seu tataraneto) em seu livro sobre a vida de Telêmaco Borba “O Indomável Republicano” (1970). Neste livro ele também utiliza a expressão “Pajé do Tibagi” para se referir ao conhecimento que Telêmaco tinha sobre os índios do Paraná.

Visitamos hoy al conocido explorador brasileiro coronel D. Telemaco Borba, llegado a esta hace pocos dias; y conversamos lo siguiente:

R: --? Es Ud, el mismo señor Borba que exploró el Paraná, siendo nombrado despues miembro de la Sociedad Geografica Argentina?

B: -- Hice la exploracion de rio Paraná desde 1863 hasta 1876 cabiéndome el honor á que Ud. alude. El resultado de mis estudios es demasiado conocido para molestarlo com ellos.

R: --? No anduvo com fuerzas de Juca Tigre cuando pasó á territorio argentino?

B: -- Mandé una division bajo el caudillo aludido.

R: --? Podria favorecerme com algunos pormenores?

B: -- Com mucho gusto. Cuando en nuestra retirada por falta de provisiones nos aproximamos á Iguazzú solo habia alli unos cuarenta florianistas y apenas hubo resistencia. Ocupamos el pueblo, pero sin encontrar los recursos necessáριο. Ais que seguimos nuestra marcha hasta pasar la frontera argentina. La fuerzas al mando de Juca Tigre asciendeu á unos ochocientos hombres, los que tal vez sean internados en esta República. Juca Tigre posee una gran

reputacion como caudillo astuto y audaz y posee cualidades especiales para la campaña de guerrillas. Pero ahora la falta de recursos há podido mas que las fuerzas inimigas que siempre há sabido derrotar.

R: -- ? Y'lo de Gumercindo ?

B: -- No creo palabra de que lo dice Castilhos. Descontando fuerzas aisladas y ocupadas en comisiones especiales, Gumercindo lleva consigo cinco mil hombres, de las tres armas bien equipadas y municionados. Es de ver la impresion que hace el solo nombre de Gumercindo entre los soldados florianistas y en muchos casos solo basta la aproximacion de que sean. No sé como podrán pelear estos ultimos filas, sobre todo en la estacion actual. Agréguese a este que muchos de sus soldados son colonos españoles e italianos enrolados por la fuerza que ni simpatizan com la causa de Floriano y desertan constantemente. En un reconocimiento que hace com quince hombres vi en una ocasion una veintena del enemigo. Apenas nos vieron tiraron sus armas corrieron hacia nosotros para entregarse. Por supuesto que todos no son asi, pero por lo general se puede afirmar que el soldado florianista pelea sin entusiasmo y aun contra sus propias convicciones. Respecto á la marcha futura de la campaña creo que Saraiva continuará sosteniéndose y que jamás se logrará vencer á Rio Grande.

Nuestra gente es entusiasta, abnegada y de convicciones arraigadas. Nos buscamos sino fines patrióticos y en esse sentido cualquier sacrificio no es poco. No necesito hablar de la justicia de nuestra causa. Por fortuna la reconoce la Argentina entera y su prensa ilustrada tambien. Confio en que á la larga el triunfo será nuestro y agradezco de todo corazon las nobles espresiones de simpatia que tantas veces há expresado EL DIARIO para com la causa de la revolucion. (IN: A República de 22/08/1894, n° 84, p. 1).¹⁹

Essa entrevista demonstra o reconhecimento que Borba possuía fora do país, não se limitava ao território paranaense. Isso foi devido às suas publicações sobre os indígenas paranaenses em revistas internacionais e a sua autoridade como o “grande conhecedor dos índios do Paraná”, que fazia com que sempre fosse procurado pelos estudiosos que chegavam ao Paraná e queriam saber mais sobre a “nossa gente”.

Telêmaco Borba recebeu de seus contemporâneos a denominação de “deputado crônico e prefeito vitalício” devido às

¹⁹ Esta entrevista foi cedida ao jornal argentino “El Diario”, publicado em Buenos Aires. Nela, Telêmaco Borba figura como um herói, o “famigerado ladrão de cavalos” e o revolucionário a favor das verdadeiras ideias republicanas.

suas várias legislaturas como deputado na Assembleia Legislativa do Paraná²⁰ e as várias gestões como prefeito do município de Tibagi.²¹

O objetivo das assembleias legislativas, segundo a Constituição do Império, era propor, discutir e deliberar sobre os negócios provinciais, formando projetos peculiares referentes às suas localidades e urgências sujeitas à apreciação do imperador ou do poder legislativo do império. Também cabia às assembleias legislativas provinciais de acordo com o parágrafo 5º, do artigo 11 do Ato Adicional de 12 de agosto de 1854: *promover, cumulativamente com a assembleia e o governo geral, a organização da estatística da província, a catequese, a civilização dos indígenas e o estabelecimento de colônias.*

²⁰ Eleito deputado para os períodos: **Biênio 1882-1883** (membro da Comissão Permanente de Instrução, Educação, Catequese e Civilização dos Índios e da Comissão Permanente de Contas e Orçamentos das Câmaras Municipais), **1891**, **Biênio 1897-1898**, **1899**, **Biênio 1908-1909** (membro da Comissão Permanente das Câmaras Municipais e da Comissão de Estatística), **Biênio 1910-1911** (membro da Comissão Permanente das Câmaras Municipais), **Biênio 1912-1913** (membro da Comissão Permanente das Câmaras Municipais), **Biênio 1914-1915** (membro da Comissão Permanente das Câmaras Municipais), **Biênio 1916-1917** (Primeiro Vice-presidente da Comissão Executiva e membro da Comissão Permanente de Instrução Pública), **Legislatura 1917** (Primeiro Vice-presidente da Comissão Executiva, membro da Comissão Permanente de Instrução Pública e da Comissão Permanente de Higiene), **Biênio 1918-1919** (primeiro Vice-presidente da Comissão Executiva e membro da Comissão Permanente de Instrução Pública). IN: NICOLAS, Maria. **130 anos de vida parlamentar paranaense (1854-1984)**. Curitiba, 1954.

²¹ Eleito prefeito para os períodos: 1880, 1887-1890, 1892-1895, 1897-1900, 1905-1908, 1909-1912, 1913-1916, 1917-1920. IN: MERCER, Edmundo Alberto e MERCER, Luiz Leopoldo (1973). **História de Tibagi**. Tibagi: s.n.

Sendo a tarefa de catequese e civilização dos indígenas responsabilidade dos governos provinciais, isso explica a contratação de Telêmaco Borba como funcionário do sistema de aldeamentos indígenas no Paraná - a fama de grandes sertanistas e conhecedores das matas do Paraná que possuía a família Borba fez com que o presidente da província os convidasse para participar desse empreitada de “catequese e civilização dos indígenas”.

Com a Proclamação da República reorganizam-se as estratégias políticas do país, e no Paraná não será diferente. Integra esse conjunto de estratégias a questão indígena, pois para os governos republicanos, os índios, na condição de “brasileiros” formariam o contingente de mão de obra necessário para garantir o desenvolvimento, a defesa e a ocupação das fronteiras.

A nível nacional, o principal articulador do projeto republicano para os indígenas foi o Marechal Cândido Rondon,²² que atuou principalmente no período da Primeira República. A nível estadual temos Telêmaco Borba como sendo a principal referência (mas não a única) dos assuntos indígenas do Paraná.

A preocupação ou o interesse de Telêmaco Borba pelos índios do Paraná durante a sua atuação como funcionário do sistema de aldeamentos lhe renderam o título de “o etnógrafo paranaense”. Como deputado ele também irá recorrer à sua “autoridade de assuntos indígenas” para propor emendas, fazer requerimentos ou

²²Marechal Mariano Cândido Rondon foi uma figura importante nos círculos militares positivistas, chefiou a instalação da linha telegráfica que atravessava o Mato Grosso. O contato constante com uma multidão de grupos indígenas até então desconhecidos serviu de eixo à definição de uma política indigenista republicana, com a fundação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), substituído em 1967 pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), do qual é patrono vitalício.

sugestões de leis referentes aos índios do Paraná e questionar certas atuações do governo.

No ano de 1898, Telêmaco Borba apresenta um requerimento ao Governo do Estado, solicitando explicações quanto ao fato de dois funcionários continuarem recebendo salários como diretores de aldeamentos já desativados há alguns anos. E acrescenta:

Ora, tenho em memoria, apesar de tela fraca, que esses aldeamentos há muitos annos que foram extinctos, por serem completamente desnecessarios. V.Ex. sabe, Sr. Presidente, porque V.Ex. conhece de vista as localidades a que me refiro, que os índios que foram catequisados estão perfeitamente mansos, trabalham e entram no numero da nossa população commum, entretanto, no Tibagy, dous cidadãos, dous afillhados, como diz o telegramma da Câmara Municipal do Rio Negro, continuam a receber vencimentos como directores desses aldeamentos, quando nada tem que dirigir. Lendo o acto do governo mandando pagar a esses cidadãos, convenci-me de que realmente dava-se o abuso e dahi a minha resolução de vir pedir informações. Para não alongar-me sobre este assumpto, vou enviar à mesa um requerimento, a cuja leitura peço licença a V.Ex. para proceder.

“Requeiro que, por intermedio da mesa solicite-se do Sr. Governador do Estado as informações seguintes: 1º em que data foram extinctos os aldeamentos indígenas de S. Jeronymo e S. Pedro de Alcântara? 2º porque verba e a que pretexto são pagas aos cidadãos João Ferreira de Miranda Mathilde e Julio Correa de Bittencourt as quantias que recebem pela verba “cathecese”.

Si os aldeamentos estão extinctos não vejo razão para haver directores e, ainda menos, percebendo vencimentos. Peço, portanto, a V.Ex. Sr. Presidente, que providencie no sentido de ver si vêm estas informações antes de encerrados os nossos trabalhos.²³

Como vimos, para Borba o serviço de aldeamentos não cumpriu inteiramente seus objetivos, pois não conseguiu levar ao “grêmio da civilização” todos os índios. Mas aqueles que conseguiram ser amansados e catequizados, estavam incorporados à sociedade nacional como trabalhadores e não via mais razão para se continuar com o serviço dos aldeamentos. Não sabemos qual o destino

²³Annaes do Congresso Legislativo do Estado do Paraná. Quarta Legislatura, 1898. Curitiba: Typ. d'A República, p.300- p.301.

dos dois cidadãos citados no texto acima, pois não mais existem os documentos da Assembleia Legislativa do período estudado.²⁴

Em 1909, Romário Martins, apoiado por Telêmaco Borba, apresenta um projeto de lei que visava a proteção dos territórios dos índios do Paraná, amparando-os e garantindo-lhes a propriedade perpétua das terras que estavam ocupando e reservando-lhes áreas que pudessem servir aos interesses e sobrevivência de várias etnias indígenas.

O meu projecto, Sr. Presidente, além das garantias de terras, pede também para os índios ...

O Sr Correia de Freitas:- garantias de vida.

O Sr Romário Martins:- a garantia do ensino pratico, de accordo com as necessidades do meio, porque o indio hoje, conforme a abalisada opinião do nosso colega Telêmaco Borba, que tão bons serviços tem prestado aos indígenas do Paraná, não é mais o bárbaro nomade que se atravessava no caminho da nossa civilização, é o patricio cordato, que quer viver e que tem direito à vida.

²⁴ Houve um grande incêndio na Biblioteca da Assembleia Legislativa do Paraná em 1994 e toda a documentação anterior a esse período foi perdida, restando somente os exemplares dos Anais da Assembleia que fazem parte do acervo de outras instituições.

O Sr Telêmaco Borba:- Tem apenas necessidade de instrução, que o projecto de V. Ex.^a lhe assegura.²⁵

Tais áreas nunca foram reservadas aos indígenas ocorrendo sua apropriação indevida por grileiros, mais tarde nem o Serviço de Proteção ao Índio conseguiu recuperar essas áreas (de acordo com WACHOWICZ, 1987, p. 60). Para Borba, vencida a fase da aproximação com os indígenas, depois de realizada a atração, era necessário instruí-los para a vida civilizada, dar-lhes educação. Dois anos depois, em 1911, quando da instalação da Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais no Paraná, Telêmaco Borba se manifesta novamente sobre a necessidade de se destinar terras aos povoados indígenas:

Sr. Telêmaco Borba: - O projeto é também de grande vantagem para o Estado, principalmente para o seu povoamento, e para collocação dos indígenas em povoados apropriados. V.Ex^a sabe que o governo federal, tomando em consideração as condições precárias dos nossos aborígenes, tratou de protegê-los, principalmente estabelecendo-os em logares apropriados, e procurando, ao mesmo tempo, instruí-los em todos os

²⁵ Annaes do Congresso Legislativo do Estado do Paraná. 2ª sessão ordinária da Nona Legislatura, 1909. Curitiba: Typ. d'A República, pp. 87-88.

ramos das artes e sciencias conhecidas hoje, e, sobre tudo na agricultura. Aqui, no estado, parece-me que ainda não se fez uma lei autorisando o Poder Executivo a ceder gratuitamente as terras necessárias para esse serviço iniciado pela União.

Sr. Romario Martins: Há lei, votada o anno passado.

Sr. Telêmaco Borba: - Mas, que lei? Não é só dizer - ha lei votada anno passado. Pergunto eu: há lei autorisando o governo do Estado a ceder gratuitamente as terras necessárias para estabelecerem-se colonias de nacionaes e povoados indígenas? Isto é que precisamos ver. Eu estive aqui, fiz parte do congresso o anno passado, e tenho reminiscência de ter se tratado de ceder terras para estabelecimento de colonias estrangeiras.

Sr. Romario Martins: - V.Ex^a disse que não havia lei, por isso dei o aparte.

Sr. Telêmaco Borba: - Não affirmo que existe ou deixe de existir; mas o caso é que eu só me recordo desta medida votada aqui, autorisando o executivo a ceder ao governo federal as terras necessárias para colocação de emigrantes e não se tratou absolutamente de locação de nacionaes nem indígenas.

Sr. Romário Martins: - De locação de indígenas tratou-se aqui o anno passado.

Sr. Telêmaco Borba: - São leis anteriores, são actos do executivo reservando terras para o estabelecimento de indígenas. Para isso, apesar de viver sempre em opposição, em tempos passados, concorri também, fazendo ver o governo do Estado, e descrevendo-lhe as divisas por onde deviam ser reservadas as terras precisas. Mas, não é disso que eu trato agora; é cousa muito differente. Enfim, vae o meu projecto a commissão respectiva, da qual me parece que faz parte o honrado deputado, e elle o tomará na consideração que merecer, de acordo com a legislação vigente. Trato do assumpto, porque me parece de grande importancia, visto o governo federal já ter aqui, no Estado, uma inspectoría de protecção aos índios, e de educação de colonos nacionaes.²⁶

Essa foi a única situação encontrada na qual Telêmaco Borba se refere à implantação do Serviço Nacional de Proteção aos Índios, onde ele ressalta a necessidade do governo estadual ceder as terras devolutas que o governo federal necessitava para a fundação

²⁶ Annaes do Congresso Legislativo do Estado do Paraná. 2ª sessão da 10ª Legislatura, 1911. Curitiba: Typ. d'A República, página 261. Ver em anexo documento sobre a instalação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais no Paraná.

de povoados indígenas e dos núcleos de trabalhadores nacionais. Em nenhum outro documento ou discurso localizado Borba faz alusão novamente ao Serviço de Proteção aos Índios. Esse é um dado curioso, pois ele pôde acompanhar o processo de trabalho do Marechal Cândido Rondon e a discussão da implantação do Serviço de Proteção aos Índios, porém não há registros que mostrem o ponto de vista e/ou as avaliações de Telêmaco Borba. Apenas ficamos sabendo, através do seu discurso proferido na Assembleia Legislativa, que ele era a favor do apoio estadual à implantação do projeto federal em território paranaense. E, ainda, nada demonstra que Borba tenha tentado entrar em contato com Marechal Cândido Rondon, o que pensava de sua atuação (“morrer se for preciso, matar jamais”), e nenhuma referência ao trabalho do citado marechal ou da atuação da Inspeção do Paraná do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais. Borba apenas conclui: “... esses projectos ... são necessários e de actualidade sobretudo, o que trata da cessão de terras devolutas a união para a implantação do serviço de protecção aos índios”.²⁷ (Vide no Anexo 5 o documento da instalação da Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais no Paraná).

No ano de 1917 Telêmaco Borba é indicado para membro da Comissão de Instrução Pública, Catequese e Civilização dos Índios, mas já se sentia cansado e recusa tal indicação alegando que, apesar de sua experiência direta com os indígenas, faltava-lhe conhecimento sobre o assunto, porém seus colegas não o deixam renunciar e ele acaba assumindo como membro da comissão:

²⁷ Idem, p. 300.

Sr. Telêmaco Borba: - “Sr. Presidente, devido a benevolencia de meus ilustres collegas, fui eleito membro da Commissão de Instrucção Pública, Catechese e Civilisação dos Índios. V.Ex. principalmente, que me conhece há longos annos, sabe que não tenho capacidade para o exercício de tão elevado encargo que exige instrucção e competencia que não tenho. A respeito de catechese, Sr. Presidente, também já se foram os tempos em que eu catechisava os índios, hoje estou reduzido ao meu socego bucolico e não posso mais percorrer as nossas selvas para catechisar os pobres aborigenes. Por este motivo, Sr. Presidente, venho também resignar o meu lugar na Commissão de Instrucção porque não me julgo na altura de occupal-o.

Sr. Marins Camargo: - “... ninguém mais do que S.Ex. pode desempenhar com maior brilho o cargo para o qual foi escolhido”.

Sr. João Sampaio: - “que há muitos annos desempenhou com brilhantismo”.

Sr. Marins Camargo: - “... de membro da Commissão Pública, Catechese e Civilisação dos Índios e S.Ex. mesmo foi o primeiro a demonstrar isso recordando os serviços valiosos

*que tem prestado ao Estado na catechese e civilização dos índios. Por isso, Sr. Presidente, entendo que a casa não deve conceder a dispensa pedida pelo nobre deputado.*²⁸

Em outros assuntos discutidos na Assembleia Legislativa, Borba se posiciona contra ou a favor, não deixava de dar seu parecer. Defendia a concorrência na contratação de trabalhos e não a indicação por empresas ou pessoas. Assim propõe uma emenda onde se deveria abrir a concorrência para a execução de obras públicas para melhor avaliar quem ofereceria maiores vantagens na execução dos trabalhos. Também não era a favor da divisão da multa sobre o corte de pinho fora de época, com as pessoas que denunciasses a infração, pois isso criaria uma classe de denunciantes, o que na prática não ajudaria em nada na melhoria da indústria madeireira no Paraná. Mostrava uma constante preocupação com a questão das estradas no Paraná, sugerindo a melhoria de algumas e a criação de outras.

A educação foi outro assunto de grande interesse para Telêmaco Borba. Em 1897, apresentou o projeto nº 39 referente à contratação de professores primários que, por mais que não fossem suficientemente habilitados, poderiam ensinar às crianças os primeiros passos da instrução. Era a favor da educação pública: em 1899 propõe a adoção do livro do Doutor Assis Brazil, “Cultura dos

²⁸ Annaes do Congresso Legislativo do Estado do Paraná. 1ª sessão da 14ª Legislatura, 1918. Curitiba: Typ. d’A República, p. 179.

Campos”,²⁹ nas escolas públicas do Paraná e em 1908, a criação de uma escola promíscua, para meninos e meninas estudarem juntos.

*Não ignoro V.Ex., Sr. Presidente, que nesses centros remotos do nosso Estado a instrução quasi sempre não pode ser difundida por professores diplomados pela Escola Normal, porque, poucos como são estes, aproveita-se-os nos grandes centros; entretanto, é urgente a necessidade de diffundir-se a instrução pelo povo, affim de preparar-se os cidadãos do futuro.*³⁰

*Eu, apesar de velho e ignorante, (...), tenho muito interesse pela instrução no Estado, porque tenho visto, na minha vida, as dificuldades com que se lucta, principalmente pela falta de instrução.*³¹

²⁹ Apesar de várias tentativas não conseguimos localizar esse livro para podermos analisar seu conteúdo.

³⁰ Annaes do Congresso Legislativo do Estado do Paraná. Quarta Legislatura, 1897. Curitiba: Typ. d’A República, p. 302.

³¹ Annaes do Congresso Legislativo do Estado do Paraná. 1ª sessão ordinária da 9ª Legislatura, 1908. Curitiba: Typ. d’A Noticia, p. 162.

Outro assunto discutido e bastante curioso é a apresentação de uma emenda relativa à obrigatoriedade do ensino primário na língua vernácula, ficando clara a preocupação de Telêmaco Borba com a nacionalidade através da crítica que dirige aos colonos alemães:

Sabem todos os meus illustres colegas que temos entre nós uma colônia importante, laboriosíssima que tem concorrido immensamente para o desenvolvimento de nossa agricultura e industrias, ... refiro-me a colonia allemã. Mas, Sr. Presidente, não há nada perfeito neste mundo; e a colonia allemã tem o defeito de querer ser allemã, mesmo a despeito de ter nascido nesta patria brasileira, conserva seus uzos, costumes, fala e ensino a seus filhos exclusivamente a língua allemã, incutindo-lhes no ensino, que não são brasileiros! Eu, que sou quasi jacobino, nacionalista intransigente e pretendo que não há nação alguma superior á nossa fico realmente contristado quando encontro um typo louro, que é geralmente o característico da descendência germânica, e perguntando-lhe qual a sua nacionalidade, responde-me que é allemão, mas que nascêo aqui no Estado, ou no de S. Catharina. Fico contristado, como disse, e retruco-lhe

*não, isto aqui é o Brasil e não a Allemanha. Podeis ser descendente de allemão, mas sois brasileiro; e não deveis ter vergonha de o dizer. ...Penso que este prejuízo vem da falta de conhecimento da língua vernácula, porque si a soubessem teriam outra idéia a respeito de nacionalidade! Si se impozesse a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa de preferencia a outras, teriam elles outros conhecimentos e não se disiam allemães.... Não tenho medo do perigo possível, não receio que sejamos conquistados, porque a Allemanha apezar de muito poderosa, não se arriscaria nessa aventura, que bem poderia não dar o resultado que premeditasse; mas o que é exacto é que precisamos ir tratando desde já, de fazer ver a esses filhos de colonos que elles não são allemães, mas brasileiros.... o facto do Paraná não ser o único a exigir que a obrigatoriedade do ensino na língua vernácula é o motivo para os deputados aceitarem a emenda, cooperando assim para que o Paraná, marchando como sempre, na vanguarda dos melhoramentos (...)*³²

³² Annaes do Congresso Legislativo do Estado do Paraná. 2ª sessão ordinária da Quarta Legislatura, 1899. Curityba: Typ. d'A República, pp. 115-117.

Borba se preocupava com a formação da nação brasileira e se os próprios brasileiros assim não se consideravam, como fazer para se manter a unidade? Após anos de experiências entre os indígenas, Borba pôde perceber que a conservação da língua faz com que os costumes sejam mantidos, se entre os indígenas a manutenção da língua os diferenciava e mantinha suas fronteiras étnicas e simbólicas, o mesmo aconteceria com esses descendentes de alemães, se não aprendessem o português nunca chegariam a ser brasileiros.

Também demonstrou preocupação com a preservação do material arqueológico encontrado no Paraná, pois o estudo sobre o homem americano não estava completo e a contribuição dessas informações documentadas era essencial para o aprimoramento das investigações. Assim propõe:

V.Ex. sabe que nos sambaquis têm-se encontrado ossos de grandes animaes de raças extinctas, craneos e ossos humanos, instrumentos de pedra lascada e mesmo polida, vasos de argila e outros objectos que pertenceram a povos desaparecidos e cuja historia nos é desconhecida. Os sambaquis, são verdadeiros archivos d'onde os sabios extrahirao os documentos para formar a história do homem que os habitou. É no sentido de conservar para o Estado os documentos desses archivos que vou apresentar uma emenda, afim

*de que não fiquem os objectos a que me referi, em mão de particulares, que farão delles objectos de exploração mercantil, ficando assim, talvez, perdidos para estudos científicos. Como V.Ex. não ignora, o estudo do homem americano ainda não está completo, para seu complemento depende desses objectos pré-históricos, que se encontram nos sambaquis; acautelemos pois esses documentos.*³³

O material retirado desses sítios arqueológicos eram destinados ao Museu Paranaense para o estudo, acondicionamento e conservação desse material. Há vários artigos e estudos sobre o material arqueológico do Paraná, mas não abordaremos este tema neste trabalho.

Outro aspecto a destacar nos discursos proferidos por Telêmaco Borba na Assembleia Legislativa é a defesa da autonomia municipal. Na primeira discussão do projeto n.101 (1912) determinando que o prefeito municipal de Curitiba fosse escolhido e nomeado pelo presidente do Estado, Borba diz saber da fraqueza de sua instrução e combate a proposta embasado na opinião de teóricos (os quais conhecia pouco e que foram rapidamente consultados) que tratam da constitucionalidade dos projetos desta natureza. Faz um apanhado ligeiro das opiniões especializadas em autonomia municipal, citando João Barbalho, Amaro Cavalcante, Ruy Barbosa, Mirabeau e

³³ IDEM, pp. 192-193.

Tocqueville. Recorrer a teóricos que escreveram sobre a política demonstra como Borba, apesar de não ter uma formação intelectual acadêmica, era alguém que se interessava pelas produções intelectuais pertinentes aos aspectos sociais. Mencionar tais referências como argumento para a sua tomada de posição nas votações da Assembleia Legislativa revela a sua postura de “indomável republicano” e justifica sua presença no meio intelectual da época, ou seja, além de ter experiência e conhecimento dos sertões paranaenses, era alguém que procurava estar informado sobre as discussões e as posições mais importantes sobre os assuntos de sua atualidade.

Telêmaco Borba recebeu várias críticas com relação à sua atuação como político. Enquanto deputado, nunca deixou de se pronunciar a respeito dos assuntos discutidos na Assembleia Legislativa, sempre justificou as suas ausências e pedia a menção do seu ponto de vista nos Anais, quando o projeto aprovado era contrário à sua posição. Durante todas as suas intervenções sempre iniciava dizendo que apesar de se expressar “nesta minha linguagem de botucudo tibagyano”,³⁴ iria manifestar a sua opinião, mesmo não tendo a mesma instrução dos outros deputados, e que suas opiniões eram embasadas em suas experiências de vida. Na condição de prefeito, apesar de Borba dizer que assumia a função visando o bem do município e não o proveito pessoal e se recusar a receber vencimentos pelo cargo, alguns autores o consideravam um exemplar autêntico de “coronel do interior”, que trazia o povo no cabresto; que utilizou a sua função de prefeito para usurpar terras indígenas e desapropriar

³⁴ Annaes do Congresso Legislativo do Estado do Paraná. 2ª sessão da 12ª Legislatura, 1915. Curitiba: Typ. d’A República, p. 70.

outras pertencentes à igreja, bem como para fazer a cobrança dos impostos territoriais dessas terras.³⁵

Era constante a desavença entre Telêmaco Borba e a igreja, pois ele nunca concordou muito com a atuação dos religiosos desde os tempos de administrador de aldeamentos indígenas. Durante suas gestões como prefeito de Tibagi ele sempre apresentava à Câmara Municipal propostas para se acabar com a isenção de impostos das terras da igreja e que ela passasse a pagar impostos como um cidadão comum. Segundo Wachowicz (1987, p. 60-70), a intenção de Telêmaco Borba e outros vereadores da região era se apoderar da terras da igreja e daquelas dos aldeamentos indígenas. Não pudemos encontrar nada que pudesse comprovar ou não a visão do historiador Wachowicz, porém desses seus atritos com a Igreja ocorreu em 1885 a denúncia por parte da Matriz do Tibagi de que Telêmaco Borba mantinha cinco índios Botucudos em sua fazenda na condição de escravos. O governo provincial solicita a devolução desses indígenas ao frei Cemitille que se ocuparia da catequização deles. Borba não queria entregar os Botucudos alegando estar com eles para fazer o registro de suas lendas e civilizá-los, porém somente os funcionários do sistema de aldeamentos indígenas poderiam se ocupar da civilização dos indígenas. Então, é feita a devolução desses indígenas (WACHOWICZ: 1970).

³⁵ Conforme WACHOWICZ, Ruy Christovam (1987). **Norte velho, norte pioneiro**. Curitiba: s.n e -. BORBA, Oney Barbosa (1987). **Telêmaco mandava matar**. 2ª edição. Curitiba: Lítero-Técnica.

1.4 - O Etnógrafo

Alguns autores que leram e escreveram sobre Telêmaco Borba, comentam o seguinte:

Entre os viajantes do século XIX que, sem serem etnólogos profissionais, contribuíram para o conhecimento das tribos desse país destacam-se ... Telêmaco Borba. (BALDUS: 1954, p. 14).

A partir de meados do século passado, alguns brasileiros se incumbem de tarefas de caráter etnológico. Esses pesquisadores, quase todos autodidatas em Antropologia, ... mostravam na maior parte dos casos um certo interesse no destino das populações que estudavam e seu lugar na formação do povo brasileiro, cujo futuro era objeto de suas preocupações.

(...)

Trabalho digno de admiração com relação aos índios do Brasil Meridional são os estudos de Telêmaco Borba. (MELATTI: 1984, p. 129).

Muitos outros viajantes brasileiros poderiam ser aqui acrescentados como contribuintes para os conhecimentos dos naturais do Brasil. ... No sul do país, Telêmaco Morosini Borba, estudou os Caingang, (...) (HOLANDA: 1976, p. 436).

(...) homem seco de carne e palavras, mas que escondia no fundo da alma a veemente aspiração de fazer alguma coisa pelo seu Paraná, em favor de suas primitivas populações, sobretudo uma vez que dificilmente haveria alguém que mais do que ele encarnasse a forma pura e exigente do indianismo, nada condizente com aquela “mentirada gentil” do tempo do romantismo. (LINHARES: 29/08/1970).

Borba trabalhou sobre a realidade que conhecia, pensando de maneira singular os códigos e conceitos dominantes e aceitos - o trabalho de catequese e da civilização dos indígenas. E foi precisamente porque refletiu sobre o seu mundo, elaborando uma interpretação inovativa sobre a questão indígena, que seus registros puderam transgredir a época em que foram feitos, porque projetavam ideias e conceitos daquela realidade.

Telêmaco Borba viveu exatamente o seu momento histórico, pensou os mesmos problemas que afligiram a sua geração, sentiu as mesmas emoções de seus contemporâneos, observou os mesmos

acontecimentos e fatos, assimilou experiências políticas e sociais semelhantes e absorveu os conhecimentos disponíveis na ocasião. A verdade é que Telêmaco Borba elaborou uma obra particular e diferenciada, tendo como marco de referência, além de sua experiência com os indígenas, os mesmos elementos históricos, sociais, culturais e políticos postos à disposição dos demais intelectuais da sua época.

Os registros de Telêmaco Borba foram utilizados pelos antropólogos³⁶ que se dedicaram ao estudo das sociedades indígenas por ele observadas para dar uma dimensão histórica mais profunda, incluindo informações que ultrapassam a capacidade de observação dos etnógrafos durante a pesquisa de campo. Mas esse tipo de registro não fornece dados suficientes para se fazer uma etnografia nos padrões exigidos atualmente, pois deixam de fornecer elementos sobre vários aspectos relevantes da vida de uma sociedade, e se concentra apenas nos fatores da vida social que mais chamou a atenção do autor, que na maioria das vezes não promovia uma análise conjunta desses fatores tornando as informações esparsas e desprovidas de qualquer homogeneização. A maneira pela qual essas informações eram coletadas também variavam: observações diretas, discurso do nativo ou de tradutor, informações de terceiros etc. e, na maioria dos casos, atualmente o antropólogo não tem como saber qual foi a forma de coleta utilizada.

O material de Telêmaco Borba se caracteriza por ter sido coletado durante o período de contato cotidiano e regular com os

³⁶ Como por exemplo os trabalhos de Cecília Helm (1974, 1977, 1996, 1998, 2000 e 2002), Maria Lígia Moura Pires (1975), Kimiye Tommasino (1995) e Carmem Lúcia da Silva (1998).

índigenas, o de sua atuação como funcionário do sistema de aldeamentos, ou ainda enquanto guia incumbido pelo governo do Paraná para a realização de certas atividades de exploração do território paranaense. Esse seu período de “contato regular” fez com que os estudiosos da história e da antropologia do Paraná o considerassem como o “etnógrafo paranaense” - que produziu uma etnografia no “sentido estrito do termo”,³⁷ apesar de seus registros não serem direcionados por critérios teóricos especializados da teoria antropológica, visto que ele não frequentou a academia.

Os antropólogos consideram como riqueza dos registros de Telêmaco Borba o fato de resultarem de suas observações diretas que dizem respeito a um presente imediato, vivido e registrado em uma “situação de campo”. A utilização desse tipo de dado nos trabalhos antropológicos tem sempre a finalidade ou tentativa de contextualização das sociedades estudadas, que combinam a investigação de campo com a pesquisa documental e bibliográfica, considerando que na análise deve-se lembrar que esses dados são fragmentários e o apoio não pode ser total.

Os registros de Telêmaco Borba podem ser considerados como uma etnografia, apesar de caracterizada pela soma dos fatos observados por ele em diferentes datas e locais e não possuir uma formação especializada. Para uma obra do tipo de “Actualidade Indígena” de Telêmaco Borba poder ser utilizada por uma etnografia moderna, ela deve ser localizada no tempo e espaço em que foi concebida. O material registrado indica o que foi observado das situações concretas e não se considera as generalizações feitas pelo

³⁷ FERNANDES, Loureiro (1946).

observador. Nesta reavaliação deve-se pensar no valor etnográfico de relatos históricos em relação aos dados da observação direta do trabalho de campo. O valor depende da investigação para a qual servirá de instrumento.

A intenção de Telêmaco Borba era comunicar uma realidade e transmitir suas experiências pessoais acumuladas. Ao mesmo tempo em que era o autor dos seus registros, é personagem de seu tempo: sertanista (funcionário do sistema de aldeamentos indígenas) e político.

2

A “ACTUALIDADE INDÍGENA”

Há uma produção intelectual específica³⁸ sobre as sociedades indígenas do Paraná, onde encontramos referências ao conteúdo da obra de Telêmaco Borba enquanto instrumento de conhecimento das sociedades indígenas do Paraná. São bem diversas as formas e as finalidades desses trabalhos, indo desde o estudo de relações inter-étnicas da década de 1970, orientados pelas contribuições de Roberto Cardoso de Oliveira, até o estudo de memória e lembranças. Qualquer que seja a forma, o autor fez uma seleção das informações ofertadas por Telêmaco Borba que mais lhe ajudava, escolhendo um aspecto específico para consagrar e firmar como representativa da obra de Telêmaco Borba.

Para se poder considerar a produção etnográfica de Telêmaco Borba como um instrumento para os estudos antropológicos atuais, ela deve ser pensada em seu contexto específico de produção, que foi orientada por certas normas de recorte e de sistematização da realidade observada e que se distanciou de outras modalidades de produção intelectual da época, como por exemplo, a obra de Romário Martins sobre os índios do Paraná.

Romário Martins se dedica à elaboração de uma série de mitos indígenas registrados por estudiosos e responsáveis pela criação de uma origem para a sociedade paranaense. A sua produção nativista busca o resgate de um sentimento de amor à terra paranaense e a identificação da população com esse passado místico construído, ou seja, as lendas indígenas diziam como deviam ser os paranaenses.

³⁸ Refiro-me aos trabalhos de Cecília Helm, Maria Lígia Moura Pires, Sílvio Coelho, Kimiye Tommasino, Lúcio Tadeu Mota, Carmem Silva, Marta Amoroso e Juracilda Veiga.

Ele não utiliza uma reinterpretação dos mitos indígenas, mas faz com que eles adquiram feições cosmopolitas para poderem ser utilizados pelo Movimento Paranista.³⁹ Romário Martins acaba fazendo uma ligação entre a construção da imagem do paranaense vinculada aos mitos e lendas indígenas. Além destas lendas, ele fará uma apropriação de uma série de elementos da cultura indígena para elaborar um sem número de contos onde os personagens são esses habitantes primordiais das terras paranaenses. Adepto do romantismo indigenista do século XIX, Romário Martins reconhece no índio qualidades morais e físicas superiores que estariam presentes na formação do paranaense, onde se destacam exatamente os Guarani que teriam uma aptidão maior que os outros para a evolução, para sair do estágio primitivo em que se encontravam. Ele destaca os elementos culturais dessa etnia para demonstrar suas potencialidades civilizadoras, aproximando-os da civilização ocidental, além de suas qualidades guerreiras.⁴⁰

Com essa apropriação das lendas indígenas, Romário Martins tenta criar uma identidade para o povo paranaense, que faça a ligação entre o presente construído pelos paranistas e um passado heroico, ou seja, gera a ideia de que a terra do Paraná era um local privilegiado porque era composto por uma tradição indígena,

³⁹ O Paranismo foi um movimento ocorrido no Paraná no início do século XX, que contou com a participação de vários políticos, intelectuais e artistas na divulgação e valorização da história e das tradições paranaenses e na construção de uma identidade cultural própria para o Estado. A nível nacional tivemos a Semana de Arte de 22 que ocorreu em São Paulo aonde intelectuais e artistas procuraram discutir qual seria a identidade brasileira.

⁴⁰ MARTINS, Romário. **O que é o Paraná?** Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908 e **Paiquerê, mitos e lendas**. Curitiba: Editora Guaíra, 1940.

anterior aos europeus, brava e guerreira e com uma índole e coragem a serem testadas.

Diferentemente de Romário Martins, Telêmaco Borba não demonstra uma preocupação em criar uma identidade para o povo paranaense e saber com o que os indígenas contribuíram para a sua formação, mas ele deixa claro que quer registrar suas observações como testemunhos de uma época que iria desaparecer.

Outros intelectuais, contemporâneos de Romário Martins, acabam reconhecendo a autoridade de Telêmaco Borba sobre os índios do Paraná e reproduzindo seus pareceres em suas obras. É o caso de Sebastião Paraná e do Visconde de Taunay: "homem competente, que tem convivido com nossos índios e estudado seus usos e costumes, conseguindo até falar perfeitamente o dialeto deles".⁴¹

O que devemos ressaltar na obra de Telêmaco Borba é a sua situação característica de pesquisa de campo: um único sujeito em um tempo limitado, vivendo um processo específico que o estimulou ou o capacitou a observar certos fenômenos e não outros, a falar deles de certa forma e a propor certo tipo de explicação.

Os relatos das experiências deixados por pessoas que tiveram contato com os índios do Paraná, enquanto fonte de informações, permitem várias leituras. É possível extrair delas inúmeras informações e impressões, até mesmo, contraditórias, principalmente em se tratando das relações entre brancos e índios,

⁴¹ PARANÁ, Sebastião (1899). *Chorographia do Paraná*. Curitiba: Typ. Livraria Economica.

assunto polêmico e com amplos desdobramentos nas relações interétnicas dos dias atuais.

O exame crítico dos relatos de experiência se justifica pela ampla utilização dessas fontes pela História, Antropologia e pela crítica literária. As observações sobre os índios do Paraná contidas na obra de Borba têm sido largamente utilizadas pelas informações que contêm, com a finalidade de recompor lacunas existentes nos documentos e fontes históricas. Constituem pretexto de reflexão, comparação e crítica, sobre as práticas, os costumes e os sistemas cosmológicos dos indígenas.

O contato com aqueles povos indígenas que observava propiciou a Borba o material etnográfico para a publicação de seus artigos sobre a temática indígena. No ano de 1908 publica a obra de referência para todos os estudos posteriores - "Actualidade Indígena"-, considerado o primeiro livro etnográfico escrito por um paranaense sobre os índios do Paraná, tendo por objeto os grupos Kaingang, Guarani e Aré, e com os quais já havia estado durante o período de 1863 a 1873.

Os trabalhos de Telêmaco Borba exibem um observador atencioso nos registros dos padrões sociais e culturais dos povos indígenas aldeados, aspectos esses que viriam a caracterizar toda a sua obra "etnográfica".

Assim, estava estabelecida uma das principais características do trabalho de Telêmaco Borba, ou seja, seu interesse pelos índios do Paraná. A divulgação de seus estudos sobre as sociedades indígenas paranaenses, publicada em 1908, tornou-se fonte de

consulta e ponto de referência para os outros estudos. Este livro é extremamente rico na apresentação e descrição de dados empíricos, suas informações etnológicas ajudam na reconstituição dos acervos históricos constantes da contribuição ao estudo antropológico dos povos indígenas do Brasil dadas por missionários, cronistas, viajantes - abrem caminho para a abordagem dos grupos indígenas em situação de contato e a preocupação com o destino das populações tribais - marco principal dos estudos antropológicos brasileiros no início da segunda metade do século XX (RIBEIRO, Darcy: 1993).

Telêmaco Borba registrou suas observações sobre os índios do Paraná baseado em sua experiência direta com os índios e, em seus trabalhos, ele discute com outras personalidades que também se manifestaram sobre a questão indígena do país. Seu primeiro trabalho data de 1878 quando escreveu o “Vocabulário Caiguá Chavante” depois da visita a uma aldeia Xavante em Campos Novos, Botucatu, em São Paulo.

Depois escreveu duas monografias⁴² que foram enviadas à Primeira Exposição Antropológica Brasileira⁴³ realizada no Museu Nacional no Rio de Janeiro em 1882. Foi nesta ocasião que ocorreu a

⁴² “Pequeno vocabulário da língua Caingangue, Caiguá e Xavantes” e “Notícia sobre os índios Caingangues”.

⁴³ A Primeira Exposição Antropológica Brasileira foi realizada em junho de 1882 no Museu Nacional no Rio de Janeiro. O governo imperial solicitou que cada província reunisse e enviasse elementos que ajudariam no estudo do homem americano. A Exposição foi dividida em três seções: antropologia, arqueologia e etnologia. Apesar da maior parte do material solicitado corresponder à cultura material das etnias indígenas, o 7º grupo da seção de etnologia solicitava vocabulários indígenas gerais ou parciais, lendas nas diferentes línguas indígenas, cópias de inscrições indígenas e impressos e manuscritos antigos e modernos. Foi para essa seção e grupo que Telêmaco Borba escreveu suas duas monografias a pedido do governo da Província do Paraná (na época sob a presidência de Carlos Augusto de Carvalho). Ver no Anexo7, documento sobre a Primeira Exposição Antropológica Brasileira.

divulgação do etnônimo Kaingang por Telêmaco Borba, mas esse termo já estava em uso entre os civilizados bem antes, tanto que Franz Keller fala em Kaingang em seu estudo de 1867 (AMOROSO: 1998, p. 138). Com a adoção do etnônimo Kaingang unificava-se em um único termo a complexa composição social que caracteriza este povo Jê-Meridional, que apresenta grupos inter-relacionados, falantes de língua semelhante, onde se nota grande variação dialetal, forte hierarquia interna e a instituição da escravidão.

No ano seguinte, em 1883, Telêmaco Borba escreveu para a Sociedade de Geografia de Lisboa sobre os índios Kaingang da região do Tibagi até o Uruguai. Em 1886 escreveu para uma revista alemã sobre a mesma etnia. Nos anos de 1888 e 1891 escreveu “Etymologia de nomes, alguns rios e lugares da Comarca de Guaruava, na língua dos Coroados, Guarani” e “Princípio da conjugação de verbos em Guarani”, respectivamente.

Em 1900 e 1903 contribuiu para o Almanach Paranaense⁴⁴ com dois artigos: um sobre a narrativa Kaingang de Combró e outro sobre vocabulários de algumas etnias indígenas.⁴⁵ Sua discussão com o diretor do Museu Paulista Von Ihering pode ser acompanhada por sua publicação na Revista do Museu Paulista em 1904.

⁴⁴ Periódico que circulou no Paraná entre 1896 e 1933, cujo redator era Romário Martins. Além das seções como calendário, finanças e estatística comercial, características desse tipo de publicação, possuía uma seção intitulada “Pátria Selvagem” reservada aos artigos que tratavam sobre os indígenas do Paraná.

⁴⁵ Conforme relação bibliográfica de Telêmaco Borba sobre os índios do Paraná em anexo.

O prefácio da “Actualidade Indígena” foi feito por Dario Vellozo que destacou nos jornais da época a importância de se consultar o livro de Telêmaco Borba que tratava da “Actualidade indígena no Paraná no ano de 1908”. A importância dessa publicação estava no fato de tornar mais acessível a todos os conhecimentos do autor, um “paciente observador criterioso”, sobre esse “elemento precioso de nossa nacionalidade que estava sendo aniquilado” (BORBA: 1908, pp. 1-2). Segundo Vellozo, as informações desses registros estariam ajudando para análises mais consistentes sobre os índios do Paraná.

Apesar dos artigos reunidos na “Actualidade Indígena” serem de anos diferentes e o livro não conter uma rigorosa unidade entre as partes que o compõem, cada capítulo tem um alto valor documental e ele pode ser considerado uma obra com grande valor etnográfico por ser o resultado das observações pessoais de Telêmaco Borba que viveu entre as etnias indígenas que habitavam o território paranaense. Apesar de sua narração ser simples e a linguagem um pouco rude, ele procurou relatar os fatos observados em sua íntegra, sem alterá-los, o que ajuda os estudiosos dos índios do Paraná.

O seu registro fiel das lendas Kaingang constitui uma reserva onde os estudiosos podem buscar reservas para seus estudos, pois Borba procurou conservar os elementos das sociedades descritas e não acrescentar valores especulativos (como exemplo o caso de Romário Martins descrito anteriormente).

Seus escritos de final do século XIX e início do século XX registram os remanescentes da vida indígena no Paraná durante esse período, focalizando a “atualidade” do ambiente indígena Kaingang e Guarani naquela época, deixando elementos valiosos para estudos posteriores.

Apesar de Telêmaco Borba viver longe dos grandes centros de cultura de sua época e no período em que estava ocorrendo a consolidação da ciência etnográfica, sua obra foi fecunda e alcançou uma dimensão extraordinária a ponto de se tornar um referência obrigatória para os estudos sobre os índios do Paraná. Passaremos agora à análise de cada capítulo que compõe este livro.⁴⁶

"Ao leitor"

Na “introdução” do livro escrita em 1901 no município de Tibagi, Borba ressalta que seus registros vieram da observação direta durante seu período de convívio com os indígenas paranaenses desde 1863, quando fora convidado pelo presidente da Província Joaquim do Carmo para assumir o cargo de administrador no aldeamento indígena de São Pedro de Alcântara. Aponta que não consultou a opinião de outros escritores que trataram das mesmas etnias indígenas, que apesar dessa sua “ignorância” sobre o assunto

⁴⁶ Os textos referentes à apresentação dos vocabulários indígenas e as palavras correspondentes em português foram apenas resumidos, não sendo realizada uma análise aprofundada deste material por falta de conhecimento lingüístico, porém isso não prejudica o objetivo deste capítulo que é demonstrar o potencial etnográfico dos registros de Telêmaco Borba quando ele descreve os mitos e a vida dos indígenas nos aldeamentos do século XIX.

resolveu escrever, pois os indígenas tendiam a em breve desaparecer e como a maior parte dos cidadãos os consideravam “inúteis e desnecessários”, Borba pensou que o registro de suas experiências seriam úteis para os estudiosos e para o esclarecimento dessa visão popular sobre os indígenas. (Vide o Anexo 6 - Aldeamento de São Pedro de Alcântara. (Franz Keller, 1865).

O traço comum de sua época é o pessimismo com que encarava o futuro dos povos nativos, ou seja, a partir do século XIX predomina a perspectiva de que os povos indígenas iriam desaparecer. Essa tese da extinção, sustentada por várias correntes do pensamento social brasileiro é reforçada mais tarde pelas teorias que orientavam a antropologia do país: no final do século XIX, os evolucionistas previam que esses “povos frágeis” seriam esmagados pela civilização e para a antropologia brasileira nas décadas iniciais do século XX as frentes de expansão destruiriam ou transfigurariam as etnias indígenas, enquanto para a perspectiva da aculturação o desfecho seria a assimilação à sociedade nacional. (Vide o Anexo 9 - Mapa da Localização das Terras Indígenas no Paraná e o Anexo 10 - Mapa dos Postos Indígenas no Paraná).

“Breve notícia sobre os índios Caingangues que, conhecidos pela denominação de Coroados, habitam no território compreendido entre os rios Tibagy e Uruguay”

Texto originalmente publicado em 1883 na Revista Mensal da Sociedade de Geografia de Lisboa. É dividido nos seguintes pontos: histórico, vestuário, sistema social, crença sobrenatural, sentidos, habitações, utensílios, armas, caçadas, alimentação, casamentos,

partos, medicinas e enterros, instrumentos musicais, hospitalidade, modos de preparar suas bebidas fermentadas, roças, enfeites e ornatos, jogos e divertimentos, caráter moral e língua. Na época focalizada a região do Tibagi era ocupada majoritariamente pela população Kaingang, então uma das mais populosas da região do Paraná.⁴⁷ O território Kaingang era ainda mais vasto e compreendia os atuais estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no Brasil, e ainda parte da Província de Misiones na Argentina (TOMMASINO: 1995, p. 44). Fisicamente, foram descritos no século XIX, em situação de aldeamento, apresentando a característica de que “andam os homens inteiramente nus, mas enleiam as pernas com cordinhas feitas da casca de cipó imbê, ou do pêlo de porcos selvagens, para se livrarem das mordeduras das cobras.” (BORBA: 1908, p.7). Descreveu que as mulheres Kaingang dos aldeamentos andavam nuas da cintura para cima, usando amarradas na cintura tangas que iam até abaixo dos joelhos, feitas de um trançado de fibra da urtiga grande. Os homens andavam também nus, usavam curus da mesma fibra de urtiga somente por ocasião das cerimônias e festas, ou de noite, como proteção contra o frio.

A organização social dos Kaingang é marcada pela presença de seções e metades hierarquizadas. A sociedade Kaingang

⁴⁷ Os Kaingang constituem ainda hoje uma das maiores populações indígenas do Brasil, com cerca de 20 mil indivíduos. Evidências arqueológicas e linguísticas possibilitam que recuperemos a trajetória destes grupos Jê, originários do Brasil Central: “teriam migrado em direção ao sul e se fixado no atual Estado de São Paulo, segundo G.Urban a migração teria se iniciado há três mil anos atrás. Logo em seguida, teriam se separado dos Xokleng (...). Pouco tempo depois se separaram em dois grupos, sendo que um deles atravessou o rio Paranapanema e nunca mais tiveram contato. O grupo do Paraná ainda separou-se em vários segmentos e se distribuiu pelos estados do sul, formando os vários grupos dialetais.” (TOMMASINO, 1995, p. 44).

caracteriza-se pela divisão em metades exógenas, patrilineares, que são passadas de pai para filho (ou filha) (HELM: 1999). No momento do nascimento, os filhos de ambos os sexos recebem um nome do repertório de nomes da metade do pai. Por ocasião do casamento, a escolha do cônjuge se faz na metade da mãe, regra social que garantiria a continuidade da aliança entre as metades. Tal regra nem sempre é cumprida, e os casamentos no interior das metades e seções são bastante comuns.

Para a compreensão do que Telêmaco Borba viu no âmbito dos aldeamentos do século XIX, é preciso ter em conta que se tratava de um universo social Kaingang internamente dividido e hierarquizado. O dualismo Kaingang, marcado pelas metades exogâmicas e seções hierárquicas é inspirado pelos heróis míticos Kañeru (ou Kaïru) e Kamé, dois irmãos que saíram das profundezas da terra.⁴⁸

Os Kaingang, assim como os Xokleng, não possuem aldeias circulares. Esta forma de arquitetura das aldeias é a inscrição no espaço físico do dualismo estrutural da sociedade em metades e seções. A estrutura da sociedade Kaingang teria nos funerais e nos rituais de nominação seus locais privilegiados para a reprodução dos princípios básicos da sociedade, reafirmação das alianças e dos papéis sociais.⁴⁹ Curt Nimuendajú (1987) observando a festa do Kikio-Ko-ia, notou o cerimonial que se dava entre as metades e registrou que os meninos Kaingang eram iniciados nestas ocasiões, junto aos túmulos dos antepassados. Registrou ainda sobre a festa

⁴⁸ Todo o universo estaria dividido em seres e coisas criadas pelos dois heróis: Kañeru e Kamé. Ver NIMUENDAJÚ (1987).

⁴⁹ Sobre o estado atual dos estudos dos Jê Meridionais, ver VEIGA (1994).

do Kiki dos Kaingang que as façções apresentavam-se na ocasião portando pintura corporal distintiva, que identificava o indivíduo como membro de uma metade.

O aspecto geral da aldeia Kaingang nos aldeamentos do Tibagi era de arranchamentos provisórios, semelhantes aos acampamentos de caça e pesca construídos sazonalmente. Os Kaingang viviam em grupos de 50 e até 100 pessoas, sob a direção de um cacique. Havia grande descartabilidade das habitações, feitas para durar pouco tempo, sendo substituídas anualmente. Os motivos registrados para a construção de novas habitações eram a necessidade de deslocamento para locais mais fartos de caça e pesca, e também o periódico abandono de habitações muito usadas, e portanto, sujas (BORBA: 1908, p. 8).

Nesses arranchamentos construíam-se habitações de 25 a 30 metros de extensão cobertas e cercadas de palha, sem nenhuma divisão interna, com uma pequena abertura em cada extremidade servindo de porta, por onde os moradores passavam abaixados. Esses ranchos Kaingang, mais altos que as habitações dos Kaiowá, eram cobertos de folhas de palmeira. O chão era batido, com um declive lateral suave em relação ao centro. Os Kaingang dormiam posicionados com os pés voltados para o lado do fogo. Borba informa ainda que as habitações eram de diferentes tamanhos, conforme o número dos indivíduos, e construídas em colinas, próximas 200 a 300 metros das águas do rio.

As roças dos Kaingang receberam por parte do observador um destaque menor do que as roças dos Kaiowá. Os Kaingang utilizavam em suas roças qualidades especiais de milho, diferentes das

plantações para fins comerciais no aldeamento: a espécie de milho era de um tamanho regular e os grãos eram de cor roxa e amarelo claro (BORBA: 1908, p. 15).⁵⁰

A proximidade dos Kaingang e dos Kaiowá no aldeamento suscitou muitas comparações sobre as diferenças das índoles, hábitos e técnicas de produção da subsistência apresentadas pelas duas sociedades. A relação desses grupos com a caça foi um dos temas que evidenciaram diferenças marcantes: as caçadas eram exercícios de guerra para os Kaingang, enquanto que para os Kaiowá, que a praticavam por meio de laços, *mundéus* e armadilhas, caçar constituía-se em teste de paciência. Os Kaingang eram um povo guerreiro, que quando não estavam em batalha lançavam-se em caçadas de antas e porcos do mato, e também jaguares, obtendo nestas atividades coeficientes de perfeição. Reuniam de dez a vinte pessoas e grande quantidade de cães, que seguiam o rastro da caça. Utilizavam-se de arcos, flechas, porretes e lanças incrementadas com lâmina de metal muito afiada. O mesmo arsenal era mobilizado na guerra contra outras etnias ou nas represálias contra os brancos. “Os que vivem na aldeia de São Pedro de Alcântara já usam armas de fogo que lhes vende o missionário Diretor”, registrava Telêmaco Borba.

Telêmaco Borba coletou uma série de mitos Kaingang e Kaiowá, que constituíram a base para que a etnologia do século XX interpretasse a cosmologia dessas populações (descritos mais à frente).

⁵⁰ Ver HELM: 2001, “Relatório de Identificação e delimitação da TI Boa Vista”, em que a autora apresenta as espécies de milho “Caingang” conservada e usada até os dias de hoje no Paraná.

“Lendas ou myths dos índios Caingangues”

O texto é dividido nos seguintes pontos: introdução, Nhara, canto e dança e como conseguiram o fogo.

O mito do dilúvio universal colhido por Telêmaco Borba, na época administrador do Aldeamento de São Jerônimo, e confirmado por etnografias mais recentes (VEIGA: 1994, TOMMASINO: 1995 e HELM: 2001), apresenta a cosmologia Kaingang estruturalmente dividida e hierarquizada nas metades Kamé e Kaïru. O mito faz também referências a grupos posteriormente agregados às metades tradicionais. Depois da inundação da terra, a alma dos Kamé e Kaïneru passou a habitar o centro da Serra Crinjjimbé (identificada como a Serra do Mar). Os Kaingang e alguns Curutom chegaram até o topo da Serra e ali ficaram, sobrevivendo sem alimentos, à espera de ajuda. A salvação veio dos patos e saracuras, que compadecidos da situação dos homens, construíram uma espécie de açude por onde os sobreviventes escaparam. Quando as águas baixaram, os Kamé e Kaïru puderam sair do centro da montanha por duas veredas. Ordenaram então que os Curutom trouxessem seus cestos e cabaças depositados nos antigos refúgios, mas não foram atendidos. Os Curutom ficaram por ali, e nunca mais se reuniram aos Kaingang. “Por esta razão, explica o mito Kaingang, nós quando os encontramos, os pegamos como nossos escravos fugidos que são...” (BORBA:1908, 21). Os casamentos se deram entre os Kaïru com as filhas dos Kamé, e destes com aquelas. Como ainda sobrassem homens das metades tradicionais, estes casaram-se

com as filhas dos Kaingang. Assim, Kamé, Kaïru e Kaingang são parentes e amigos.

A situação de aldeamento revela surpreendentes composições das metades Kaingang, por vezes apresentando alianças inesperadas com povos Tupi-Guarani, por outras considerando outros povos Jê, como os Xokleng, originalmente identificado aos Kaingang como inimigos afastados. Assim, veremos que os Curutom, que estiveram presentes no aldeamento de São Pedro de Alcântara junto com os Kamé, eram os Xetá, povo Tupi-Guarani, agregado aos Kaingang por alianças matrimoniais. Esses casamentos, tidos como inferiores, deram origem a uma seção Kaingang, os Wonhétky (VEIGA: 1994, p. 70). Os Xokleng, por sua vez, povo Jê culturalmente assemelhado aos Kaingang, apresentam-se no século XIX completamente apartados dos Kaingang.

Em trabalho recente sobre a população Kaingang da Terra Indígena Apucarana, HELM (2001), através deste mito de criação dos índios Kaingang, registrado por Borba, conseguiu demonstrar a antiguidade da ocupação de um território tradicional pelos índios Kaingang: "o mito se refere "à terra habitada por nossos antepassados" e aos subgrupos Kaingang que deram origem às facções e clãs que caracterizam a organização social desse povo Jê." (HELM: 2001, p. 7).

“Combró: narrativa Caingangue”

“Combró: narrativa Caingangue” é um texto originalmente escrito, em 1886, por Telêmaco Borba. Trata sobre as reflexões de Borba e do cacique Kaingang Arakchó do Aldeamento de São Jerônimo.

Em uma reflexão conjunta, Telêmaco Borba e o cacique Arakchó concluem que o melhor para as duas sociedades - a indígena e a “civilizada” - era o estado de paz, que trazia vantagens para os dois lados. Para o cacique, apesar dos índios não terem as mesmas condições materiais que os “civilizados”, os últimos não tinham o direito de invadir o espaço indígena. Para ilustrar como ocorreu esta invasão ele narra a história de vida de Combró.

O grupo chefiado por Combró decide sair para procurar os objetos dos “civilizados” (facas, facões etc.). Nessa saída, os “civilizados” que haviam sido atacados juntamente com outros índios por Combró decidem atacar sua aldeia. Essa narração demonstra a rede de alianças entre os indígenas “mansos” e os “civilizados”, ambos sofriam com os ataques dos indígenas que se mantinham afastados do sistema de aldeamentos. Eles se unem para atacar os indígenas que os assaltavam. Os “civilizados” já estavam fazendo parte das narrativas indígenas que explicavam a origem das diferentes experiências vivenciadas pelos grupos indígenas.

Entre ataques e contra-ataques, Combró acaba sendo morto e deixa dois filhos: Tandó e Cohí. Depois de tempos, Tandó acaba se tornando chefe do grupo de seu pai por possuir a principal característica que um chefe deve ter: VALENTIA e ele decide vingar sua

morte. A narração nos fornece o costume Kaingang de pensar e tratar a chefia, como um herdeiro se torna chefe, das atitudes para a aproximação entre os índios e os “civilizados” e da união entre os índios “mansos” e os “civilizados”, contra os outros índios “arredios”.

“Cantos para quando fazem enterramento”

Neste capítulo, Borba apresenta três cantos que são realizados para indicar a passagem do morto para o outro mundo e desejar que o morto viva bem com os outros Kaingang que estão lá. A música primeiro é apresentada na língua indígena e depois Borba faz sua “tradução livre” sem se preocupar muito em ordenar as frases de acordo com a estrutura da língua portuguesa (sujeito, verbo e complemento), mas procura demonstrar a estrutura da língua indígena em questão.

“Princípio de pequeno vocabulário da língua Caingangue ou Coroadó”

Neste capítulo nos é apresentado um quadro comparativo de palavras em Kaingang e em português. O vocabulário se refere às partes do corpo humano, animais, adjetivos, alimentos e alguns verbos.

Borba sempre dá indicações de como as palavras deveriam ser pronunciadas. Para auxiliar o leitor, ele compara os fonemas

Kaingang com os de outras línguas mais conhecidos como o espanhol e o inglês. O que nos leva a supor que Borba também conhecia esses idiomas. Sabemos que ele ficou exilado na Argentina depois da Revolução Federalista (entre 1893 e 1895), mas alguns de seus vocabulários foram publicados antes desse período. O conhecimento da língua inglesa talvez tenha vindo do período em que trabalhou com engenheiro inglês Bigg-Whiter. Não encontramos nenhum documento ou informação que pudesse nos orientar de onde vinham esses conhecimentos das línguas estrangeiras que Telêmaco Borba utilizava para registrar a pronúncia dos fonemas Kaingang.

“Diálogo na língua dos Caingangues”

Fornece exemplos de um diálogo básico (com perguntas e respostas) no encontro de duas pessoas: cumprimentos, pedidos etc. Apresenta a mesma preocupação já citada: faz sua tradução conforme a estrutura da língua indígena e não de acordo com as regras da língua portuguesa.

“Ensaio de conjugação de verbos em Caingangue”

Fornece um quadro comparativo de verbos conjugados em vários pronomes pessoais e em vários tempos no português e no Kaingang (presente, pretérito imperfeito, futuro, futuro composto).

“Cayguás e Guaranis”

O texto é dividido nos seguintes pontos: aspecto físico, características morais, habitação, utensílios, armas, enfeites e ornatos, caçadas, agricultura, alimentação, festas, casamentos, partos, cerimônia de furar os lábios, medicina, modo de sepultar, instrumentos musicais, sistema social, religião, língua, lenda Guarani e lenda ou mito Aré.

São bem mais sumárias as notas que Borba deixou sobre os Guarani aldeados, principalmente se comparadas ao que ele escreveu sobre os Kaingang. Pode-se atribuir tal desigualdade de informações às características socioculturais dos Guarani: dispersão e forte tendência à mobilidade no território do aldeamento, que chegou a significar em alguns momentos total evasão dos grupos aldeados e distanciamento da sede administrativa.

Não há sequer menção aos Guarani-Ñandeva, o que pode ser explicado pela inserção tardia desses grupos no aldeamento de São Pedro de Alcântara.

Com relação ao aspecto físico dessa população, a beleza física dos homens e das mulheres Kaiowá chamou a atenção de Telêmaco Borba. Suas habitações eram construídas a partir de forquilhas altas de madeira forte e cobertas de palha, sendo que as paredes consistiam de paus roliços bem unidos e amarrados com cipó (BORBA: 1908, p. 53). As casas eram compartilhadas por um número grande de pessoas. Telêmaco Borba não esclarece como seriam as regras de coabitação; descreve, no entanto, como se dava a

ocupação do espaço no interior das malocas: postes de madeira suspendiam as redes dos moradores, confeccionadas em teares pelas mulheres Kaiowá, utilizando-se o algodão como matéria-prima e o fuso para a produção do fio. Cada casal ou família mantinha seu fogo para cozinhar e também aquecer nas noites frias. As habitações e roças eram feitas de forma coletiva.

As características apontadas nas habitações Kaiowá de São Pedro de Alcântara parecem corresponder à descrição da casa-grande Kaiowá, unidade de moradia da família-extensa, comunidade de produção, consumo e vida religiosa daquela sociedade.

Telêmaco Borba descreveu que as aldeias dos Kaiowá do Norte do Paraná ocupavam as florestas do rio Tibagi. O restante dos Kaiowá, dizia, mantinha-se na margem direita do rio Paraná “guardando porém com tenacidade própria de sua índole seus antigos usos e costumes” (1908, p. 51).

Observando as áreas de cultivo dos Guarani e Kaiowá do aldeamento de São Pedro de Alcântara, Telêmaco Borba descreveu uma agricultura de aspecto “em pequena escala”, onde os índios cultivavam o milho (*abaty*), feijão (*comandá*), abóbora (*anday*), batatas-doces (*getei*), amendoim (*manduy*), bananas (*pacová*), cana-de-açúcar (*taquarêê*), algodão (*mandiú*), mandioca (*mandió*) e fumo (*penten*). Sobre o sistema de cultivo das roças, os Guarani e Kaiowá de São Pedro de Alcântara faziam as roças depois das queimadas, e eram as mulheres as encarregadas do trabalho que se seguia à limpeza pesada da mata, que preparava o terreno das roças: as mulheres plantavam, cuidavam e colhiam. Os Kaiowá buscavam nas

roças a quantia necessária para o consumo diário e, com exceção do milho, feijão e amendoim, não se preocupavam em colher e guardar os produtos da lavoura. O trabalho das mulheres pode sugerir que o desdobramento das atividades agrícolas entre as plantações extensivas do aldeamento e a manutenção das roças tradicionais se dava pela divisão sexual do trabalho, ficando as mulheres Kaiowá aldeadas encarregadas da manutenção das roças domésticas.

As festas ligadas ao ciclo do milho seriam a ocasião do encontro reunindo parentelas Guarani e Kaiowá do Mato Grosso e da região do Paranapanema. Telêmaco Borba (1908:56) confirma: “escolhem para ocasião de festa, os tempos de fartura, produzidos pelo amadurecer das plantas de suas roças.” Estas festas estão descritas de forma bastante sumária: realizavam-se no pátio da habitação de uma liderança que havia convocado a festa. Neste local, em torno de um poste de madeira de um metro e meio de altura enfeitado, os Kaiowá bebiam caoim,⁵¹ cantavam e dançavam, indo e vindo em direção ao mastro.

Sobre aspectos da organização espacial dos Kaiowá de São Pedro de Alcântara, Telêmaco Borba descreveu aldeias que apresentavam um número de 100 ou mais indivíduos, reunidos em torno de um chefe local (*Tuxibá*), subordinado, por sua vez, a uma liderança geral da região (*Tuxibá Guassú*). A sucessão da chefia se dava de forma hereditária entre os Kaiowá, sendo o filho escolhido aquele que apresentava as características da perspicácia, valentia, calma e moderação.

⁵¹ Bebida preparada a partir da fermentação do milho.

Telêmaco Borba não se dedicou à religiosidade dos Guaraní, relacionava a chefia Kaiowá principalmente à administração da vida em aldeia. Segundo o autor, as lideranças organizavam as turmas de trabalho e designavam os homens para as diferentes atividades do dia - a lavoura, a caça ou a pesca e, na sequência, distribuía a caça entre as diferentes malocas.

Os Kaiowá utilizavam armadilhas (*mundéu* e laços) para caçar aves e animais de pequeno porte, como a cotias. Antas, veados e catitus eram também caçados em armadilhas, que consistiam em laços de fibra mais resistentes que prendiam a pata dos animais. Este estilo de caçada por meio de armadilhas se opunha em todos os termos às caçadas Kaingang, onde guerreiros armados de flechas, bastões e lanças incrementadas com lâminas de metal, buscavam o enfrentamento com manadas de porcos do mato e jaguares.

“Vocabulário Caiguá Chavante”

Texto originalmente publicado em 1878 quando Telêmaco Borba visitou uma aldeia Xavante em Campos Novos, Botucatu (SP).

Considerou a visita a esta aldeia muito importante para mudar a opinião que compartilhava com os outros autores de que os indígenas não possuíam algumas letras de nosso alfabeto. Ele percebeu que na língua Xavante existia o L, o R forte e um Z como o th do

inglês e que essa língua era diferente daquelas dos índios que habitavam o território paranaense que ele conhecia.

Deixou o registro desse vocabulário com a intenção de ajudar futuros estudos etnográficos que quisessem empreender um estudo mais aprofundado.

Novamente nos fornece orientações da pronúncia dos fonemas - como se deve pronunciar comparando o som aos semelhantes que conhecemos. Além disso, há o quadro comparativo entre o português, o Cayguá (Guarani) e o Xavante com um vocabulário referente a animais, números, utensílios etc.

“Princípio da conjugação de verbos em Guarani”

Texto originalmente escrito em 1891 com os dados fornecidos pelo cacique guarani João Roberto.

Novamente um quadro comparativo das conjugações em todas as pessoas e em vários tempos verbais em português e em Guarani. Borba ressalta que este escrito é apenas apontamentos e que cabe aos especializados aprofundá-lo.

“Vocabulário Kaingangue e Guarani”

Apresenta um quadro com o vocabulário nas três línguas: português, Kaingang e Guarani. Nesta comparação mais ampla, percebemos que existem palavras em Kaingang que não possuem correspondente em português, o mesmo acontecendo com o Guarani e, às vezes, Telêmaco Borba fornece uma palavra em português que não tem correspondente em nenhuma das línguas indígenas.

O vocabulário abrange palavras referentes às partes do corpo humano, elementos da natureza, coordenadas geográficas, objetos domésticos, instrumentos de navegação, caça e pesca, vestuários, acessórios femininos e adornos, instrumentos musicais, diferentes graus de parentesco, profissões, animais, aves, insetos, alimentos, números, pronomes, noções de quantidade, adjetivos, cores, noções de tempo e espaço, verbos e expressões mais utilizadas entre os indígenas.

Borba nos forneceu uma frase estruturada corretamente em português e após o seu correspondente nas línguas indígenas e a tradução literal do texto de acordo com cada estrutura indígena, por exemplo:

- Português: Eu chego da serra.
- Kaingang: Crinte in cantin (serra eu venho)
- Guarani: Hé áju auĩti (eu venho serra)

“Etymologia de nomes, alguns rios e lugares da Comarca de Guarapuava, na língua dos Coroados, Guaranis”

É um texto originalmente escrito em 1888. Este capítulo explica a história dos nomes de origem Kaingang (que depois foram alterados ou abreviados pelos brancos) de algumas localidades do Paraná, por exemplo:

- GOIOEM: rio que não se pode transitar a pé
- XAPEKÓ: modo de caçar ratos à noite
- XOPIM: apagar o fogo
- XAGÚ: cabeça de tigre no caminho
- CAMPO ERÊ: campo da pulga
- XANXERÊ: campo da cascavel
- PALMAS: campo do pilão grande
- GUARAPUAVA: campo da clareira grande

Borba pretendia demonstrar que os habitantes da região eram ascendentes dos Kaingang, pois caso contrário a denominação dessas localidades teria que ser em outro idioma.

“Caguaré Jaguarete”

Texto originalmente escrito em 12 de fevereiro de 1907. É a transcrição do diálogo entre o tigre e o tamanduá.

O tigre e o tamanduá começaram uma discussão para saber quem comia formigas e quem comia carne. Para tirarem a dúvida resolveram evacuar juntos para saber então quem comia mais carne. Evacuaram de olhos fechados, mas o tamanduá abriu os olhos antes e roubou o excremento do tigre. Após muita discussão, o tigre acaba retirando o olho do tamanduá, mas é o tigre que morre no final.

Essa narrativa demonstra a explicação dada pelos índios para as diferenças que existem na natureza, ou seja, o fato de alguns animais somente se alimentarem com algum tipo de alimento ou terem preferência por algum alimento em específico. Não consegui encontrar de qual etnia Borba fez esse registro, portanto, nem saber mais sobre o papel desses dois animais nas narrativas desses indígenas.

“Túmulos”

Em suas explorações pelo município de Tibagi, Telêmaco Borba encontrou vários modos de enterramentos indígenas: as tradições Kaingang e Guarani, o modo anterior à ocupação dos territórios Kaingang e Guarani e a cremação.

Através dos vestígios linguísticos (nomes de rios e lugares) conclui que os Guaianazes que habitavam os campos e os Carijó que

habitavam o litoral eram de origem Guarani, mas o fato de encontrar a utilização da cremação para o enterramento levantava uma questão - qual grupo utilizava esse método? visto que os Guarani não possuíam esta prática. Apesar de “deixar a resposta para os estudiosos competentes”, Borba afirma que o Tibagi fora habitado por grupos indígenas diferentes devido a maneira de enterrar seus mortos.

Com base em Gabriel Soares de Souza (que escreveu Roteiro do Brasil), diz que na época da descoberta os Guaianá habitavam os campos do Paraná e que todo material arqueológico descoberto nessa região deveria ser atribuído a esse grupo.

“Kainganges e Guaianãs”

Através dos estudos antropológicos, sabemos hoje que os Kaingang, como população, foram contatados logo após o descobrimento pelas expedições de reconhecimento e exploradores do território. Pertencem ao tronco linguístico Macro Jê com várias subdivisões tanto linguísticas quanto grupais. Para o Brasil Meridional os povos de mais destaque são os Kaingang e os Xokleng.

Von Ihering⁵² procura identificar os Kaingang do Paraná com os Guaianazes que dominavam as campinas de Piratininga, São Paulo, na época do descobrimento. Existem, no entanto, várias e sérias discordâncias entre os estudiosos. Ressalva-se, porém, que os Goianazes dos quais descendem os Kaingang ou Coroados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, não são os da “famosa tribo Guayaná de Tibiriça”, que habitavam ambas as margens do Anhemby ou Tiête, mas sim os Guayanãs mais do sul, mais tratáveis e mais mansos (LEÃO: 1910).

Essa denominação Guayaná se perdeu sucessivamente. Conservou-se apenas no oeste do Estado de São Paulo, nos municípios de Itapeva e Faxinal (VON IHERING: 1907, p. 208). Estes Guayaná (Kaingang) de São Paulo tiveram envolvimento na fundação desse estado em 1569, retirando-se depois para as aldeias de São Miguel e Pinheiros (VON IHERING: 1906, p. 229).

O mesmo von Ihering (1907, pp. 202-225), num estudo sobre a Antropologia de São Paulo, coloca observações válidas para os Jê do Paraná. Segundo ele, a dificuldade para o estudos dos índios do Brasil seria a falta de conhecimentos etnográficos e, de modo

⁵² Hermann von Ihering nasceu a 9 de outubro de 1850, em Giessen, na Alemanha. Formou-se em Medicina e Ciências Naturais. Em 1876 doutorou-se na Universidade de Erlange, defendendo tese sobre a *Significação do aparelho auditivo nos moluscos, tendo em vista a sua classificação natural*. Em 1880 mudou-se para o Brasil, fixando residência no Rio Grande do Sul. Mudou-se para São Paulo para integrar a Comissão Geográfica e Geológica desse estado. Com a anexação do Museu Paulista (fundado em 1893) à Comissão Geográfica e Geológica, von Ihering assumiu o cargo de diretor efetivo desse museu, em 15 de janeiro de 1894. Durante vinte e dois anos exerceu o cargo de diretor do Museu Paulista, editando vários tomos da Revista do Museu Paulista onde escreveu inúmeros artigos. Em 1916 deixou a direção do Museu Paulista e alguns anos depois retornou à Alemanha, vindo a falecer em 26 de fevereiro de 1930.

especial, “a definição exata do que sejam os Jê”. As separações linguísticas feitas por alguns autores lhe parecem inoperantes de vez que “as diferenças linguísticas entre os diversos membros da família Jê são muito grandes e mesmo entre o grupo meridional dos Jê se encontram diferenças muito evidentes... Devemos lembrar que todas as dissemelhanças não se baseiam exclusivamente na diversidade de vocábulos”. Von Ihering prefere usar como elementos diferenciais certos hábitos da cultura material. Exemplifica com o botoque auricular ou labial usado entre vários grupos Jê, mas não entre os Kaingang; também com as pontas de flechas que são farpadas em ossos.

Telêmaco Borba leu os artigos de von Ihering sobre os índios Kaingang, chamados na época de Coroados e concorda que há confusão na denominação das tribos, ou seja, um mesmo grupo indígena possui diferentes nomes. Cita os exemplos de von Martius⁵³ e de Saint-Hilaire que chamam os Coroados de Camés. Outras pessoas dedicadas ao estudo dos grupos indígenas chamam os Coroados de Bugres ou Tupys. (BORBA: 1904, p. 53 ss).

Segundo Egon Schaden (1989), o Kaingang seria um povo independente com diferenças linguísticas e culturais em relação aos Jê. As diferenças culturais se acentuam, de modo especial, nas crenças de forte embasamento místico. Os Kaingang têm variações culturais comuns a todos os grupos. Por isso, segundo Schaden, torna-se

⁵³ Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) - botânico alemão, realizou uma longa expedição por várias regiões brasileiras. Além dos relatos de suas viagens e de obras dedicadas à sua especialidade, deixou pequenas obras escritas sobre a historiografia e a etnologia nacionais: O Estado de Direito entre os aborígenes do Brasil e como se deve escrever a História do Brasil.

difícil estabelecer as diferenças entre as várias hordas ou grupos da tribo, às vezes em conflito.

Com relação à denominação Coroados, seria apropriado lembrar o seu uso para os Kaingang de São Paulo. Esse nome Coroados, por sua vez, gera confusão com seus homônimos de Minas Gerais e Mato Grosso. Kaingang ou Caingang é o nome geral usado para o Brasil Meridional. Kaingang com “K” ou “C” é a designação consagrada para esse grupo, desde 1882, por Telêmaco Borba e repetida por Taunay (VON IHERING:1907, pp.208-210 e BORBA: 1904: p. 53 ss).

Borba, ressaltando o estudo sobre mitos e lendas, diz categoricamente que as suas informações sobre os índios do Paraná “não são fantasia”, mas sim “observações resultantes do convívio entre os Kaingang legítimos, os Camé, os Kaiurucrés e os Kaingang, sendo que os índios de Palmas e Guarapuava “chamam-se Camés”.

Capistrano de Abreu foi um historiador que nas últimas décadas do século XIX e começo do século XX desenvolveu um corpo de conhecimentos sistemáticos da sociedade e da história brasileira, procurando definir como teria sido constituída uma identidade nacional própria, com seus traços históricos, antropológicos e sociológicos desde o período colonial. Ele faz uma inovação na interpretação do Brasil e constrói seu parecer no período em que a monarquia estava abalada, assim como a escravidão, e se buscava novas bases econômicas, sociais e políticas para o Brasil.

Ele propõe uma nova forma de se pensar o passado brasileiro, privilegiando o povo e sua constituição étnica e não mais o Estado Imperial. Em sua valorização da constituição étnica ele privilegia o indígena e nega o destino pré-fixado pelos cientificistas europeus, que afirmavam a impossibilidade de uma nação civilizada nos trópicos e ainda por cima miscigenada, e valoriza a singularidade de cada povo para enfatizar o tempo histórico especificamente brasileiro (o povo, suas lutas, seus costumes, a miscigenação, o clima tropical e a natureza brasileira). Ele privilegia a presença indígena e pensa um Brasil mais mameluco do que mulato, mais sertanejo do que litorâneo.

Como em sua interpretação o personagem principal é o povo, nela o indígena ganha um papel importante na formação do Brasil. Para Capistrano, o que houve de diverso entre o brasileiro e o europeu deveu-se ao clima e ao indígena. O brasileiro é o europeu que sofreu um processo de diferenciação graças ao clima e à miscigenação com o índio.

Quando escreveu sua interpretação da História do Brasil, Capistrano de Abreu falou do indígena em seus hábitos, comportamento, atividades, técnicas, guerras, vida sexual, trabalho, educação, religiosidade, artes, lendas e língua. E também procurou fazer avaliações, como por exemplo o fato de o indígena somente domesticar animais de estimação e não para o uso da vida cotidiana; possuir uma agricultura incipiente; depender do trabalho das mulheres, consideradas inferiores aos homens; ser nômade, antropófago; ter os sentidos apurados e cultuar os antepassados. Os indígenas possuem

uma língua comum e vivem, infelizmente, dispersos, porque o meio dispensa e impede a cooperação.

Em seus estudos quanto ao elemento indígena, Capistrano de Abreu comenta os pareceres de von Ihering e contesta o ponto sobre a nacionalidade dos Guayanãs. Telêmaco Borba critica Capistrano de Abreu por este ir contra o parecer de von Ihering a respeito da nacionalidade dos Guayanãs e a extensão por eles habitada, e principalmente por Capistrano de Abreu considerar os Coroados descendentes dos Guayanãs.

Para Borba, Capistrano de Abreu erra quando discorda das opiniões de von Ihering sobre a nacionalidade e a territorialidade ocupada pelos Guayanãs, e principalmente quando considera os Kaingang como descendentes dos Guayanãs. Borba aponta dois pontos que confirmam porque Capistrano de Abreu errou em suas observações e nas considerações sobre os Kaingang como descendentes dos Guayanãs. Primeiro, o litoral do Paraná era muito estreito para abrigar uma horda tão grande que vivia da caça e da coleta. Segundo, a prova de que os Guayanãs eram da nação Tupi ou Guarani e habitavam quase todo o território paranaense são os nomes dos rios e das localidades que se estendem do litoral até as fronteiras do Paraná, que são denominações Guarani. Apenas na região de Palmas e de Guarapuava é que existiam localidades e rios com nomes na língua dos Kaingang. Portanto, se os Guayanãs fossem os ascendentes dos Kaingang e não fossem Guarani deveriam, as localidades que percorreram, ter nomes da língua dos Kaingang (Coroados para Borba), comenta Borba (1904).

“Vocabulário dos idiomas Guaianã e Kainguange”

Pequeno quadro comparativo dos idiomas em português Guaianã e Kaingang referente a animais, partes do corpo humano, alimentos, utensílios, denominações de parentesco e elementos da natureza.

“Do Jataí ao Salto do Guairá”

Texto originalmente publicado em 1882 no jornal “Echo dos Campos” que circulava na região de Castro nessa época.

Por dez anos (de 1848 a 1858) o Porto do Jataí, no que se referia à ocupação indígena, foi um aldeamento exclusivamente Guarani e Kaiowá. Para ele convergiram os primeiros grupos Kaiowá e Guarani no final da década de 1840 e foi no Jataí que aportaram em 1848 as embarcações da expedição de Elliot, conduzindo por volta de 200 Kaiowá da margem direita do rio Paraná para se aldearem no Tibagi. Aos olhos de Telêmaco Borba, os índios identificavam nos aldeamentos duas forças de atração: os aldeamentos seriam locais seguros para a proteção contra os inimigos e fonte garantida para a subsistência. As forças centrípetas dos aldeamentos seriam, assim, de duas naturezas: ancoravam-se na capacidade provedora do estabelecimento, na fartura de suas plantações, no fornecimento de mercadorias (ferro, sal, mercúrio doce, tecidos, armas brancas e de fogo, munição) e asseguravam à população indígena um espaço de neutralidade, mantido livre dos conflitos entre etnias ou facções inimigas.

A população indígena de São Jerônimo, autoidentificada como pertencente à facção Kamé dos Kaingang, chegou a contar na década de 1880 com 400 pessoas, número que crescia na época de inverno, quando grupos Kaingang de toda a região reuniam-se nas proximidades do aldeamento. Os visitantes do inverno vinham de diversas regiões: de São Pedro de Alcântara e dos rios Ivaí e Piquiri.

Em 1863 Jocelim Borba, irmão de Telêmaco Borba, na época administrador de São Pedro de Alcântara, foi o diretor do Aldeamento de Santo Inácio do Paranapanema, e para lá conduziu, entre funcionários e moradores, 22 antigos habitantes de Pirapó. Nele habitava o cacique Pahí dos Kaiowá e grupos ligados a outras lideranças Guarani com seus respectivos grupos. Na década de 1870 o número de índios de Santo Inácio variou de 64 indivíduos (em 1870) a 230 (em 1874).⁵⁴ Neste total não estavam incluídos os índios Kaiowá e Guarani que frequentavam esporadicamente Santo Inácio. No ano de 1875 Santo Inácio foi visitado por nada menos do que 26 canoas que traziam 292 Kaiowá originários da margem direita do rio Paraná e do vale do Paranapanema.⁵⁵ A disposição dos índios em Santo Inácio mantinha o padrão encontrado nos outros aldeamentos, isto é, alguns grupos domésticos ligados ao cacique Pahí habitavam o chamado “círculo urbano” do aldeamento: Pahí morava na casa da administração, e outros Kaiowá utilizavam-se de “pequenos ranchos provisórios” construídos no aldeamento.

Os demais Guarani e Kaiowá contabilizados nos relatórios oficiais habitavam aldeias localizadas nos rios Vermelho, das Cinzas

⁵⁴ Relatório do Presidente da Província do Paraná, 1875.

⁵⁵ Relatório do Presidente da Província do Paraná, 1876.

e Iguatemi (no atual estado do Mato Grosso) e mantinham-se agregados ao Aldeamento de Santo Inácio.

Santo Inácio do Paranapanema foi extinto em 1878, quando nele moravam 123 Kaiowá e Guarani. Telêmaco Borba lamentava que se extinguisse um aldeamento bastante povoado, que além disso, sabemos, ocupava lugar estratégico no sistema de comunicação da região:

(...) hoje outra vez abandonado, por ordem do governo, de economia nas pequenas despesas. Era o aldeamento em 1876 povoado por perto de 300 habitantes compostos pela maior parte de indígenas Caiguás pacíficos e industriosos (...). Viviam empregados no plantio da cana, café, arroz, milho, feijão e outros gêneros de primeira necessidade, cujas sobras vendiam no Jataí; e hoje é um montão de destroços acumulados sobre as anteriores ruínas.
(BORBA: 1908, p. 145).

A questão do faccionalismo hierárquico entre os Kaingang definia a forma de uso dos aldeamentos por essa população. A presença dos Kamé nos aldeamentos do Tibagi decorria de disputas destes com a facção Votor que datavam do início do século XIX. Os Kaingang que se apresentaram nos aldeamentos em 1858 e 1859 eram originários da região dos rios Piquiri e Ivaí, onde vinham sendo instigados pelas facções contrárias aldeadas nos Campos de Guarapuava e Palmas, região da qual o grupo seccionário do Jataí já havia sido expulso no início do século.

3

O INDIGENISMO

Ele não era um preador, mas sim um estudioso, um admirador do gentio, que aceitava a sua cultura, os seus processos de imediata exploração da natureza, os seus utensílios, etc. Não se aproximou nunca dele sem outro desejo que o de paz, e de reincorporá-lo ao nosso mundo, para que a sua influência se revigorasse e o seu valor humano se afirmasse. De certo modo, ele foi pioneiro no Paraná de estudos etnográficos (...) (LINHARES, 29/08/1970).

3.1 - A Política e a Legislação Indigenista no Brasil

Com a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759 pelo Marquês de Pombal e a chegada da Família Real em 1808, a política indigenista viu seu campo reduzido e sua natureza modificada, pois não haviam mais discussões, nem opiniões contrárias referentes à escravidão dos índios e a ocupação de suas terras. A partir de meados do século XIX, a discussão se dirige para o tema das terras indígenas e não mais sobre o trabalho e a mão de obra indígena.

No início do século XX, temos um movimento de opiniões que culminará com a criação do SPILTN⁵⁶ em 1910. No ano de 1918 o SPILTN passa a ser denominado apenas SPI.⁵⁷ Em meio às acusações de corrupção, o SPI é extinto em 1966 e no ano seguinte é criada a FUNAI⁵⁸ para substituí-lo, mas a política indigenista ainda está atrelada ao Estado e às suas prioridades. E na integração do índio à sociedade nacional.

A legislação indigenista no período colonial era ineficaz, confusa e contraditória, apesar das leis coloniais relativas aos índios serem resultantes do debate entre as principais forças políticas da colônia sobre a questão da integração ou não dos indígenas.

As relações de contato com os povos indígenas eram uma preocupação central e tema de debate constante entre a metrópole e a colônia. Os principais atores da questão indígena colonial eram os jesuítas e os colonizadores europeus que passaram a habitar as terras brasileira. O projeto colonial contava com a mão de obra indígena para efetivá-lo: cultivo da terra e defesa do território.

Os jesuítas defendiam a liberdade dos índios, mas os colonos achavam que eles queriam monopolizar a utilização da mão

⁵⁶ SPILTN = Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais. Foi o primeiro aparelho governamental criado para gerir a relação entre os povos indígenas com os diferentes grupos sociais e demais aparelhos de poder. Sua visão era de que o índio poderia conviver na comunhão nacional, porém era visto como inferior culturalmente. O Estado tinha que lhe dar condições de evoluir para ele se integrar à nação, ou seja, era influenciado pelo positivismo que acreditava na evolução espontânea destas sociedades. O fracasso das missões religiosas fez o Estado intervir na questão indígena.

⁵⁷ SPI = Serviço de Proteção aos Índios.

⁵⁸ FUNAI = Fundação Nacional do Índio com o mesmo objetivo de integração do índio à sociedade nacional.

de obra indígena, impedindo assim o desenvolvimento da colônia. De outro lado, a coroa portuguesa precisava das duas funções:

1. dos jesuítas que mantinham os índios aldeados e sobre controle;
2. dos colonizadores que garantiam a posse e o rendimento econômico da colônia.

Assim, pressionado por essas duas forças, a Coroa Portuguesa produziu uma legislação indigenista contraditória e instável submetendo a questão indígena às pressões econômicas.

A legislação indigenista declara a liberdade dos índios, mas com restrições do cativo a alguns casos determinados. Em certo momento, aboliu tais casos legais de cativo e depois os restaurou, oscilando entre a liberdade e a escravização dos índios. Considerava os índios do Brasil como sendo todos iguais, pertencentes a um único grupo indistinto, fazendo a diferenciação entre os índios aldeados/aliados e os índios selvagens/inimigos, assim, aplicava-se uma linha da política indigenista para os índios aldeados e outra para os inimigos. Nas leis de distinção essa diferença era anulada.

Na primeira metade do século XIX, criam-se os aldeamentos indígenas com o objetivo de “catequizar e civilizar” os índios para depois serem integrados à sociedade dos não índios. Os aldeamentos procuravam incentivar o contato com os brancos para facilitar a integração dos índios e a utilização de seus serviços. As terras das aldeias são garantidas aos índios e nos aldeamentos deviam viver apenas os índios e os missionários. Depois as leis passam a instituir a

administração leiga. O aldeamento garantia a conversão, a ocupação, a defesa do território e a reserva de mão de obra para o desenvolvimento econômico. Estes eram os propósitos do projeto colonial.

No século XIX, a questão indígena deixa de ser uma questão de mão de obra e se torna uma questão de conquista de terra. A preocupação era saber como deveriam se apoderar das terras indígenas dos aldeamentos. Antes as decisões da política indigenista eram tomadas pelos moradores, pela Coroa e pelos jesuítas. Depois da vinda da Família Real, em 1808, a voz que se impõe é a do poder central. Em 1759 o Marquês de Pombal já havia expulsado os jesuítas, mas na década de 1840, quando se reintroduz o trabalho de missionários religiosos (os capuchinhos) no projeto, eles ficam subordinados ao Estado.

A questão era o que fazer com os índios: exterminá-los ou civilizá-los, incorporando-os como mão de obra na sociedade. Dom João VI foi adepto do combate com violência ao índio para liberar espaço para a colonização. Porém, José Bonifácio retomou a questão indígena dentro de um projeto político mais amplo, ou seja, “incorporar os índios à população livre e se criar o povo desejado”. O discurso oficial era fazer uso de meios “brandos e persuasivos” para o tratamento dos índios e para atraí-los à sociedade civil.

O sistema de aldeamento era a transição para a integração dos indígenas à sociedade nacional. A administração dos aldeamentos era leiga, sendo o missionário um assistente religioso e educacional do administrador, mas, devido à falta de diretores de índios, era frequente os missionários também atuarem como diretores

dos aldeamentos. Foi o caso do Paraná: os missionários estavam a serviço do governo que estava interessado na questão de terras e garantir as fronteiras do império e acabaram acumulando, além da função religiosa, as obrigações de diretores dos aldeamentos.

Aldeamento era o termo colonial para se referir ao agrupamento de índios alocados por oficiais da Coroa ou pelos missionários. Pela Lei de 12 de agosto de 1834 as Assembleias Provinciais e os seus governos deveriam cuidar da civilização e da catequese dos indígenas. Assim, foram criadas as colônias indígenas para apressar o processo de integração. O período imperial é marcado pela criação das Diretorias Gerais dos Índios (1845) que favorece a catequese, proibindo a servidão dos índios e os maus tratos. O Decreto Nº 426 de 24 de julho de 1845 determinava o regulamento acerca das missões da Catequese e Civilização dos Índios, onde foram estabelecidas as diretrizes gerais para a administração dos aldeamentos indígenas. Os grupos indígenas, que habitavam os sertões da província do Paraná, foram confinados em áreas consideradas devolutas, delimitadas pelo governo imperial, ficando progressivamente com espaços cada vez mais restritos. Os indígenas foram obrigados a viver nos aldeamentos segundo as regras estabelecidas pelo missionário encarregado e por um administrador.

O objetivo do governo era a colonização dos sertões paranaenses para constituir uma ligação entre São Paulo e a região do Prata, a fim de garantir os limites com os territórios pertencentes aos espanhóis. O sistema de aldeamentos em áreas delimitadas pelo Estado era para que os índios fossem integrados no mundo “civilizado”.

A miscigenação dos índios com os brancos seria uma solução, por isso a permissão da presença de brancos nos aldeamentos.

A política de integração das comunidades indígenas à nação brasileira ocorreu no Estado imperial brasileiro por estar vinculada à constituição do Estado Nacional após a independência. É admitido o caráter pluriétnico da população, e todas as políticas voltadas para as populações indígenas foram no sentido de integrá-las no Estado Nacional e dissolvê-las nas populações nacionais. Assim, a política indigenista do Brasil império se pautou pelos objetivos da sociedade dominante e não pelas necessidades das comunidades indígenas ou pela defesa dos índios. Foram os interesses da sociedade nacional que imprimiram a política indigenista do Estado brasileiro, e ela esteve condicionada de acordo com os interesses das elites agrárias no movimento de expansão de seus domínios. O que estava em jogo, na segunda metade do século XIX, era a ocupação e domínio dos territórios indígenas.

E foi nesse momento que as comunidades indígenas sofreram um processo acelerado para se ajustarem ou se integrarem à sociedade envolvente. Um dos marcos desse ajuste e integração foi o Decreto nº 426, de 24 de julho de 1845,⁵⁹ que regulamentava as Missões de Catequese dos Índios. O decreto tinha como eixo principal a fixação das populações indígenas em determinadas áreas, impunha-lhes a tutela governamental e instituiu o paternalismo administrativo.

⁵⁹ Conforme Anexo 5.

No entanto, a integração não ocorreu tão tranquilamente como imaginavam seus formuladores. Foi marcada por atritos da sociedade nacional com as comunidades indígenas, não como fatos isolados que atingiram determinados grupos em determinadas regiões, mas como um fenômeno genérico que afetou os povos indígenas no país inteiro. Resultante desses atritos e enfrentamentos, podemos perceber, não a assimilação ou a integração total das comunidades indígenas à sociedade nacional, mas sim, conforme Darcy Ribeiro,⁶⁰ um grande extermínio e os sobreviventes desse extermínio permaneceram indígenas, como povos distintos dos brasileiros.⁶¹

Se a nível nacional o que estava evidente em termos de política indigenista era a conquista das terras dos índios, no Paraná foi também essa a meta dos não índios e dos governos provinciais na segunda metade do século XIX. A ocupação dos vastos territórios pertencentes aos índios estava na pauta dos governantes, bem como na ação cotidiana das populações das áreas de fronteira da província. Os interesses da sociedade regional determinavam as áreas a serem ocupadas e a integração dos povos indígenas.

Os territórios pertencentes aos povos indígenas⁶² que tradicionalmente ocupavam esse espaço do Paraná foram submetidos à conquista e a ocupação pela sociedade paranaense. No tratamento

⁶⁰ RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

⁶¹ Roberto Cardoso de Oliveira em “O processo de assimilação dos Índios Terena” (1960) informa que não há um só povo indígena que tenha sido assimilado à sociedade nacional.

⁶² Kaingang, Xokleng, Xetá, Guarani-Kayová e Guarani-Ñandeva.

dados pela historiografia tradicional e oficial do Paraná⁶³ esses espaços só vão existir com a ação exterior de conquistadores, ela ignora importantes acontecimentos como as invasões, as conquistas, a exploração, os conflitos e a presença de índios como sujeitos de sua história e que lutaram pela manutenção de seu espaço e de seu modo de vida. Essa interpretação aceita a ideia de que os territórios eram vazios e estavam prontos para serem ocupados. Então em 1854 o Decreto nº 1318 regulamenta a Lei de terras e encarrega as Comissões Provinciais de demarcarem as terras dos Aldeamentos Indígenas.⁶⁴

Indigenismo é o conjunto dos valores, normas e ações adotadas pelo governo em relação aos grupos indígenas, através das quais operava uma intervenção deliberada sobre a vida das comunidades indígenas visando disciplinar as relações e o comportamento desses grupos segundo os interesses da sociedade nacional.

Para saber como se deu a especificidade da aplicação da política indigenista no Paraná, a análise foi baseada na documentação oficial referente à política indigenista. A atividade indigenista é um modo de intervenção na vida das comunidades indígenas, segundo os interesses e valores da sociedade nacional. A política indigenista é estimada segundo os propósitos da sociedade nacional que se exprimem através das ações dos órgãos intervencionistas e não das “necessidades” e interesses dos grupos assistidos.

⁶³ Cecília Westphalen, Brasil Pinheiro Machado e Rui Wachowicz.

⁶⁴ Ver Lúcio Tadeu MOTA (1998 e 2000).

O indigenismo tem que ser pensado enquanto um discurso, ele não existe desenraizado de uma historicidade - no caso, é a temática da construção de discursos sobre a sociedade brasileira, a delimitação simbólica e política do território e os modos de povoamento que orientaram o tratamento voltado aos indígenas.⁶⁵

3.2 - Peculiaridades do indigenismo no Paraná

Analisando os relatórios dos presidentes da província do Paraná, percebemos que há sempre uma seção referente aos indígenas, onde fazem a avaliação do serviço de Catequese e Civilização dos Índios. Essa avaliação refletia o debate nacional sobre a civilização dos índios e a questão da participação ou não desses religiosos,⁶⁶ mas ao mesmo tempo esses relatórios eram enriquecidos com os detalhes dos acontecimentos do Paraná, contribuindo para a discussão a nível nacional. Nesses relatórios cada um dos governantes emitia sua opinião sobre o serviço da Catequese e da Civilização dos Índios, ora concordando com o seu antecessor, ora discordando e intervindo nos rumos desse serviço.

O primeiro presidente da província - Zacarias de Góes e Vasconcelos - logo que assumiu a presidência tomou medidas no

⁶⁵ Ver LIMA (1995), que define o indigenismo como um conjunto de ideias e metas relativas à inserção dos povos indígenas à sociedade nacional, enfatizando a formulação de métodos para o tratamento das populações indígenas segundo uma definição específica do que seja o elemento indígena.

⁶⁶ Podemos acompanhar essa discussão através dos artigos publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

sentido de implantar no Paraná a política de catequese e de civilização dos indígenas, determinada pelo governo imperial através do Decreto nº 426 de julho de 1845. Ele parecia ter claro que pela força essa tarefa não teria resultado satisfatório, e por isso deveria contar com a ajuda dos religiosos: “(...) o Governo propõe promover a catequese das hordas selvagens confiando no poder da religião”. (Zacarias de Góes e Vasconcelos, 08/02/1855).

O principal objetivo dos aldeamentos era a civilização dos indígenas através da catequese. Segundo acordo estabelecido com o presidente da província do Paraná - Zacarias de Góes e Vasconcelos - não haveria a intervenção de autoridades civis nos aldeamentos, ficando os mesmos a cargo dos missionários até o momento em que os indígenas fossem considerados definitivamente aldeados e civilizados, pois: “... na causa da civilização dos índios, vêm não só um assumpto da philantropia, mas um alto interesse político do estado ...” (Zacarias de Góes e Vasconcelos, 08/02/1855). Esse interesse político era a colonização do território, dos sertões do Paraná, aonde a presença dos indígenas e seus constantes ataques eram a pior ameaça aos propósitos governamentais: “No estado de embrutecimento, em que vivem, são entes perfeitamente inúteis, quando não se tornão prejudiciaes.” (Henrique de Beaurepaire Rohan, 1º/03/1856, p. 49).

Em relação à atuação dos capuchinhos, os presidentes de província concluem que esse não estava sendo o meio mais eficaz para a civilização dos indígenas, pois estavam priorizando o aspecto religioso. Para Henrique Rohan, o meio de proceder com os selvagens ocorria em três momentos: conquista, catequese e civilização.

"A primeira é uma questão de polícia, a segunda o predicado da religião e a terceira o resultado da indústria." (idem, p. 50).

A conquista não se faria por meio da violência como foram as bandeiras, mas pela sedução através da doação de ornamentos e utensílios aos índios - amansar os selvagens que atacavam as fazendas. Era necessário fazer o índio conhecer ou reconhecer a superioridade dos recursos dos "brancos" e a boa intenção que havia em seus procedimentos, para daí o missionário poder atuar junto ao indígena através de práticas com significação. Por fim, após o trabalho dos missionários, os indígenas estariam aptos a se dedicar ao trabalho remunerado (principalmente a abertura de estradas), o que resultaria no incentivo da indústria.

Convêm utilizar essas forças, que vivem dispersadas pelos desertos, procurando adicional-as a população civilisada, que cobre uma pequena parte de nosso território. (idem, p. 51).

Pelos homens de religião, cumprimos com o dever que nos impõe o evangelho, chamando a grey christã esses infelizes, que jazem imersos nas trevas do gentilismo; como político, temos de proporcionar ao nosso paiz todos os meios de incremento que nos offerece a própria natureza. (idem, p. 52).

Apesar de acusarem que o sistema de aldeamentos dos capuchinhos não atingia seus objetivos, os presidentes da província sempre estavam procurando um meio de “chamar à vida civilizada o maior número possível de selvagens, como interessa à sociedade e é dever de caridade” (Francisco Liberato de Mattos, 07/01/1859, p.14) e de “felicital-os com a vida civilizada, mas muito resta à fazer, ou quasi tudo ...” (José Francisco Cardoso, 1861).

O governo tinha o problema das “hordas selvagens errantes”, a solução era a catequese que seria aplicada pelos capuchinhos para “domesticar” os índios, que se tornariam lavradores e se misturariam com a população branca e não seriam mais uma atribuição do Estado, ou seja, não se teria mais que aplicar verbas públicas nos “índios selvagens”. As etapas para a realização do programa civilizatório eram bem claras: SEDUÇÃO – SEDENTARIZAÇÃO - CONVERSÃO E TRABALHO.

A etapa inicial, a sedução, ocorria com a distribuição de brindes (facas, facões) aos indígenas para atraí-los para os aldeamentos. Então, a segunda etapa, seria o trabalho para a manutenção dos indígenas nos aldeamentos, fazê-los se acostumar ao paladar e aos instrumentos dos civilizados, depois se passaria a fornecer aos índios as ferramentas com as quais eles poderiam fazer o que necessitavam, e não mais fornecer o produto pronto, assim estariam induzindo os índios ao trabalho. Tudo isso sempre com a presença de brancos/civilizados nos aldeamentos para servirem de exemplo.

Antonio Barbosa Gomes Nogueira, presidente da província do Paraná em 1862, era contra a distribuição de brindes aos

indígenas, salvo quando eram dados em reconhecimento a alguma boa ação praticada ou como resultado do trabalho, para ensinar ao indígenas que o trabalho tem um valor. Nos outros casos considerava um desperdício, pois os indígenas às vezes não conheciam o valor do brinde ou suspeitavam dele. Para ele “o selvagem não se leva somente pela brandura: o modo e o reconhecimento da superioridade e recursos do homem civilizado podem fazer talvez mais em um dia o que os brindes em um anno”. Para ele, o futuro do país dependia da regularização dos aldeamentos indígenas como povoações civilizadas. Apesar de não considerar satisfatório o número de indígenas que foram chamados para o “trato social”, ele considera que o trabalho para a civilização dos índios não regrediu, nem estacionou no objetivo de regenerar as “hordas selvagens que erram no interior da província”. Considerava necessário o contato do índio com o homem civilizado, apesar dos conflitos e devastações que causavam, pois através desses contatos os índios aprenderiam mais, já que não havia desenvolvimento e resultados úteis da catequese sobre a selvageria dos índios, que não se curvavam aos atrativos da civilização. Gastava-se muito e não se conseguia atingir os objetivos da catequese; o dinheiro gasto com a catequese e civilização dos indígenas seria melhor empregado se fosse utilizado na proteção dos colonos.

Os diretores de aldeamentos tinham a função de atrair os indígenas para as colônias através de meios brandos, não violentos, fazendo com que os indígenas percebessem as vantagens da vida social através dos brindes que lhes eram oferecidos e do tratamento da caridade que recebiam. Deveriam ainda instruir-lhes os princípios religiosos e as primeiras letras.

O elemento religioso só por si nada fará, sem o auxílio da força. As tribus selvagens interpretam por fraqueza e abandono a caridade e resignação evangélica ...

A indolência e os hábitos da vida nomada lhes inspiram tédio ao trabalho e aversão aos aldeamentos. (André Augusto de Pádua Fleury, 1865, p. 61).

André Fleury e Horta de Araújo concordam com os aspectos levantados por Henrique de Beaurepaire de que era necessário ter o método de conquista, catequização e de civilização. Primeiro deveria tomar posse do selvagem para ele reconhecer a superioridade do homem civilizado, pois:

(...) em quanto o indígena puder evitar o contato com o homem civilizado, fal-o-há. É preciso por obstáculos a satisfação dos instintos que o leva a continuar ser o que é. Dahi a necessidade dos aldeamentos onde tem lugar os serviços do catechista. Logo apoz cumprir chamar o indígena aos hábitos da civilização por meio do trabalho bem dirigido. Não confio só na palavra e na dedicação dos religiosos, principalmente do que não conhece a língua do selvagem. (José Feliciano Horta de Araujo, 15/02/1868, p. 41).

A maior parte dos presidentes de província consideravam o trabalho dos jesuítas melhor do que o dos missionários capuchinhos, pois os primeiros aprendiam melhor a língua do índio e eram “catechistas por excelência”, enquanto os segundos não. A despesa com a catequese era grande e o resultado nulo, devido à:

(...) falta de pessoal habilitado, de igreja, escola, e officina e de faceis communicações que desenvolvam o commercio, a indústria, e ponham em contacto os catechumenos com os civilizados, para que adquiram amor ao trabalho que garante os commodos, enriquece a família e o estado, e os liga a vida pacífica do produtor, reconhecendo os inconvenientes da vida nomade e deleixada que levam. (José Feliciano Horta Araújo, 15/02/1868, p. 41).

Frederico Abranches, em 1875, pretendia dar uma imagem exata do caráter do indígena, ressaltando o “dom da imitação” como sendo a característica mais acentuada dos indígenas. Esse dom deveria ser explorado pelo catequista que lhes mostraria os meios pelo qual o homem vence a natureza e retira dela os recursos para a sua sobrevivência e seu conforto. Pensava que o selvagem, observando a vida social dos civilizados, compreenderia que as comodidades da vida civilizada não eram compatíveis com a liberdade absoluta e a independência ilimitada, porque seguiam certas regras preestabelecidas pela sociedade. Essas regras é que diferenciavam o homem civilizado do selvagem e através delas se atingiam as vantagens materiais e morais e se diferenciava o homem civilizado do índio. Esqueciam-se as autoridades de que os índios possuíam suas próprias regras, mas elas tinham consciência de que o catequista atingiria seu objetivo de doutrinação se ele primeiro compreendesse as “paixões” dos indígenas, pois assim poderia falar diretamente à alma e para os seus instintos, seguindo a trilha mais suave e cômoda para o seu

trabalho. “Assim é que se a necessidade ou a paixão excita-os desenvolvem uma energia impetuosa, mas desde que se modificam estas causas, voltam a sua apathia habitual.” (Lamenha Lins, 15/02/1876, p. 98).

Os governantes da província possuíam uma visão estereotipada dos povos indígenas, os consideravam uma humanidade inferior, dotados de tecnologia rudimentar ou de nenhuma tecnologia, morando em pequenos grupos isolados nas matas e que iriam desaparecer diante do avanço da sociedade nacional. Consideravam a religião como o meio mais poderoso de atrair e converter os índios, devido às demonstrações dos rituais religiosos que os seduzia (cânticos, brilho dos paramentos) do que o método das expedições oficiais (entradas e bandeiras). Consideravam desprezível o segundo método devido à violência praticada. As autoridades enxergavam apenas a violência física e não aquela provocada pela imposição de uma outra cultura e religião. Apontavam como os principais elementos da catequese: a brandura no trato; a generosidade na distribuição de brindes que prendiam o selvagem, a gratidão e a cobiça pela aquisição e o prestígio religioso e a influência da música. Somente com essas medidas se conseguiria chamar à vida civilizada os índios que vagavam pelo sertão paranaense, pois:

O selvagem do Brasil é dócil às exigências sociais e obediente aos princípios legais a que se sujeita pela conversão, revela também o quanto timbravam em brandura e paternal benevolência os que chamavam ao grêmio da civilização e lhe dictavam a conveniente disciplina. (Frederico Abranches, 15/02/1875, p. 30).

O serviço de catequese e “civilização” (leia-se integração) dos índios tinha por tarefa acabar com as tendências nômades dos indígenas, inculcar-lhes noções da vida social e hábitos de trabalho e chamá-los para a fé e a civilização. Caracteriza-se por ser um trabalho lento devido ao “caráter geral dos índios”: indolentes para o trabalho e incapazes de outros esforços.

É este o traço que desenha o caracter inerte ou passivo dos selvagens cuja vida social é, por assim dizer, uma infância permanente em regiões tão favorecidas, onde a natureza lhes prodigalisa, quasi sem esforço de sua parte, meios abundantes de subsistência. (Lamenha Lins, 15/02/1876, p. 97).

Em suma, “o índio ocupava um espaço bom que era mal utilizado”. A intenção era sedentarizar o indígena na medida em que nele se desenvolvesse o hábito do trabalho. Não consideravam que os índios possuíssem laços de sociabilidade, mas que estavam num estágio bárbaro, não possuíam contatos com as ideias civilizadoras. Os aldeamentos conseguiam modificar a índole dos índios pela religião e pela educação, apesar de não conseguir transformá-la totalmente. Além de servirem à catequese, eram vistos como núcleo de colonização nacional - poderoso elemento de progresso para o desenvolvimento da lavoura.

Os índios adultos já eram casos perdidos. O trabalho era lento porque a “sementinha era plantada na nova geração que ficou sob os cuidados dos aldeamentos”. Acreditavam que a catequese e a incorporação dos indígenas resultariam em numerosas vantagens para o país e avaliavam o resultado dos trabalhos dos aldeamentos através da aplicação de um questionário em termos estatísticos.⁶⁷ Assim, consideravam os índios inúteis, pois habitavam os sertões e com isto não eram liberadas essas terras para a ocupação nacional.

Em 1881 José Pedrosa retoma o discurso de Henrique de Rohan de 1856: para converter os indígenas à vida civilizada era necessário conquistar, catequizar e civilizar. O aldeamento induziria ao trabalho, o que iria predispor o índio para a civilização. A conversão do indígena em cristão seria uma “glória” para a religião e proveito da sociedade. Outro plano deveria ser posto em execução no lugar do serviço da catequese, porque o atual tinha se mostrado ineficaz e os índios poderiam prestar bons serviços aos exploradores do sertão.

As intenções dos governantes eram “proteger os colonos e inculcar nos indígenas os hábitos de civilização cristã”. Os aldeamentos implantados no Paraná eram fundamentais, segundo eles, para o projeto de “catequização e de civilização, ou conquista, das populações indígenas que ali viviam”. A contratação dos frades capuchinhos italianos, a partir da segunda metade do século XIX pelo governo imperial, foi realizada para ajudar no projeto de integração do  ndio   sociedade nacional, de acordo com a política indigenista da época.

⁶⁷ Ver no Anexo 5 o questionário que os diretores de aldeamentos deveriam responder.

Telêmaco Borba possuía uma concepção diferente do estabelecimento dos primeiros contatos entre brancos e indígenas, dos problemas e do modo como resolvê-los na conquista dos sertões paranaenses, ao contrário dos civilizados que penetraram na mata com arma em punho, matando e exterminando as populações indígenas. Ele teve um atitude participativa com os diferentes grupos indígenas, por isso sua obra é um precioso repositário do momento indígena que ele presenciou e fixou em seus registros.

A política indigenista paranaense investia nos princípios de catequese e civilização, e assim surge a figura de Telêmaco Borba, que foi contratado pelo governo provincial para trabalhar na execução desse projeto voltado aos indígenas. Ele adere ao projeto oficial para os povos indígenas, pois considerava que o destino dos povos indígenas seria sua integração à sociedade nacional, por isso fez seus registros etnográficos, por considerar que os povos indígenas após a integração não manteriam mais seus costumes, visto que teriam o trabalho como principal preocupação. Por outro lado, Borba não era a favor do ensino religioso para os indígenas, não considerava que por meio da religião, e sobretudo pelo trabalho dos religiosos, os indígenas seriam integrados. O Estado não tinha a obrigação de dar orientações religiosas a ninguém, teria que aceitar os índios como eles eram e chamá-los ao “grêmio da civilização” por meio da oferta de condições de trabalho, pois eles acabariam por se integrar à sociedade nacional.

3.3 - Catequizar e Civilizar

Há necessidades de sacerdotes, que se dediquem à catechese e às missões; sem este auxilio poderoso é mui difficil obter a reunião e permanência dos indígenas, que preferem, a falta de incentivos e estímulos, a vida errante caçando e pescando ao trabalho assíduo e afadigoso do lavrador e criador.

Os directores civis são próprios para a administração, policia e economia dos aldeamentos, mas para alliciar os índios, reduzil-os à civilização, contel-os reunidos e convertel-os em úteis cidadãos, somente os missionários pelo menos nos primeiros tempos.

(...)

O que se deve esperar de um aldeamento formado com um missionário apenas servindo igualmente de administrador, ou de um director sem capellão, sem igreja, sem estrada, sem escola, sem communições e sem um certo número de pessoal civilizado que de o exemplo do trabalho e das vantagens da vida social? O selvagem desconfiado de tudo quer ver e sentir uma e muitas vezes aquillo que se lhes aconselha e inculca. Não é fácil mudar de hábitos e de

natureza. Alguns depois de certo tempo nos aldeamentos retiram-se para os bosques recordando-se da primitiva independência. O que reputam sujeição os incommoda. É necessário crear-lhes nova vida de atractivos, que quando não os tragam logo à civilização na medida, que é para desejar os contenham em permanência, dando tempo a que se familiarizem, aprendam a língua, a religião, o manejo dos instrumentos de trabalho e pouco a pouco se lhes conheça as inclinações e aptidão. Havendo a permanência as mulheres e os filhos se civilisam sem grande dificuldade e os homens embora rebeldes, não se separam.

Tem-se, é verdade, derramado muito dinheiro: mas não se fazem as despezas opportunamente e debaixo de um systema e se não concedem ao mesmo tempo todos os meios necessários.

Para civilisal-os é necessário, antes de tudo reunir-os, depois conquistar-lhes o coração e o espirito, para pela amizade, costume e ambição, pela condescendência e perseverança conseguir a permanencia e em seguida submettel-os à ter casa, constituir familia e dedicar-se ao trabalho.

Os brindes, os presentes dos objectos, que elles mais apreciam, são de reconhecida utilidade.

Separar a administração do serviço religioso é bem aconselhado para poupar ao missionário ou capellão occasiões de luto com elles por faltas commettidas, a qual pode diminuir no espirito delles, ciosos e desconfiados como são, o prestígio de que deve gozar para ser o supremo recurso nos casos graves de desobediência e evasão.

Suspender as despesas, cessar o serviço, é causar ao paiz intuitivo prejuizo, tanto pela perda de tudo que se há despendido, como desses milhares de indivíduos, que podem ser convertidos à civilisação e concorrer para o augmento da população.

De tantos infelizes, que se perdem nas mattas, os que se aproveitam, poucos que sejam, compensam os sacrificios.⁶⁸

Conforme Leônidas Boutin (1976), “os aldeamentos religiosos tiveram a finalidade de integrar as populações indígenas, geográfica, étnica, política e economicamente à sociedade paranaense”.

⁶⁸ Anais da Assembleia Legislativa, 15 de fevereiro de 1870. Discurso do Presidente da Província Antonio Afonso de Carvalho.

Civilizar significava submeter os índios às leis e obrigá-los ao trabalho. Aldear era reuni-los e sedentarizá-los sob o governo missionário ou leigo, liberando assim espaço para as frentes pastoris e agrícolas.

O papel do Diretor Geral dos Índios da Província era cuidar do arrendamento das terras das aldeias. O do Administrador e Diretor das Colônias era cuidar dos outros bens que não a terra, designar os índios para o serviço público e cuidar para que fossem remunerados.

No período imperial, a preocupação central era com a catequese e com a integração dos índios devido ao sentimento de construção da nação da qual os índios deveriam fazer parte através de meios pacíficos, pela catequese, pois somente pela religião é que os índios chegariam à civilização.

A catequese era a arma pacífica da civilização conduzida por missionários que se sacrificavam pela civilização da fé com um objetivo espiritual. O índio, o homem selvagem, era um ser inútil e nocivo devido ao seu espírito de vingança. Somente pela religião é que ele poderia entrar no seio da sociedade, compreender a utilidade do trabalho, se acostumar a sua nova existência e não seria mais um ser empecilho ou inútil. Pela catequese, os seres inúteis iriam engrossar a fileira de trabalhadores dos quais o Brasil tanto precisava, se transformariam em colonos, livres da barbárie e apegados ao solo não dariam conflitos internacionais e nem trabalhariam para outro fim que não fosse o engrandecimento da pátria.

Havia no século XIX um “Movimento Catechizador”⁶⁹ que se manifestava através da imprensa e que traduzia a visão da sociedade nacional sobre os índios. Ele procurava uma solução para o problema da chamada dos índios brasileiros para o meio civilizado, para a comunhão social e política da pátria brasileira. Consideravam os índios os verdadeiros brasileiros, mas estavam perdidos para a pátria e escravos da barbárie - e essa é a pior condição ao qual pode estar sujeito um homem, “que é um ser inteligente e destinado ao progresso e ao aperfeiçoamento.”

O Brasil deveria lutar para retirá-los das “trevas da ignorância e da barbárie” e considerá-los como elementos aptos a contribuir para o engrandecimento da nação. Os governos estadual e nacional tinham a missão de realizar a catequização. Primeiro, os índios eram vistos como inferiores e que tinham que ser escravizados ou exterminados. Depois, foi declarado que eles possuíam alma e que portanto deveriam ser catequizados. Se a Lei de 13 de maio de 1888 disse ao mundo que no Brasil não havia mais escravos, a República tinha que dizer ao mundo que no Brasil não havia mais selvagens - por isso a ação de catequese e civilização.

O Estado deveria cumprir seu papel de civilização e promover o meio necessário para levar “a luz aos sertões”. “Quantos problemas da nossa vida política, social e econômica, não dependem da catechisação dos índios?” Alguns dos motivos para se civilizar os índios eram:

⁶⁹ Em Curitiba havia a Sociedade Ethnographica e Protectora dos Índios, criada em 1900 por Romário Martins e que trabalhava pela catequese do selvagem.

- conhecimento e determinação de nossos limites políticos;
- exploração do solo interior e as riquezas do subsolo;
- estabelecimento da geografia exata;
- aproveitamento de todas as raças indígenas e seus descendentes para o progresso da pátria;
- determinação de bases seguras para a solução do mais importante problema de nossa vida política, social, administrativa e econômica - a visão geral do Brasil.⁷⁰

O índio no Brasil sempre foi um assunto de Estado. A intenção de incorporar os índios à civilização⁷¹ é a política que, desde o início, definiu a relação entre os brancos e os índios. As questões levantadas pelos índios sempre foram assuntos de Estado, ou seja, os missionários, os diretores de aldeamentos, os sertanistas, enfim, todas as representações tutelares, só estiveram à frente de trabalhos de atração, civilização, catequese e assistência aos índios mediante concessão do Estado. As prioridades das representações tutelares e o trabalho desenvolvido apenas pelo Estado é que deram diferentes representações à história da tutela, aos modelos de intervenção na vida indígena - o Estado exercia o controle e a administração dos índios.

⁷⁰ LIMA (1989).

⁷¹ Civilizar = conversão dos indígenas aos valores e comportamentos da sociedade ocidental (branca, portuguesa, europeia).

A política de integracionista aplicada pelo governo brasileiro apoiava-se em três pontos:

1º missionários capuchinhos contratados pelo governo;

2º colônias militares nas áreas indígenas;

3º intérpretes das línguas nativas, quase sempre militares.

O período imperial era indianista e tirava do passado indígena (sobretudo do Tupi) os seus símbolos. A República era inspirada em ideologias científicas e positivistas, o que deixava pouco lugar para o índio no seu imaginário.

O século XIX é marcado pelo confronto dos povos indígenas com a sociedade nacional, mas isso gera uma expressão de importância inestimável. É nesse contexto que surge Capistrano de Abreu - ele recusa as práticas assimilacionistas oficiais e busca as explicações sobre a índole de um povo. É defensor da tese do enraizamento popular do indianismo no Brasil. Seu papel é destacado na historiografia, e sua atividade etnográfica é pouco conhecida, mas ela estava vinculada ao seu saber histórico. O seu parecer sobre a filiação “tapuia” dos Guaianazes, primitivos habitantes de São Paulo, foi peça decisiva na polêmica de fins do século XIX que questionou a ideologia da unidade nacional e o bandeirantes ligados ao contínuo Tupi.⁷²

⁷² ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de História Colonial (1500-1800)**. 6ª edição. RJ: Civilização Brasileira, 1976.

Na virada do século XX, os trabalhos etnográficos do historiador Capistrano de Abreu marcam a passagem para um novo momento da reflexão sobre as populações indígenas. Emancipados enquanto informantes legítimos da concepção de vida do seu povo, os índios etnografados por Capistrano de Abreu irão alimentar o imaginário social.

Neste mesmo período, Telêmaco Borba via que o índio adulto passaria por um processo de adaptação e pela catequese religiosa chegaria ao aperfeiçoamento moral. As crianças indígenas passariam pelo processo de educação para se afastar “do vício e do crime” e se tornarem um fator de ordem e progresso, teriam formação de caráter e desenvolvimento das faculdades. O título de seu livro “ACTUALIDADE INDÍGENA” demonstra preocupação e zelo à causa do indígena no Paraná e é para se colocar contra a antiguidade indígena, quando os índios eram tratados com atrocidades e violência. Ele encontrou sérias dificuldades com as línguas indígenas, por isso se preocupou em escrever vários vocabulários dessas línguas. Era a favor da civilização dos índios, para ele o que faltava aos índios era o conhecimento de outras maneiras de agir, por isso era a favor que o Estado se preocupasse em instruí-los e não em fazer sua conversão religiosa. Pensando que a tendência era o desaparecimento das práticas indígenas que presenciava, Borba adquiriu várias coleções de objetos indígenas com a intenção de criar em sua casa no município de Tibagi um Museu de Curiosidades Indígenas com objetos que seriam testemunhas de uma época que iria chegar a seu fim, pois, após serem civilizados, os índios não utilizariam mais seus objetos, mas adotariam os objetos dos brancos. A ideia desse museu

não chegou a ser concretizada e com sua morte, em 1918, seu acervo composto por objetos arqueológicos, etnológicos e numismáticos foram remetidos ao Museu Paranaense.⁷³

3.4 - Curt Nimuendajú

Jamais ocupei uma cátedra, tudo o que aprendi acerca de índios foi no meio deles, sobre uma esteira (PEREIRA: 1947, p. 11).

Os exploradores, os religiosos, os administradores são figuras que em seus limites espaciais se encontram e se confrontam com os povos e culturas indígenas. O desnudamento de suas práticas e a relativização de suas autorrepresentações podem ser feitos pelo exercício crítico da antropologia. O objetivo é recuperar Telêmaco Borba, suas contribuições para a etnografia, que viveu uma “situação etnográfica” como administrador de aldeamentos indígenas e apreciar a variedade e consistência do dados contidos em seus registros sobre os povos indígenas do Paraná.

⁷³ Fomos até o Museu Paranaense para ter um contato com esse material e poder analisar o que Telêmaco Borba considerou importante para ser preservado como testemunho de uma época, mas esse material não está identificado como sendo o material enviado pela família de Borba. Ao ser incorporado no acervo do Museu Paranaense essa referência foi perdida. Há somente algumas pontas de flechas que está no Setor de Arqueologia que possui a referência de ser da doação de Borba.

Se Telêmaco Borba é uma das principais figuras da etnologia sobre os índios do Paraná, o caso mais conhecido a nível nacional é o de CURT NIMUENDAJÚ⁷⁴ - alemão que chegou a São Paulo em 1903 com 20 anos e formação escolar básica. De 1905 até 1907 viveu nas aldeias dos índios Guarani, no oeste paulista. Alguns anos depois, entre os próprios Guarani, recebeu em batismo a denominação de “Nimuendajú”,⁷⁵ que quer dizer aquele que cria seu próprio lar, que passou a incorporar como sobrenome. Entre 1905 a 1945 visitou mais de 40 povos indígenas brasileiros localizados entre o Rio Grande do Sul e o Amapá e tornou-se o maior etnógrafo e conhecedor direto das culturas e línguas existentes no Brasil. Produziu uma extensa obra, que inclui desde relatórios de viagens elaborados para o Serviço de Proteção aos Índios, registros linguísticos e etnográficos publicados em revistas especializadas de etnografia na França e na Alemanha, capítulos do importante “Handbook of South American Indians” e diversas monografias sobre os povos Jê encomendadas e editadas em inglês pela Universidade de Berkeley. Embora várias vezes tenha recebido apoio para as suas pesquisas dos diretores do Museu Goeldi (Belém do Pará) e do Museu Nacional (Rio de Janeiro), nunca assumiu em caráter permanente qualquer função pedagógica nestas instituições. A maior parte de suas expedições foi financiada através da venda de coleções etnográficas, o que o fez manter contatos frequentes com as destacadas instituições de sua época: os museus europeus de Gotemburgo e Berlim, o “Musée de l’Homme”, em Paris e o Smithsonian em Washington, além de diversas associações científicas.

⁷⁴ Curt UNKEL era seu verdadeiro nome.

⁷⁵ Na mesma época em que a grande viagem era ainda modelo dos estudos antropológicos e o “trabalho de campo” prolongado estava se firmando como o método por excelência da antropologia, Curt Unkel ganha o nome de NIMUENDAJÚ de seus parentes Guarani.

Curt Nimuendajú tornou-se na primeira metade do século XX a maior autoridade na etnologia indígena no Brasil. Autodidata, visitou centenas de grupos indígenas publicando mais de setenta trabalhos. O conjunto de sua obra lhe rendeu a atribuição do título de “pai fundador” da etnologia brasileira.

A recuperação da imagem de Curt Nimuendajú é para contextualizar a discussão da atuação de Telêmaco Borba entre os índios do Paraná. Pela análise da atuação de Curt Nimuendajú refletimos sobre a singularidade da etnologia feita no Brasil, pois ele é caracterizado como maior conhecedor das culturas indígenas brasileiras e a fonte mais citada na bibliografia internacional especializada.

Em sua “contribuição etnográfica”, Nimuendajú não se interessou apenas pelos aspectos físicos das sociedades indígenas, mas pelas suas características culturais, de representação, pelos mitos, lendas, superstições, comportamentos diários e ocasiões extraordinárias.

Foi acolhido por Herman von Ihering, do Museu Paulista, mas a ideia da incorporação dos indígenas aos meios civilizados não lhe agradou.⁷⁶ Identificou-se então com os princípios humanitários do Serviço de Proteção aos Índios, de Marechal Cândido Rondon, que atuava no mesmo período em que Curt Nimuendajú escrevia sua obra, inicialmente publicada em revistas especializadas de Etnologia no exterior. Eram sobretudo artigos sobre os vocabulários da língua indígena, mas haviam outros sobre os costumes indígenas de maior extensão.

⁷⁶ Von Ihering orientava sua geração no estudo da natureza, diante do problema nacional do índio aconselhando uma única solução: a do seu extermínio em massa.

Durante seus 43 anos de viagem pelo Brasil esteve a serviço de vários museus - nacionais e estrangeiros - que estavam empenhados em ampliar seus acervos. O que garante a autenticidade da produção de Curt Nimuendajú são os seus anos de exploração. Sua atividade encontrou apoio e estímulo dos agentes dos museus que constituíam coleções etnográficas - as coleções de objetos indígenas tinham mercado certo.

Nimuendajú é um personagem importante não apenas sobre os índios brasileiros, mas no cenário da etnologia sul-americana. É autor de uma obra ímpar no que se refere à qualidade e à quantidade do material etnográfico levantado numa vida inteira dedicada à pesquisa de campo. Viveu a maior parte do tempo entre os índios, numa época em que o trabalho de campo ainda não alcançara o lugar que veio a ocupar na etnologia. Nimuendajú, que se considerava um leigo, “sem instrução universitária”, já havia percebido que a relação com o outro era uma poderosa fonte de conhecimento. Sua vida foi dedicada aos índios e à sua defesa no contexto de um país hostil à convivência de diferenças. Sua “vocação” de etnólogo foi construída no campo, onde buscava entender cada língua e cada sistema social com os quais se deparava. Foi através de seu trabalho que algumas sociedades indígenas brasileiras passaram a ser conhecidas e a fazer parte da etnologia mundial.⁷⁷

⁷⁷ Ver também PACHECO (1998 e 1999) e NIMUENDAJÚ (1993).

Inaugurou sua obra etnográfica com uma publicação sobre os Apapocúca-Guarani, dos quais herdou o nome Nimuendajú. Desde então publicou inúmeros artigos, livros, comunicações, muitos dos quais intermediados por Robert Lowie dos Estados Unidos. Ao longo dos anos viajou cobrindo quase todo o território nacional, seja com recursos próprios, seja com o financiamento de instituições nacionais como o SPI, o Museu Nacional, Museu Emílio Goeldi ou instituições internacionais como os museus da Europa ou dos Estados Unidos.

Ocupava uma posição marginal no campo da etnologia, fato que lhe permitiu liberar-se de compromissos teórico-institucionais e que contribuiu para que não tivesse se filiado a nenhuma escola de pensamento que privilegiasse um campo social específico como o mais importante a ser investigado. Esse distanciamento lhe permitiu perceber as questões centrais das sociedades que descrevia. O que fazia era trabalho de campo, descrição etnográfica e interpretações sobre o material coletado.

Boa parte de sua história está vinculada às coleções etnográficas que organizava para os museus da Europa e dos Estados Unidos, pois naquele momento os museus de etnografia haviam criado um mercado para as coleções etnográficas. Assim, aliou durante quase toda a sua vida a atividade de colecionista à de etnógrafo, mas sua intenção era menos a de um colecionista (atividade que realizava para ter meios de viagem) do que a de etnógrafo, preocupado em desvendar novas e diferentes formas de se conceber o mundo (conhecer e entender o outro).

Não queria ser apontado como uma autoridade em etnologia, aquele que deveria ser consultado como especialista na matéria, pois sua preocupação era “salvar o que ainda resta dos índios vivos”. Foi um autodidata, se dedicou ao estudo de obras etnográficas e seu esforço e desprendimento na realização de seus trabalhos de campo autorizaram que seja tratado como etnólogo.

Um ponto que permite relacionar Nimuendajú com Borba é a visão sobre o problema das populações indígenas. Em seus trabalhos, Nimuendajú procura entender e desvendar a lógica particular de cada sociedade indígena e revela um alto comprometimento em relação ao destino dos povos indígenas que estudava. Procurava defendê-los da cobiça dos brancos, quer dando seu testemunho de compreensão sobre cada sociedade que estudava ao desvendar as mais diferentes lógicas de ser, quer denunciando as ações que atentassem contra os interesses indígenas. Borba também procurou desvendar a lógica particular de cada etnia que habitava o aldeamento quando ele procura fazer o registro dos mitos e de ações do cotidiano indígenas, porém seus registros não possuem um tom de denúncia contra aqueles que procuravam mudar os hábitos indígenas, era um relato de como as coisas se apresentavam naquele momento, naquela atualidade, pois a tendência era o desaparecimento dessa realidade indígena vivenciada por ele.

Nimuendajú ressaltava que ele viveu “como um índio, entre índios”. Que foi desse modo que aprendeu o idioma Guarani (como Telêmaco Borba que aprendeu os idiomas indígenas em sua convivência direta com eles), que não era perfeito mas bem melhor do que o de outras pessoas que escreveram sobre o assunto.

Os mitos que relatou, ele ouviu diretamente dos índios, não houve intermediário. Este é um outro ponto comum com Telêmaco Borba - o da vivência direta com os índios e o registro de seus mitos. Aponta que não é o primeiro a tratar do assunto (mitos) e que Telêmaco Borba “decano dos sertanistas sul-brasileiros” já havia tratado, “embora de forma resumida” e com alguns pontos não muito bem interpretados a lenda dos gêmeos.

Um aspecto que se percebe nos relatos de Curt Nimuendajú é a preocupação em não introduzir suas opiniões pessoais, seus pareceres em seus relatos, mas de fazer um texto “limpo”, transmitindo somente a opinião dos índios, pois o texto era o testemunho de como de fato viviam os indígenas naquele período.

Um ponto interessante é o fato de Curt Nimuendajú dizer que se comunicou verbalmente com Telêmaco Borba. Em toda documentação que pesquisei não consegui encontrar documento ou referência da parte de Telêmaco Borba que relatasse um encontro com Nimuendajú, ou simplesmente seu parecer sobre o seu trabalho. Esta é uma lacuna.

Nimuendajú diz ter conversado com Telêmaco Borba sobre a denominação que os Guarani davam aos Kaingang e ele não concorda com a explicação de Borba para a referida denominação:

(...) Os Apapocúva chamam hoje os Kaingýgn sempre de Avavaí, e as hordas Guarani paraguaio-corrientinas os chamam Tupi; entretanto, o Sr. Cel. Telêmaco Borba comunicou-me certa vez, verbalmente, que os Kayguá do Estado do Paraná chamam esta tribo de Añay. Eu pessoalmente nunca ouvi tal emprego deste nome. (NIMUENDAJÚ, 1987, p. 54).

Nimuendajú ressalta que Borba passou quase toda a vida em contato com os Kaingang e que aprendeu seu idioma, por isso era “senhor de tão altos méritos por seu trabalho com os índios”. Porém, com referência à mitologia Kaingang e Guarani, suas observações não conferem com as de Borba que não destacou em seus relatos o fato da lenda dos gêmeos Kaingang ser baseada na divisão de clãs e do culto aos mortos e a Guarani na dança religiosa da pajelança. Nimuendajú diz que Borba poderia ter sido mais rigoroso em suas análises - sobretudo da lenda da criação Kaingang - e ter destacado o que realmente é importante para essa etnia. Borba faz

analogias importantes mas não aprofunda a análise. São evidentes as limitações dos registros de Borba, resultantes da falta de um preparo especializado. Ele cuidou mais da consistência empírica e da limpeza etnográfica dos dados apresentados do que com o grau de elaboração interpretativa dos mesmos. Não se poderia esperar que Borba levantasse os dados e elaborasse sua descrição ou interpretação submetidos a fins teóricos precisos. Diferentemente de Nimuendajú que frequentou instituições nacionais que se ocupavam da etnologia no Brasil, como o Museu Nacional do Rio de Janeiro e o Museu Emílio Goeldi de Belém, que teve contatos e realizou trabalhos para universidades e museus no exterior e teve seus trabalhos orientados sobretudo por Robert Lowie, Borba não teve ninguém que lhe orientasse diretamente. Ele preparou o material do Paraná para a Primeira Exposição Antropológica Brasileira, visitou uma aldeia de índios Xavante em São Paulo, se refugiou na Argentina e nesse período entrou para a Sociedade de Geografia da Argentina, fez publicações em revistas estrangeiras e através de publicações em revistas nacionais manteve um debate com outras personalidades de sua época que também se ocupavam dos assuntos indígenas, mas ele não fez seus registros etnográficos a pedido de alguma instituição específica. Apesar de todas as suas limitações, Telêmaco Borba e Curt Nimuendajú são dois etnógrafos que muito contribuíram para os estudos da Etnologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

(...) dada a exiguidade do tempo, não farei a biographia do illustre extincto; ella, sobre ser complexa, copiosa de verdadeiro combatente; é mais ou menos conhecida de quantos se dão ao estudo da história do nosso estado.
(CUNHA, Eurides. Voto de pesar do falecimento do Coronel Telêmaco Borba. IN: Annaes do Congresso Legislativo do Estado do Paraná. 2ª sessão da 14ª Legislatura, 1919. Curytiba: Typ. d'A República).

A obra de Telêmaco Borba como registros etnográficos

São muito limitados os registros que o século XIX legou sobre as populações indígenas aldeadas no Paraná. Cinco autores - dois viajantes ingleses: Franz Keller e Thomas Bigg-Wither, dois funcionários do sistema de aldeamentos: Frei Luis Cimitille e Telêmaco Borba e, por fim, um Presidente da Província do Paraná, Alfredo d'Escragnole Taunay - são as principais fontes etnográficas sobre os aldeamentos indígenas no Paraná durante o século XX.

Quando da leitura dos registros de Telêmaco Borba, sentimos falta de uma série de temas e dados que possibilitassem um melhor conhecimento daquelas sociedades indígenas: nada temos sobre a constituição ou morfologia dos grupos sociais (o “esqueleto” da vida social, ao qual aludia Bronislaw Malinowski) ou sobre os acontecimentos que marcavam o dia a dia nas aldeias. As referências ao sistema de parentesco são fugazes, como também são praticamente nulas as informações sobre a distribuição espacial dessas populações no aldeamento: o autor contentou-se em descrever aspectos externos e internos das habitações. Pouco nos é dado a conhecer sobre as etapas que acompanham o indígena no seu ciclo de vida (nascimento, nomeação, rituais de puberdade, casamentos, rituais funerários), ainda que alguns desses rituais tenham chamado bastante a atenção de Telêmaco Borba. Não há nenhum dado sobre as genealogias, apenas referências rápidas sobre a transmissão hereditária das chefias.

Enquanto relato de um protagonista que viveu a situação de aldeamento, contudo, tais registros ganham outra dimensão, testemunhando um processo interessante a ser observado. Se para a etnologia contemporânea tal obra é lacunar, no entanto, traz para a análise informações contextuais valiosas e dados igualmente bem vindos a respeito dos processos sociais, culturais e políticos das diferentes etnias na situação de aldeamento.

Telêmaco Borba observou que os Kaingang permaneceram realizando os rituais funerários de forma tradicional, tanto para os homens como para as mulheres adultas, e admirou-se das dimensões que esta cerimônia assumia quando se tratava de um cacique. Registrou com idêntica curiosidade o ritual de iniciação dos meninos Kaiowá, a festa da perfuração dos lábios, que ocorre quando um grupo de meninos atinge a idade de 8 a 10 anos, reunindo a população de diversas aldeias.

De maneira geral, Borba não considera nenhum dos rituais (funerários, de iniciação ou aqueles ligados à produção da subsistência) como parte do sistema de religiosidade das populações Kaiowá e Kaingang. Os funerais Kaingang, por exemplo, referência constante em todos os trabalhos de Telêmaco Borba e que chamavam a atenção dos civilizados pelo impacto nos contextos mais gerais da sociedade Kaingang (reuniam todos os grupos de uma extensa área), foram descritos como fatos isolados do contexto da sociedade Kaingang.

Sobre os Kaiowá e Guarani, populações etnografadas no início do século XX por Curt Nimuendajú e por ele reveladas em suas complexas cosmologias, na intensidade de sua vida religiosa, Telêmaco Borba, durante o século XIX pôde conhecer pouco: “Não notamos entre estes indígenas vestígios do que geralmente se chama religião”, concluía (BORBA:1908, p. 60), “existe entre eles tradições e superstições. Temem o raio e o trovão, a que chamam Tupã, pensam que o raio é sinal de cólera do trovão, que acreditam ser um ente poderoso, que se vinga dos homens por meio do raio quando está zangado”.

Quanto ao projeto de futuro vislumbrado para os índios, o século XIX considerava os índios como povos em vias de desaparecimento: “Se não nos lembrássemos que os índios tendem a, em breve, desaparecer...”, dizia Telêmaco Borba (1908, p. 3) ao leitor na introdução do seu “Actualidade Indígena”.

O olhar do século XIX sobre as populações indígenas foi acima de tudo pragmático e impregnado de uma ideologia da integração, da incorporação à sociedade nacional. As habilidades dos Kaiowá na agricultura, na navegação e canoagem, na indústria da tecelagem, excitavam especialmente este sentido puramente finalístico dos civilizados. A indústria fabril mantida pelas mulheres Kaiowá foi tema de muitas notas: comprovação da eficácia da missão jesuíta entre esses índios, a tecelagem Kaiowá indicava para alguns observadores possibilidades de desenvolvimento dos aldeamentos.

Até os anos 30 não existe no Brasil a formação acadêmica de etnólogo. Os estudiosos brasileiros que contribuem nessa área possuíam outras formações e profissões. Até os etnólogos estrangeiros eram formados por centros recentes que estavam se afirmando. Segundo Florestan Fernandes (1958), a formação e desenvolvimento da Etnologia e da Etnologia no Brasil ocorreu no primeiro quartel do século 20 com a criação do ensino universitário das Ciências Sociais; o contrato e permanência de mestres estrangeiros e a ocupação de cargos em instituições que trabalham com a etnografia ou com a política indigenista por especialistas da área da Etnologia. Considera como a principal figura da Etnologia Brasileira da primeira metade do século XX Curt Nimuendajú, apesar de seu trabalho ser limitado devido à falta de preparo especializado, sua principal preocupação foi a coleta de dados empíricos abrindo um campo de análise e estudos para os etnólogos brasileiros da nova geração.

Telêmaco Borba também pode ser considerado como um autor que deu contribuições importantes para os estudos antropológicos, porque apesar de ele se dedicar a outro trabalho - era sertanista - deixou relatos em que registrou suas experiências com os grupos indígenas do Paraná e suas observações diretas e espontâneas a respeito dos índios, ainda que não controladas pelas disciplinas das Ciências Sociais. Trabalhos dos últimos anos procuram demonstrar que as informações que Telêmaco Borba deixou sobre os índios do Paraná são ricas e ajudaram a fundamentar a reconstituição do sistema social do grupo Kaingang, o que demonstrou a consistência do conteúdo etnográfico de seus relatos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, J. Capistrano de (1976). **Capítulos de História Colonial (1500-1800)**. 6ª edição. RJ: Civilização Brasileira.

ALMEIDA, Rita Heloísa (1997). **O diretório dos índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII**. Brasília: Editora da UNB.

AMOROSO, Marta Rosa (1998). **Catequese e evasão: etnografia do Aldeamento de São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895)**. SP: Doutorado/USP.

_____ (1999). *“Com quantos povos se fazia um aldeamento: a experiência diferenciada do contato em São Pedro de Alcântara (Paraná, 1855-1895)”*. Caxambu: XXIII ANPOCS.

_____ (1997). *“Mudança de hábito: catequese e evasão para índios nos aldeamentos capuchinhos (século XIX)”*. Caxambu: XXI ANPOCS.

BALDUS, Herbert (1954). **Bibliografia crítica da etnologia brasileira**. SP: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. pp. 9-24, 137-138.

BECKER, Ítala Irene Basile (1999). **O índio Kaingáng do Paraná: subsídios para uma etno-história**. São Leopoldo: Editora da UNISINOS.

BIGG-WITHER, Thomas P. (1974). **Novo caminho no Brasil Meridional: a Província do Paraná**. RJ: José Olímpio Editora.

BIGIO, Elias dos Santos (2000). **Cândido Rondon: a integração nacional**. RJ: Contraponto.

BLIXEN, Olaf (1997). “*Mitos antropogônicos de los Indios Sudamericanos*”. IN: **Moana: estudios de Antropología**. Montevideo, vol. V, nº 2.

BORBA, Oney Barbosa (1987). **Telêmaco mandava matar**. 2ª edição. Curitiba: Lítero-Técnica.

BORBA, Telêmaco A.E.M. (1908). **Actualidade indígena**. Curitiba: Typ. da Imprensa Paranaense.

_____ (1900). “Combró: narrativa Caingangue”. IN: **Almanach do Paraná de 1900**, Curitiba, pp. 249-252.

_____ (1904). “Observações sobre os indígenas do Estado do Paraná”. IN: **Revista do Museu Paulista**. SP, v. 6, pp. 53- 62.

_____ (1903). “Pequeno vocabulário das línguas portuguesa e Caingangs ou Coroados” e “Pequeno vocabulário das línguas Cayguas e Chavantes”. IN: **Almanach do Paraná de 1903**. Curitiba, pp. 201-208.

BOURDIEU, Pierre (1968). “*Campo intelectual e projeto criador*”. IN: POUILLON, Jean (org). **Problemas do estruturalismo**. RJ: Zahar, pp. 105-145.

_____ (1996a). “*A ilusão biográfica*”. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org). **Usos e abusos da história oral**. RJ: Editora FGV, pp. 183-191.

_____ (1996b). **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Editora Papirus.

BOUTIN, Leônidas (1979a). **Colônias indígenas na província do Paraná**. Curitiba: separata do Boletim XXXVI do IHGEP.

_____ (1979b). “*Colônias indígenas na província do Paraná*”. IN: **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense XXXVI**. Curitiba. pp. 47-113.

_____ (1977). **Colônias militares na província do Paraná**. Curitiba: separata do Boletim XXXIII do IHGEP.

CARNEIRO, David (1994). **História do período provincial do Paraná**. Curitiba: Banestado.

_____ (1972). “*Uma carta de Telêmaco Borba*”. IN: **Gazeta do Povo**, 23 de fevereiro de 1972.

CARNEIRO, David e VARGAS, Túlio (1994). **História biográfica da república no Paraná**. Curitiba: Banestado.

COELHO, Emanuel (1956). **Telêmaco Borba**. Curitiba: Centro de Letras do Paraná.

_____ (1956b). “*Telêmaco Borba*”. IN: **O Dia**, 1º de julho de 1956. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1845. RJ: Typographia Nacional. Tomo VIII, Parte II, 1846.

COSTA, Angyone (1943). **Indiologia**. RJ: Biblioteca Militar, volumes LXVI e LXVII.

COSTA, Samuel Guimarães da (1995). **História política da Assembléia Legislativa do Paraná**. Volume I. Curitiba: Assembléia Legislativa do Paraná.

CRÉPEAU, Robert R. (1997). “*Mito e ritual entre os índios Kaingang do Brasil Meridional*”. IN: **HORIZONTES ANTROPOLÓGICOS/Sociedades indígenas**, Porto Alegre, ano 3, n.6, pp. 173-183, outubro de 1997.

CUNHA, Manuela Carneiro da (1987). **Os direitos do índio: ensaios e documentos**. SP: Brasiliense.

_____ (1998). “*Política indigenista no século XIX*”. IN: CUNHA, Manuela Carneiro da (org). **História dos índios no Brasil**. 2ª edição. SP: Companhia das Letras. pp. 133-154.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO PARANÁ (1991). Curitiba: Livraria do Chain/Banestado.

FARIA, Luiz de Castro (1998). **Antropologia - escritos exumados (espaços circunscritos, tempos soltos -1)**. Niterói/RJ: Editora Universidade Fluminense.

FERNANDES, Florestan (1958). **A Etnologia e a sociologia no Brasil**. SP: Anhambi.

FERNANDES, José Loureiro (1938). “*Museu Paranaense: resenha histórica (1876-1936)*”. IN: **Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes**. Curitiba, tomo 1, nº 5, abril. pp. 417-431.

_____ (1946). “*Telêmaco Borba: o etnógrafo paranaense*”. IN: **Revista da Academia Paranaense de Letras**. Curitiba, ano 12, dezembro. pp. 248-251.

FERRAZ, Helena. “*Ataide e Telêmaco Borba: dois nomes da história.*” IN: **O Globo**, 21 de abril de 1970, p. 14.

FRANCO, Arthur Martins (1941). "*O coronel Telêmaco Morosini Borba*". IN: **Arquivos do Museu Paranaense**. Curitiba, v.1, junho. pp. 143- 148.

_____ (s/d). "*Um ramo dos Borba Gatto no Paraná*". IN: **Revista do Instituto Genealógico do Paraná**. Curitiba: s.n. pp. 146-148.

_____ (1925). **Em defeza do indio e do sertanejo contra o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionaes**. Curitiba: Editora O Estado do Paraná.

FRANCO SOBRINHO, Manoel de Oliveira. "*Sobre o patriarca do Tibagi*". IN: **Gazeta do Povo**, 30 de junho de 1971.

GAGLIARDI, José Mauro (1989). **O indígena e a república**. SP: HUCITEC/ Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo.

GEERTZ, Clifford (1991). **El surgimiento de la Antropoligía Posmoderna**. México: Gedisa.

GOMES, Mércio Pereira (1988). **Os índios e o Brasil**. Petrópolis: Vozes.

GOMES, Raul Rodrigues (s.d). "*Pioneiros e desbravadores de um mundo novo*".

_____ "*Telêmaco: sertanista triple, de parlamentar e indiólogo*." IN: (?), 5 de março de 1970.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi e SILVA, Aracy Lopes da (orgs.) (1998). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. 2ª edição. SP: Global/ Brasília: MEC.

_____ (1998). **Coleções e expedições vigiadas: os etnólogos no Conselho de Fiscalização das expedições artísticas e científicas do Brasil**. SP: HUCITEC.

HELM, Cecília Maria Vieira (1999). **Laudo antropológico: povos indígenas da Bacia do Rio Tibagi - Kaingang e Guarani - e os projetos das usinas hidrelétricas Cebolão e São Jerônimo**. Curitiba: COPEL.

_____ (1995). **Kaingang, Guarani e Xetá na historiografia paranaense**. Caxambu: XIX ANPOCS.

_____ (coord.), KULAITIS, F. e MOUTINHO L. (colb). (2001). **Estudo sobre os Kaingang da Terra Indígena Apucarana e a Usina Apucarantina, PR**. Curitiba, mimeo, 2001.

HOERNER JÚNIOR, Valério et alli. (1995). **Biobibliografia da Academia Paranaense de Letras**. Curitiba: CR & C/Verbo.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (1976). “*Exploração antropológica*”. IN: **História Geral da Civilização Brasileira**. 3ª edição. Tomo II, 3º volume, volume 5. SP: DIFEL. pp. 425-443.

LAYTANO, Dante de (1956). “*Populações indígenas: estudo histórico de suas condições atuais no Rio Grande do Sul/Caingang*”. IN: **Revista do Museu Júlio de Castilhos**. Porto Alegre: ano 5, nº 6, pp. 201-246.

LEÃO, Ermelino Agostinho (1910). **Subsídios para o estudo dos Kaingangues no Paraná**. Curitiba: Typ. Livraria Econômica.

LEITE, Arlindo Gilberto de O. (org.) (1994). **Kaingang: confronto cultural e identidade étnica**. Piracicaba: UNIMEP.

LIMA, Antonio Carlos de Souza (1998). “*O governo dos índios sob a gestão do SPI*”. IN: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. 2ª edição. SP: Companhia das Letras. pp. 155-172.

- _____ (1989). “*Os museus de história natural e a construção do indigenismo: notas para uma sociologia das relações entre campo intelectual e campo político no Brasil*”. IN: **Revista de Antropologia** (v. 30/31/32, anos 1987/88/89). SP. pp. 277-329.
- _____ (1990). “*O santo soldado: pacificador, bandeirante, amansador de índios, civilizador dos sertões, apóstolo da humanidade. Uma leitura da RONDON CONTA SUA VIDA, de Esther de Viveiros*”. RJ: Museu Nacional, Comunicação nº 21 do PPGAS.
- _____ (1995). **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes.
- LINHARES, Temístocles. “*Da biografia e alguns biógrafos*”. IN: **O Estado de São Paulo**, 29 de agosto de 1970.
- LOVATO, Leda A. (1974). **A contribuição de Franz Keller à etnografia do Paraná**. RJ: Boletim do Museu do Índio, nº 1, novembro.
- MACIEL, Ottoni (1925). **Bastidores políticos**. Curitiba: s.n.
- MAGALHÃES, Amílcar Botelho de (1946). **Rondon: uma relíquia da pátria**. RJ: Imprensa Oficial.
- MARENA, Ninger (1983). **Guataçara - o homem do Tibagi**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba.
- MARTINS, Romário (1937). **História do Paraná**. 3ª edição. Curitiba: Editora Guaíra.
- _____ (1941). “*A terra e o homem do Paraná*”. IN: **Quantos somos e quem somos**. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense. pp. 7-15.

MELATTI, Júlio Cezar (1984). "*A antropologia no Brasil: um roteiro*". IN: **BIB**, nº 17. pp. 123-211.

MERCER, Edmundo Alberto e MERCER, Luiz Leopoldo (1973). **História de Tibagi**. Tibagi.

MERCIER, Paul (s/d). **História da Antropologia**. SP: Editora Moraes.

METRAUX, Alfred. (1929). "*La civilisation matérielle et la vie sociale ET religieuse des indiens Zê du Brésil meridional et oriental*". IN: **Revista del Instituto de Etnología de la Universidad Nacional de Tucumán**. Tucumán, tomo I, pp. 107-238.

MONTEIRO, John Manuel (1994). **Guia de fontes para a história indígena e do indigenismo em arquivos brasileiros (acervo das capitais)**. SP: NHII-USP/FAPESP.

MORAES FILHO, Mello (1882). **Revista da Exposição Anthropológica Brasileira**. RJ: Typographia Pinheiro.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo (1971). **A política indigenista brasileira durante o século XIX**. Rio Claro: Tese de Doutorado.

MOTA, Lúcio Tadeu (1998). **O aço, a cruz e a terra: índios e brancos no Paraná provincial (1853-1889)**. Assis-SP: Tese de Doutorado.

_____ (2000). **As colônias indígenas no Paraná Provincial**. Curitiba: Ed. Aos Quatro Ventos.

_____ (1997). "*A guerra de conquista nos territórios dos índios Kaingang do Tibagi*". IN: **Revista de História Regional**. Ponta Grossa: UEPG, v. 2, nº1, verão. pp. 187-207.

- _____ (1994). **A guerra dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. Maringá: Editora da UEM.
- _____ (1998). "*Os índios Xetá na província paranaense*". IN: **Revista Pós-História**. Assis-SP, v. 6, pp. 175-189.
- NEGRÃO, Francisco (1950). **Genealogia Paranaense**. Volume 6. Curitiba: Imprensa Paranaense.
- NICOLAS, Maria (1984). **130 anos de vida parlamentar (1854-1984)**. Curitiba: Assembleia Legislativa do Paraná.
- NIMUENDAJÚ, Curt (1987). **As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocuva-Guarani**. SP: HUCITEC.
- _____ (1993). **Etnografia e indigenismo: sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará**. Campinas: Editora da UNICAMP.
- _____ (1981). **Mapa etno-histórico**. RJ: IBGE.
- _____ (1982). **Textos indigenistas**. SP: Editora Loyola.
- OLIVEIRA, João Pacheco de (1999). **Ensaio em Antropologia Histórica**. RJ: Editora da UFRJ.
- _____ (org.) (1998). **Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil Contemporâneo**. RJ: Contracapa Editora.
- _____ (org.) (1987). **Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil**. RJ: Ed. UFRJ/Marco Zero.

NOELLI, Francisco Silva (org.) (1998). **Bibliografia Kaingang: referências sobre um povo Jê do sul do Brasil**. Londrina: Ed. UEL.

PARANÁ, Arquivo Público (2000). **História administrativa do Paraná (1853-1947): criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado**. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP.

PARANÁ, Sebastião (1899). **Chorographia do Paraná**. Curitiba: Typ. Livraria Economica.

PEREIRA, Nunes (1946). **Curt Nimuendajú: síntese de uma vida e de uma obra**. Belém: Instituto de Etnografia e Sociologia do Amazonas.

PEIRANO, Mariza (1995). **A favor da etnografia**. RJ: Relume-Dumará.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz (1998). “*Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)*”. IN: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. 2ª edição. SP: Companhia das Letras. pp. 115-132.

PIRES, Maria Ligia Moura (1975). **Guarani e Kaingang no Paraná: um estudo de relações intertribais**. Brasília: Dissertação de Mestrado.

POMPEIA, Roberto Maria. “*Telêmaco Borba: caudilho ou patriota?*” IN: **O Estado do Paraná**, 20 de novembro de 1969.

_____. “*De Telêmaco a Paulo*”. IN: **O Estado do Paraná**, 1969.

PREZIA, Benedito Antonio Genofre (1999). “*Os Guaianã: em busca dos antigos Kaingang*”. IN: **PORANTIM**. Ano XXI, nº 219. Brasília: outubro, p. 10.

- _____ (1998). “*Os Guaianã de São Paulo: uma contribuição ao debate*”. IN: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. SP: nº 8, pp. 155-177.
- REIS, Jayme Dormund (1911). **Ligeiras notas sobre ethnologia paranaense**. Curitiba: 2º Congresso Brasileiro de Geographia.
- REIS, José Carlos (1999). “*Anos 1900: Capistrano de Abreu, o surgimento de um povo novo: o brasileiro*”. IN: **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. SP: Fundação Getúlio Vargas Editora. pp. 85-114.
- RIBEIRO, Darcy (1993). **Os índios e a civilização: estudos de antropologia da civilização**. 6ª edição. Petrópolis: Vozes.
- _____ (1998). **O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil**. 2ª edição. SP: Companhia das Letras.
- SALGADO, Plínio. “*Sertões do Paraná*”. IN: **Diário de São Paulo**, 29 de abril de 1973.
- SCHADEN, Egon (1989). **A mitologia heróica de tribos indígenas do Brasil**. 3ª edição. SP: EDUSP.
- SAHLINS, Marshall (1997). “*O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um objeto em via de extinção*”. IN: **MANA**, 3 (1): 41-73 - Parte I e **MANA**, 3 (2): 103-150 - Parte II.
- SANTOS, Zeloí Martins dos (1999). **Os “Campos de Guarapuava” na política indígena do Estado Provincial do Paraná (1854-1889)**. Assis/ SP: Dissertação de Mestrado em História.

- SILVA, Carmen Lúcia da (1998). **Sobreviventes do extermínio: uma etnografia das narrativas e lembranças da sociedade Xetá**. Florianópolis: Dissertação de Mestrado/UFSC.
- SOUZA NENÊ, Deocleciano. Carta dirigida a Túlio Vargas em 25 de outubro de 1973.
- TEMPSKI, Edwino Donato. **Caingângues - gente do mato**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1986.
- TOMMASINO, Kimiye (1995). **A história dos Kaingang da Bacia do Tibagi: uma sociedade Jê Meridional em movimento**. SP: Doutorado/ USP.
- _____ (2000). **Os Kaingang e suas relações simbólico-práticas com o meio**. Londrina: mimeo.
- _____ (org.) (2000a). **Urí e Wãxi: estudos interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: Ed.UEL.
- VARGAS, Túlio. “*Antevisão do império e Telêmaco Borba*”. IN: **Diário do Paraná**, 28 de dezembro de 1969.
- _____ (1970a). “*O indomável republicano*”. IN: **Revista Panorama**. pp. 39-46.
- _____ (1970b). **O indomável republicano**. Curitiba: O Formigueiro.
- _____ “*Porta-retrato: Telêmaco Borba*”. IN: **Gazeta do Povo**, 5/2/1994.
- _____ (1970c). “*Roteiro brutal e selvagem do grande rio*”. IN: **O Estado do Paraná**, 15 de março de 1970.

- _____ (1993). "*Telêmaco Borba: o indomável maragato*". IN: **Anais do Simpósio Fontes para a História da Revolução de 1893**. Bagé/RS.
- VEIGA, Juracilda (1994). **Cosmologia e organização social dos Kaingang**. Campinas: Dissertação de Mestrado em Antropologia.
- VON IHERING, Herman (1907). "*A anthropologia do Estado de São Paulo*". IN: **Revista do Museu Paulista**. SP: Typographia do Diário Oficial, v. 7. pp. 202-257.
- _____ (1895). "*A civilização pré-histórica do Brasil Meridional*". IN: **Revista do Museu Paulista**. SP: Typographia do Diário Oficial, v. 1. pp. 35-159.
- _____ (1906). "*A ethnologia do Brasil Meridional*". IN: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. SP. pp. 229-236.
- _____ (1910). "*A questão dos índios no Brasil*". IN: **Revista do Museu Paulista**. SP: Typographia do Diário Oficial, v. 8, 15 de junho. pp. 112-140.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam (1987). **Norte velho, norte pioneiro**. Curitiba: s/n.

DOCUMENTOS

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ

1871, v. 010, AP nº 358, PG 291: folha de pagamento do Aldeamento de São Pedro de Alcântara

1877, v. 008, AP nº 518, PG 115: relatório do sertanista Joaquim Francisco Lopes referente a condições de aldeamento

1877, v. 011, AP nº 521, PG 72: catequese no Aldeamento do Paranapanema

1878, v. 003, AP nº 536, PG 165/167: relatório do estado atual do Aldeamento Indígena de Paranapanema

1878, v. 012, AP nº 545, PG 261/264: nomeação, direção e objetos pertencentes ao Aldeamento Indígena de Paranapanema

1878, v. 003, AP nº 559, PG 69: ajuda para o transporte do diretor do Aldeamento Indígena de Paranapanema

1880, v. 003, AP nº 592, PG 29: referente pagamento de despesas com índios do aldeamento de Paranapanema. O agente oficial da colonização comprou e distribuiu objetos aos índios para atraí-los.

1880, v. 003, AP nº 592, PG 277/282: mapa de emprego que os diretores de aldeamentos preenchiam.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Annaes do Congresso Legislativo do Estado do Paraná. Curitiba: Typographia d'A República. Anos: 1897 a 1899; 1908 a 1919.

MUSEU PARANAENSE - SETOR DE DOCUMENTAÇÃO

Documento nº 184 - Circular enviada por Agostinho Ermelino de Leão, Francisco Antonio Monteiro Tourinho e Antonio Ricardo Lustosa de Andrade solicitando a remessa de objetos para figurarem na Exposição Antropológica a realizar-se no Rio de Janeiro (Curitiba, 15 de março de 1882).

Documento nº 306 - Ofício de Telêmaco Borba para o Desembargador Ermelino Agostinho de Leão sobre o próximo envio de uma coleção antropológica e duas de numismática para integrar o acervo do Museu Paranaense (Tibagi, 6 de fevereiro de 1893).

Documento nº 673-1 - Comunicado de Telêmaco Borba, presidente do Conselho de Revista da Qualificação dos Guardas Nacionais do Município de Tibagi (Tibagi, 15 de dezembro de 1899).

Documento nº 680 - Carta rascunho de Romário Martins dirigida ao Sr. Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Secretário de Fazenda, Agricultura e Obras Públicas com referência às coleções de Telêmaco Morocines Borba, falecido na cidade de Tibagi e que deixou a dita coleção ao Museu Paranaense (Curitiba, 26 de dezembro de 1918).

Documento nº 888-29 - Correspondência particular de Romário Martins: carta de Von Ihering (diretor do Museu Paulista) a Romário Martins (diretor do Museu Paranaense) (São Paulo, 7 de fevereiro de 1906).

Documento nº 1172 - Circular comunicando a instalação no Estado do Paraná do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (Curitiba, 5 de outubro de 1910).

Documento nº 1361 - Catálogo da coleção Telêmaco Borba (Tibagi, 3 de março de 1923).

MUSEU DO TROPEIRO - MUNICÍPIO DE CASTRO

Traslado dos autos crimes do assassinato de Joaquim Floriano do Espírito Santo, Prefeito de Tibagi, março de 1907.

JORNAIS

DEZENOVE DE DEZEMBRO

30/04/1859: Expediente de 14/04/1859 do Governo da Província encarregando Joscelyn Augusto Morocines Borba (irmão de Telêmaco Borba) de conter os índios Coroados e se livrar de suas hostilidades em qualquer ponto que se constate que tenham aparecidos.

04/05/1859: Expediente de 19/04/1859 do Governo da Província referente à compra de brindes para serem repartidos entre os índios.

25/05/1859: Expediente de 18/05/1859 do Governo da Província referente à catequese nos aldeamentos indígenas.

08/06/1859: Expediente de 01/06/1859 do Governo da Província referente à evasão dos índios.

22/06/1859: Expediente de 15/06/1859 do Governo da Província referente à catequese indígena.

02/07/1859: Expediente de 27/06/1859 do Governo da Província referente ao destacamento de oficiais para apreensão de índios.

09/07/1859: Expediente de 02/07/1859 do Governo da Província referente ao destacamento de oficiais para a proteção da população contra os ataques dos índios.

17/03/1860: Expediente de 08/03/1860 do Governo da Província nomeando Joscelyn Augusto Morocines Borba como diretor do Aldeamento de São Pedro de Alcântara.

18/04/1863: Expediente de 13/03/1863 do Governo da Província referente ao envio do encarregado provisório da Comissão Oficial de Terras (Joscelyn Augusto Morocines Borba) ao Aldeamento de Pirapó.

20/06/1863: Referente ao local estabelecido pela Comissão Oficial de Terras para a instalação do Aldeamento de Paranapanema.

27/06/1863: Expediente de 08/05/1863 do Governo da Província referente às despesas dos aldeamentos e despesas com a catequese.

15/07/1863: Expediente de 15/06/1863 do Governo da Província referente à nomeação de Telêmaco Borba como administrador do Aldeamento Indígena São Pedro de Alcântara.

01/08/1863: Extrato do Expediente de 07/07/1863 do Governo da Província referente aos africanos que trabalhavam nos aldeamentos indígenas.

05/08/1863: Expediente de 13/07/1863 do Governo da Província referente às despesas dos aldeamentos.

08/08/1863: Expediente de 17/07/1863 do Governo da Província referente à administração dos aldeamentos.

18/11/1863: Expediente de 04/11/1863 do Governo da Província referente à demarcação dos terrenos dos aldeamentos.

25/11/1863: Expediente de 07/11/1863 do Governo da Província referente ao material de consumo dos aldeamentos.

09/12/1863: Expediente de 18/11/1863 do Governo da Província referente aos aldeamentos de índios no Paranapanema.

12/12/1863: Expediente de 20/11/1863 do Governo da Província referente à compra de materiais para os aldeamentos.

02/01/1864: Extrato do Expediente de 22/12/1863 do Governo da Província referente aos relatórios dos diretores dos aldeamentos.

07/01/1864: Expediente de 29 e 30/12/1863 do Governo da Província referente ao destacamento de índios para Guarapuava para ajudarem na defesa da população contra os ataques de índios.

07/01/1864: Expediente do Secretário de 22/11/1863 estabelecendo o intermediário entre o Governo da Província e os diretores de aldeamentos - a Repartição de Terras Públicas.

23/03/1864: Expediente de 15/03/1864 do Governo da Província nomeando Joscelyn Augusto Morocines Borba para administrador do Aldeamento de Paranapanema.

07/09/1864: Expediente de 20/08/1864 do Governo da Província referente aos vencimentos dos funcionários dos aldeamentos.

23/11/1864: Expediente de 05/11/1864 do Governo da Província referente ao caminho entre os aldeamentos de São Pedro de Alcântara e o de Paranapanema.

21/12/1864: Expediente de 07/12/1864 do Governo da Província referente à divisão dos aldeamentos em lotes.

06/12/1865: Descrição da viagem onde encontrou índios Coroados.

04/04/1866: Discurso do Presidente da Província para a abertura da 8ª Legislatura da Assembleia Legislativa Provincial.

30/11/1867: Expediente de 24 e 25/10/1867 do Governo da Província referente à exoneração do sertanista Joaquim Francisco Lopes do cargo de administrador do Aldeamento de São Jerônimo.

04/12/1867: Expediente de 04/11/1867 do Governo da Província referente à liberação de pagamento para Telêmaco Borba.

28/12/1867: Referente às despesas com materiais de consumo dos aldeamentos.

20/05/1868: Expediente de 21 e 23/03/1868 do Governo da Província referente às despesas com aldeamentos.

01/07/1868: Expediente de 04/05/1868 do Governo da Província referente às despesas com os índios.

15/07/1868: Referente à oferta de objetos de índios ao Museu Nacional.

15/08/1868: Expediente de 05/08/1868 do Governo da Província referente à condução de índios para os aldeamentos.

03/10/1868: Expediente de 24/09/1868 do Governo da Província referente à passagem de títulos de propriedades de lotes nos aldeamentos.

05/12/1868: Extrato do Expediente da Presidência do mês de outubro referente à aquisição de material para os aldeamentos.

26/12/1868: Extrato do Expediente da Presidência do mês de novembro referente aos ataques indígenas.

24/03/1869: Expediente de 03/02/1869 do Governo da Província referente à compra de brindes para os índios.

03/04/1869: Expediente de 15/02/1869 do Governo da Província referente ao contrato de serviços para os aldeamentos.

19/06/1869: Expediente de 17/04/1869 do Governo da Província referente ao ensino de serviços de carpintaria aos índios.

17/07/1869: Expediente de 19/05/1869 do Governo da Província referente às despesas com aldeamentos.

01/08/1869: Expediente de 12/06/1869 do Governo da Província referente à compra de objetos para os índios.

21/08/1869: Expediente de 08/07/1869 do Governo da Província fazendo recomendações aos diretores de aldeamentos.

06/10/1869: Expediente de 18/09/1869 do Governo da Província fazendo recomendações aos diretores de aldeamentos.

23/10/1869: Relatório da passagem de administração de Antonio Augusto da Fonseca para Agostinho Ermelino de Leão, no dia 28 de agosto de 1869. Comunica a situação dos serviços de catequese da Província.

01/12/1869: Expediente de 23/11/1869 do governo da Província concedendo licença para Joscelyn Augusto Morocines Borba.

22/01/1870: Exoneração de Joscelyn Augusto Morocines Borba do cargo de diretor do Aldeamento de Paranapanema.

02/04/1870: Relatório apresentado à Assembleia Legislativa na abertura da 9ª legislatura.

06/07/1870: Expediente de 30/04/1870 do Governo da Província referente ao pagamento dos vencimentos dos funcionários dos aldeamentos.

09/07/1870: Expedientes de 03, 04 e 05/04/1870 do Governo da Província referente às despesas dos aldeamentos.

13/07/1870: Expediente de 09/05/1870 do Governo da Província referente às despesas dos aldeamentos.

07/09/1870: Expedientes de 16 e 17/08/1870 do Governo da Província referente à autorização para despesas com os aldeamentos.

24/08/1870: Expedientes de 29 e 30/07/1870 do Governo da Província referente a ataques de índios e autorização para aquisição de materiais para os aldeamentos.

08/09/1870: Relatório apresentado à Assembleia Legislativa em 19/02/1870.

14/09/1870: Expediente de 20/08/1870 do Governo da Província referente a lotes dos aldeamentos.

05/11/1870: Expediente de 15, 17 e 18/10/1870 do Governo da Província referente ao crédito e pagamento dos aldeamentos.

07/01/1871: Parte de relatório de passagem de administração comunicando situação dos aldeamentos.

01/04/1871: Expediente da Presidência no mês de março referente às despesas com aldeamentos.

05/07/1871: Expediente de 18/06/1871 do Governo da Província referente ao emprego da mão de obra indígena.

10/01/1872: Expediente de 15/12/1871 do Governo da Província referente a relatórios dos diretores dos aldeamentos.

13/01/1872: Expediente de 22/12/1871 do Governo da Província referente a pagamentos de funcionários dos aldeamentos.

13/01/1872: Expediente de 22/12/1871 do Governo da Província referente à gratificação do sertanista Francisco Lopes.

20/01/1872: Expediente de 04/01/1872 do Governo da Província referente a pagamento do diretor de aldeamento.

31/01/1872: Expediente de 16/01/1872 e 22/01/1872 do Governo da Província referente aos pagamentos dos funcionários dos aldeamentos.

02/03/1872: Expediente de 16/02/1872 do Governo da Província referente à despesa dos aldeamentos

17/04/1872: Relatório do Presidente de Província Venâncio de Oliveira Lisboa relatando a situação da catequese e dos aldeamentos.

02/07/1873: Relatório com que o Vice-presidente Manoel Antônio Guimarães passou a administração da Província do Paraná em 13 de junho de 1873 ao Presidente Frederico José Cardoso de Araújo Abranches. Relata a situação da catequese.

12/07/1873: Expediente de 16/06/1873 do Governo da Província exonerando Telêmaco Borba da função de administrador do Aldeamento de São Pedro de Alcântara.

16/07/1873: Referente aceitação de Telêmaco Borba pelo Ministério da Agricultura.

27/08/1873: Comunicado à Tesouraria da Fazenda da exoneração de Telêmaco Borba.

27/08/1873: Notícia sobre a viagem de Nestor Borba e Telêmaco Borba ao Salto do Guáira.

13/04/1878: Nomeação de Telêmaco Borba como diretor do Aldeamento de Paranapanema.

26/06/1878: Aprovado pelo Ministério da Agricultura a nomeação de Telêmaco Borba.

06/07/1878: Solicitação de ajuda de custo por Telêmaco Borba.

26/06/1878: Extinção do Aldeamento de Paranapanema.

18/08/1878: Referente a índios civilizados.

12/09/1878: Liberada ajuda de custo para Telêmaco Borba

12/11/1881: Referente à remessa de objetos para a Exposição Antropológica.

14/01/1882: Referente a índios civilizados e selvagens.

01/02/1882: Referente à remessa de objetos para a Exposição Antropológica.

15/02/1882: Referente à remessa de objetos para a Exposição Antropológica.

26/07/1882: Referente à remessa de objetos para a Exposição Antropológica.

06/12/1883: Nomeação de Telêmaco Borba para Diretor de Índios do Tibagy.

13/03/1885: Solicita a Telêmaco Borba a entrega de índios.

15/03/1885: Solicita a Telêmaco Borba a entrega de índios que estão em sua fazenda.

A REPÚBLICA

31/07/1894: Cobrança de empréstimo cedido a Telêmaco Borba.

15/08/1894: Concessão do título de sócio do Instituto Geográfico Argentino a Telêmaco Borba.

22/08/1894: Entrevista que Telêmaco Borba cedeu a um jornal argentino.

11/12/1895: Referente ao processo de Telêmaco Borba contra os mesários da revisão eleitoral.

24/02/1898: Referente ao projeto de instrução pública apresentada por Telêmaco Borba.

30/03/1898: Referente à eleição do Tibagi.

28/04/1898: Referente à atuação de Telêmaco Borba no Congresso do Estado.

10/05/1898: Referente à atuação de Telêmaco Borba no Congresso do Estado.

14/06/1898: Referente à atuação de Telêmaco Borba no Congresso do Estado.

15/06/1898: Referente à atuação de Telêmaco Borba no Congresso do Estado.

18/06/1898: Referente à atuação de Telêmaco Borba no Congresso do Estado.

21/06/1898: Referente à atuação de Telêmaco Borba no Congresso do Estado.

22/06/1898: Referente à atuação de Telêmaco Borba no Congresso do Estado.

23/06/1898: Referente à atuação de Telêmaco Borba no Congresso do Estado.

02/07/1898: Referente à atuação de Telêmaco Borba no Congresso do Estado.

14/06/1902: Referente à Sociedade Etnográfica e Protetora dos Índios.

DIÁRIO DA TARDE

17/03/1908: Declaração de voto do deputado Telêmaco Borba referente ao imposto dos padres.

RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA

Relatório do Presidente da Província do Paraná Zacarias de Goes e Vasconcellos na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 8 de fevereiro de 1855.

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de março de 1856 pelo vice-presidente em exercício Henrique de Beaupaire Rohan.

Relatório do Estado da Província do Paraná apresentado a Henrique de Beaupaire Rohan pelo vice-presidente Theófilo Ribeiro de Rezende por ocasião de lhe entregar a administração da mesma província (1856).

Relatório do Estado da Província do Paraná apresentado a Francisco Liberato de Mattos por José Vaz de Carvalhaes por ocasião de lhe entregar a administração da mesma província (1857).

Relatório do Presidente da Província do Paraná Francisco Liberato de Mattos na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 7 de janeiro de 1859.

Relatório que José Francisco Cardoso apresentou a Antonio Barbosa Gomes Nogueira por ocasião de lhe entregar a administração da mesma província (1861).

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Paraná na abertura da 1ª Sessão da 5ª Legislatura pelo Senhor Antonio Barbosa Gomes Nogueira no dia 15 de fevereiro de 1862.

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Paraná pelo presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira na abertura da 2ª Sessão da 5ª Legislatura no dia 15 de fevereiro de 1863.

Relatório com que o Vice-presidente da Província Manoel Alves de Araújo passou a administração ao Presidente André Augusto de Pádua Fleury no dia 19 de agosto de 1865.

Relatório do Presidente da Província do Paraná André Augusto de Pádua Fleury na abertura da 2ª sessão da 7ª legislatura em 21 de março de 1865.

Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província do Paraná na abertura da 1ª sessão da 8ª legislatura pelo Presidente José Feliciano Horta de Araújo no dia 15 de fevereiro de 1868.

Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província do Paraná na abertura da 2ª sessão da 11ª legislatura pelo Presidente Frederico José Cardoso de Araújo Abranches no dia 15 de fevereiro de 1875.

Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1876 pelo Presidente da Província Adolpho Lamenha Lins.

Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1877 pelo Presidente da Província Adolpho Lamenha Lins.

Relatório com que Rodrigo Octávio de Oliveira Menezes passou a administração da província ao Vice-presidente Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá no dia 31 de março de 1879.

Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província do Paraná no dia 16 de fevereiro de 1880 pelo Presidente da Província Manuel Pinto de Souza Dantas Filho.

Exposição com que João José Pedrosa passou a administração da Província do Paraná ao presidente Sancho de Barros Pimentel no dia 3 de maio de 1881.

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Paraná por ocasião da instalação da 2ª Sessão da 14ª Legislatura no dia 16 de fevereiro de 1881 pelo Presidente da Província João José Pedrosa.

Relatório com que Sancho de Barros Pimentel passou a administração da província ao Vice-presidente Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá no dia 26 de janeiro de 1882.

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Paraná por ocasião da instalação da 1ª Sessão da 15ª Legislatura no dia 1º de outubro de 1882 pelo Presidente da Província Carlos Augusto de Carvalho.

Relatório em que o Vice-presidente Antonio Alves de Araújo passou a administração da Província do Paraná a Carlos de Augusto de Carvalho em 26 de maio de 1883.

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Paraná no dia 30 de outubro de 1886 pelo Presidente da Província Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho.

Relatório que o Vice-presidente da Província Antonio Ricardo dos Santos apresentou a Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho por ocasião de passar-lhe a administração da Província do Paraná em 29 de dezembro de 1887.

Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado na 2ª Sessão da 5ª Legislatura no dia 1º de (?) de 1901 por Francisco Xavier da Silva.

ANEXOS

Anexo 1 - Cronologia da trajetória de Telêmaco Borba

ANO	FATO
1840	nasceu a 15 de setembro na cidade de Curitiba.
1843	batizado em Curitiba.
1860	casamento dia 25 de dezembro com Rita Maria do Amaral, filha de comerciante de Porto de Cima. Em 8 de março Jocelym Borba (seu irmão mais velho) é nomeado administrador do Aldeamento de São Pedro de Alcântara.
1861	muda-se com a família para a Colônia Militar do Jataí.
1863	em 15 de junho assumiu o cargo de administrador do Aldeamento de São Pedro de Alcântara. Permanecerá no cargo até 1873. Jocelym Borba assume o cargo de diretor interino do Aldeamento de Paranapanema.

1865	<p>assumiu a administração do aldeamento de São Jerônimo a pedido de Joaquim Francisco Lopes.</p> <p>falecimento da mãe de Telêmaco Borba.</p>
1867	<p>nomeado suplente de delegado em Jataí.</p> <p>ofício dirigido ao Delegado de Terras determinando que conforme o artigo 15º do Regulamento de 25 de abril de 1857 fosse passado ao administrador do Aldeamento de São Pedro de Alcântara (Telêmaco Borba) o título do lote de terras a que tinha direito.</p>
1869	falecimento do pai de Telêmaco Borba.
1870	em 10 de janeiro Jocelym Borba foi exonerado do cargo de diretor do Aldeamento do Paranapanema.
1873	sob o aviso nº 25 do Ministério da Agricultura de 29 de maio, Telêmaco Borba foi exonerado do cargo de administrador do Aldeamento de São Pedro de Alcântara (deixou o cargo efetivamente dia 21 de junho) para acompanhar como guia o engenheiro inglês Thomas Bigg-Whiter na exploração do vale do Tibagi (o objetivo era a instalação de uma estrada de ferro ligando Curitiba ao Rio Paraná) incumbido pelo governo da província.
1874	explora o Vale do Rio Ivaí.
1875	nomeado Inspetor Escolar de Jataí.

1876	<p>juntamente com seu irmão Nestor Borba, John Elliot e os irmãos Keller chegam de canoa até o salto de Sete Quedas.</p> <p>descobre as ruínas de Guaíra ou Ciudad Real (antigas encomiendas dos jesuítas espanhóis nos sertões tibagianos).</p> <p>Telêmaco Borba e seu irmão Jocelym Borba se estabeleceram com suas famílias no povoado de Amparo, município de Tibagi. Telêmaco é escolhido como um dos eleitores da Paróquia de Tibagi.</p>
1877	<p>nomeado para o Aldeamento de Barreiros, em Reserva.</p>
1878	<p>em 4 de abril foi nomeado diretor do Aldeamento de Santo Inácio do Paranapanema.</p> <p>em 26 de junho foi extinto o Aldeamento de Paranapanema.</p> <p>em 5 de agosto é eleito membro da Comissão Especial de Eleitores de Tibagi.</p>
1880	<p>nomeado subdelegado de polícia de Tibagi e Diretor dos Índios de Tibagi.</p> <p>em 28 de junho é um dos membros da mesa paroquial que procedeu à eleição de vereadores e juizes de paz.</p> <p>em 3 de julho é eleita a Câmara Municipal de Tibagi para o quadriênio 1881-1884 na qual Telêmaco Borba era o presidente.</p>

1881	em 8 de janeiro assume como o 4º prefeito de Tibagi.
1882	<p>em 4 de fevereiro a Câmara Municipal de Tibagi, liderada por Telêmaco Borba, sugeriu a criação de um novo Aldeamento na margem esquerda do Tibagi, na barra do Rio Bello, extinguindo o da localidade de São Jerônimo.</p> <p>é nomeado pelo Governo Provincial representante do Museu Paranaense na Exposição Antropológica Brasileira realizada no Museu Nacional, no Rio de Janeiro para a qual escreveu duas monografias sobre os índios do Paraná: “Pequeno vocabulário da língua Caingangue, dos Caiguá e Chavantes” e “Notícia sobre os índios Caingangues”.</p>
1882	<p>nomeado capitão da 1ª Companhia do 8º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional.</p> <p>eleito deputado provincial (membro da Comissão Permanente de Instrução, Educação, Catequese e Civilização dos Índios e da Comissão Permanente de Contas e Orçamentos das Câmaras Municipais) passa o cargo de prefeito de Tibagi a Jocelym Borba.</p>

1883	<p>publica na Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa o artigo “Breve notícia sobre os índios Caingangues”.</p> <p>nomeado agente do Museu Paranaense em Tibagi.</p> <p>em 15 de dezembro é nomeado Diretor dos Índios do Tibagi.</p>
1885	<p>o governo da província solicita que Telêmaco Borba devolva cinco índios Botucudos que se encontravam em sua fazenda ao Frei Cimitille encarregado da catequese.</p>
1886	<p>publica o artigo “Die Caingangs Indianer in der brasilianischen Provinz Paraná” na revista alemã Globus.</p>
1887	<p>eleito prefeito de Tibagi para o quadriênio 1887-1890, assume o cargo em 7 de janeiro como o 8º prefeito de município.</p>
1890	<p>assume em 7 de janeiro como o 10º prefeito de Tibagi.</p> <p>em 20 de janeiro é deposto em razão do Decreto nº 27 que extinguiu as Câmaras Municipais e criou as intendências municipais constituídas pelo governo provisório.</p>
1891	<p>deputado estadual e delegado de polícia e inspetor escolar de Tibagi.</p>

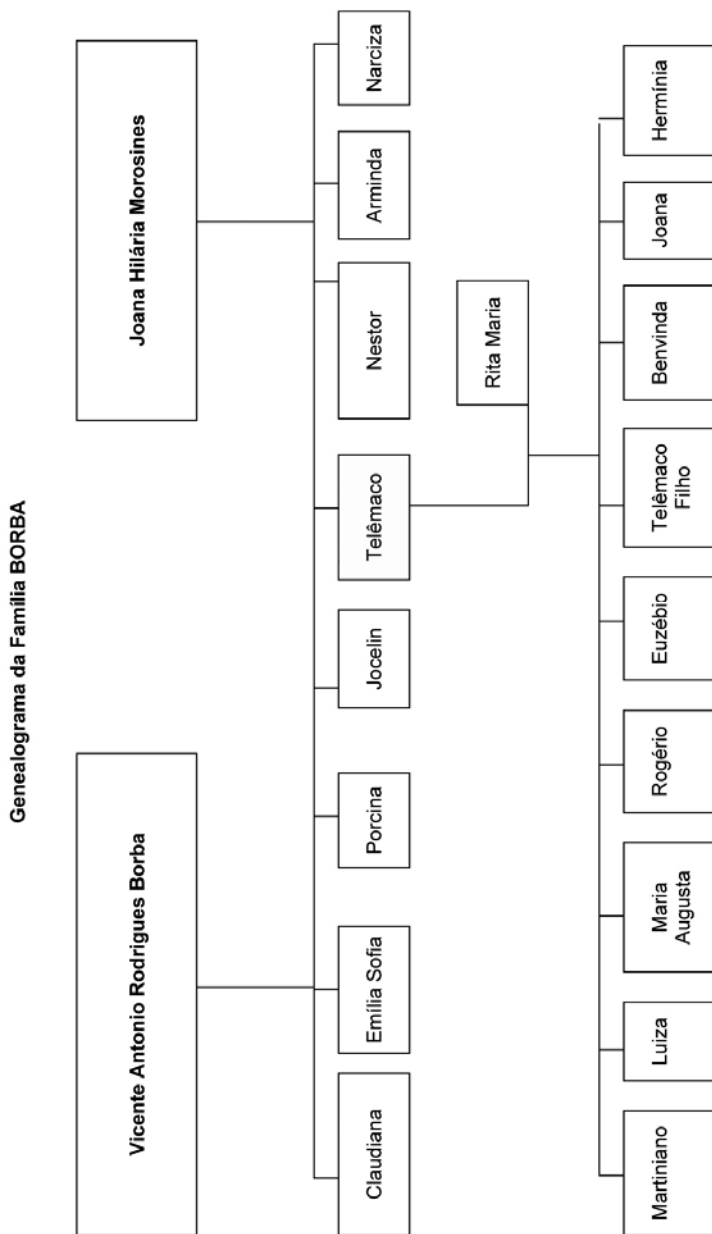
1892	em 11 de outubro é eleito o primeiro prefeito de Tibagi por eleição direta (o 15º na escala de prefeitos).
1893	com a eclosão da Revolução Federalista toma partido contra o marechal Floriano Peixoto e ajuda a coluna de Juca Tigre chegar na Argentina.
1894	em 17 de janeiro abandona seu cargo de prefeito e segue para o exílio na Argentina, onde irá residir por quase dois anos no território de Misiones.
1895	ano da anistia pelo presidente Prudente de Moraes. Telêmaco Borba retorna do asilo político na Argentina.
1896	eleito o terceiro prefeito de Tibagi por eleição direta (o 18º na escala de prefeitos) para o quadriênio 1897-1900.
1897-1898	deputado estadual. em 22 de outubro faleceu sua esposa Rita Maria do Amaral.
1897-1900	prefeito de Tibagi.
1899	deputado estadual e ratificada a patente de coronel da 10ª Brigada de Cavalaria da Guarda Nacional.

1900	publica o artigo “Combró: narrativa Cayncangue” no Almanach do Paraná.
1902	a Força Policial faz busca e apreensão de armas na casa de Telêmaco Borba, acusado de ser chefe maragato. Ele resiste e é preso, mas com a intervenção de Joaquim do Espírito Santo é liberado.
1903	publica o artigo “Pequeno vocabulário das línguas portugueza e Caingangs ou Coroados” e “Pequeno vocabulário das línguas Cayguas e Chavantes” no Almanach do Paraná.
1904	<p>publica o artigo “Observações sobre os indígenas do Estado do Paraná” na Revista do Museu Paulista.</p> <p>em 20 de julho é eleito prefeito para o quadriênio 1905-1908.</p> <p>em setembro João Capillé funda o jornal semanário “O Tibagy” tendo como redator chefe Telêmaco Borba.</p>
1905	assume a prefeitura de Tibagi como o 5º prefeito de eleição direta (21º na escala de prefeitos), mas pela Lei nº 589 de 20 de março os prefeitos municipais eleitos têm seus mandatos cassados e Telêmaco Borba é obrigado a entregar seu cargo. No seu lugar é eleito Joaquim Floriano do Espírito Santo que chefiava a facção política contrária a Telêmaco Borba.

1906	em 5 de janeiro é eleito um dos membros da Comissão de Revisão do Alistamento Eleitoral.
1907	não podendo derrotar Joaquim Floriano do Espírito Santo nas eleições municipais de Tibagi, Telêmaco Borba arma uma emboscada para assassiná-lo.
1908	ano da publicação do seu livro “Actualidade Indígena”. em 21 de julho é eleito prefeito de Tibagi para o quadriênio 1909-1912 (7º prefeito por eleição direta e 28º na escala).
1908-1909	deputado estadual (membro Permanente das Câmaras Municipais e da Comissão de Estatística).
1910-1911	deputado estadual (membro da Comissão Permanente das Câmaras Municipais).
1911	aprovado na Assembleia Legislativa o projeto de Telêmaco Borba e de Romário Martins para a criação de reservas indígenas no Paraná.
1912	em 17 de setembro é eleito prefeito para o quadriênio 1913-1916 (8º por eleição direta e 29 na escala).

1912- 1913	deputado estadual (membro da Comissão Permanente das Câmaras Municipais).
1914- 1915	deputado estadual (membro da Comissão Permanente das Câmaras Municipais). com a eclosão da Primeira Guerra Mundial volta para Tibagi para organizar o voluntariado para o Exército Brasileiro.
1916	eleito prefeito para o quadriênio 1917-1920 (9º na eleição direta e 30º na escala).
1916- 1917	deputado estadual (membro da Comissão Executiva assume o cargo de primeiro vice-presidente da Assembleia Legislativa do Paraná e compõe a Comissão Permanente de Instrução Pública).
1917	deputado estadual (membro da Comissão Executiva assume o cargo de primeiro vice-presidente da Assembleia Legislativa do Paraná e compõe a Comissão Permanente de Instrução Pública e a Comissão Permanente de Higiene).
1918- 1919	deputado estadual (membro da Comissão Executiva assume o cargo de primeiro vice-presidente da Assembleia Legislativa do Paraná e compõe a Comissão Permanente de Instrução Pública).
1918	faleceu dia 23 de dezembro vítima da gripe espanhola na cidade de Tibagi.

Anexo 2 - Genealograma da família Borba



Anexo 3 - Bibliografia de Telêmaco Borba sobre os índios do Paraná

ANO	MATERIAL
1878	Vocabulário Caiguá Chavante.
1882	Pequeno vocabulário da língua Caingangue, Caiguá e Xavantes. Notícia sobre os índios Caingangues (monografias enviadas à Primeira Exposição Antropológica Brasileira realizada no Museu Nacional - Rio de Janeiro).
1883	Breve notícia sobre os índios Caincangues, que conhecidos pela denominação de Coroados habitam o território entre o Tibagi e o Uruguai. IN: <u>Revista Mensal da Sociedade de Geografia de Lisboa</u> , 2: pp. 20-36. Rio de Janeiro.
1886	Die Caingangs Indianer in der brasilianischen Provinz Paraná. IN: <u>Globus</u> , (50): pp. 233-236. Braunschweig.
1888	Etymologia de nomes, alguns rios e lugares da Comarca de Guarapua-va, na língua dos Coroados Guaranis.
1891	Princípio da conjugação de verbos em Guarani.
1900	“Combró: narrativa Cayncangue”. IN: <u>Almanach do Paraná de 1900</u> , Curitiba, pp. 249-252.

1903	<p>“Pequeno vocabulário das línguas portuguesa e Caingangs ou Coroados” e “Pequeno vocabulário das línguas Cayguas e Chavantes”.</p> <p>IN: <u>Almanach do Paraná de 1903</u>, Curitiba, pp. 201-208.</p>
1904	<p>“Observações sobre os indígenas do Estado do Paraná”.</p> <p>IN: <u>Revista do Museu Paulista</u>. SP, v. 6, pp. 53-62.</p>
1905	<p>Kaingangues e Guainanãs.</p>
1907	<p>Caguaré Jaguarete.</p>
1908	<p><u>Actualidade indígena</u>. Curitiba: Imprensa Paranaense, 171 páginas.</p>

Anexo 4 - Decreto Imperial N° 426 de 24 de julho de 1845 sobre o regulamento das missões de catequese e civilização dos índios

DECRETO N.º 426 — de 24 de Julho de 1845.

Contém o Regulamento ácerca das Missões de catechese, e civilização dos Indios.

Hei por bem, Tendo ouvido o Meu Conselho d'Estado, Mandar que se observe o Regulamento seguinte.

Art. 1.º Haverá em todas as Provincias hum Director Geral de Indios, que será de nomeação do Imperador. Compete-lhe:

§ 1.º Examinar o estado, em que se achão as Aldéas actualmente estabelecidas; as occupações habituaes dos Indios, que nellas se conservão; suas inclinações, e propensões; seu desenvolvimento industrial; sua população, assim originaria, como mistica; e as causas, que tem influido em seus progressos, ou em sua decadencia.

§ 2.º Indagar os recursos, que offerecem para a lavoura, e commercio, os lugares, em que estão collocadas as Aldéas; e informar ao Governo Imperial sobre a conveniencia de sua conservação, ou remoção, ou reunião de duas, ou mais, em huma só.

§ 3.º Precaver que nas remoções não sejam violentados os Indios, que quizerem ficar nas mesmas terras, quando tenham bom comportamento, e apresentem hum modo de vida industrial, principalmente de agricultura. Neste ultimo caso, e em quanto bem se comportarem, lhes será mantido, e ás suas viúvas, o usufructo do terreno, que estejam na posse de cultivar.

§ 4.º Indicar ao Governo Imperial o destino, que se deve dar ás terras das Aldéas, que tenham sido abandonadas pelos Indios, ou que o sejam em virtude do § 2.º deste Artigo. O proveito, que se tirar da applicação dessas terras, será empregado em beneficio dos Indios da Provincia.

§ 5.º Indagar o modo, por que grangeão os Indios as terras, que lhes tem sido dadas; e se estão occupadas por outrem, e com que titulo.

§ 6.º Mandar proceder ao arrolamento de todos os Indios aldeados, com declaração de suas origens, suas linguas, idades, e profissões. Este arrolamento será renovado todos os quatro annos.

§ 7.º Inquirir onde ha Indios, que vivão em hordas errantes; seus costumes, o linguas; e mandar Missionarios, que solicitará do Presidente da Provincia, quando já não estejam á sua disposição, os quaes lhes vão pregar a Religião de Jesus Christo, e as vantagens da vida social.

§ 8.º Indagar se convirá fazel-os descer para as Aldéas actualmente existentes, ou estabelecel-os em separado; indicando em suas informações ao Governo Imperial o lugar, onde devo assentar-se a nova Aldéa.

§ 9.º Diligenciar a edificação do Igrejas, e de casas para a habitação assim dos Empregados da Aldéa, como dos mesmos Indios.

§ 10.º Distribuir pelos Directores das Aldéas, e pelos Missionarios, que andarem nos lugares remotos, os objectos, que pelo Governo Imperial forem destinados para os Indios, assim para a agricultura, ou para o uso pessoal dos mesmos, como mantimentos, roupas, medicamentos, e os que forem proprios para attrahir-lhes a attenção, excitar-lhes a curiosidade, e despertar-lhes o desejo do trato social; requisitando-os do Presidente da Provincia, segundo as Instrucções, que tiver do Governo Imperial.

§ 11.º Propor ao Presidente da Provincia a demarcação; que devem ter os Districtos das Aldéas, e fazer demarcar as terras, que, na fórma do § 15 deste Artigo, e do § 2.º do Art. 2.º, forem dadas aos Indios. Se a Aldéa já estiver estabelecida, e existir em lugar povoado, o Districto não se estenderá além dos limites das terras originariamente concedidas á mesma.

§ 12.º Examinar quaes são as Aldéas, que precisão de ser animadas com plantações em commum, e deter-

minar a porção de terras, que deve ficar reservada para essas plantações, assim como a porção das que possão ser arrendadas, quando, attenta ainda a pequena população, não possão os Indios aproveitá-las todas.

§ 13. Arrendar por tres annos as terras, que para isso forem destinadas, procedendo ás mais miudas investigações sobre o bom comportamento dos que as pretenderem, e sobre as posses, que tem. Nestes arrendamentos não se comprehende a faculdade de derrubar matos, para o que será necessario o consenso do Presidente, que será expresso no contracto, com declaração dos lugares, onde os possão derrubar.

§ 14.º Examinar quaes são as Aldéas, onde, pelo seu adiantamento, se possão aforar terras para casas de habitação; informar ao Governo Imperial com o quantitativo do foro; e aforal-as segundo as Instrucções, que receber. Não são permittidos aforamentos para cultura.

§ 15. Informar ao Governo Imperial acerca daquelles Indios, que, por seu bom comportamento, o desenvolvimento industrial, mereção se lhes concedão terras separadas das da Aldéa para suas grangearias particulares. Estes Indios não adquirem a propriedade dessas terras, senão depois de doze annos, não interrompidos, de boa cultura, o que se mencionará com especialidade nos relatorios annuaes; e no fim delles poderão obter Carta de Sesmaria. Se por morte do concessionario não se acharem completos os doze annos, sua viuva, e na sua falta seus filhos, poderão alcançar a Sesmaria, se, além do bom comportamento, e continuação de boa cultura, aquella preencher o tempo que faltar, e estes a grangearem pelo duplo deste tempo, com tanto que este nem passe de oito annos, e nem seja menos de quinze o das diversas posses.

§ 16.º Dar licença ás pessoas, que quizerem ir negociar nas Aldéas novamente creadas, com estabelecimento ou fixo, ou volante; e retirá-las, quando o julgar conveniente. Quanto ás que já estão estabelecidas, examinará quaes as que estão nas circumstancias de precisarem desta protecção; e as declarará sujeitas a esta disposição, com dependencia de Approvação Imperial.

§ 17.º Representar ao Presidente da Provincia a ne-

cessidade, que possa haver, de alguma força Militar, que proteja as Aldeas, a qual poderá ter hum Regulamento especial.

§ 18. Propor á Assembléa Provincial a criação de Escolas de primeiras Letras para os lugares, onde não haste o Missionario para este ensino.

§ 19.º Empregar todos os meios licitos, brandos, e suaves, para attrahir Indios ás Aldeas; e promover casamentos entre os mesmos, e entre elles, e pessoas de outra raça.

§ 20. Esmerar-se em que lhes sejam explicadas as maximas da Religião Catholica, e ensinada a doutrina Christã, sem que se empregue nunca a força, e violencia; e em que não sejam os pais violentados a fazer baptisar seus filhos, convido attrahil-os á Religião por meios brandos, e suasorios.

§ 21.º Cuidar na introdução da Vaccina nas Aldeas, e facilitar-lhes todos os soccorros nas epidemias.

§ 22. Corresponder-se com os Missionarios, de quem receberá todos os esclarecimentos para a catechese, e civilisação dos Indios, providenciando no que couber em suas faculdades; e com todas as Autoridades, por quem possa ser auxiliado.

§ 23. Vigiar na segurança, e tranquillidade das Aldeas, e seus districtos, requerendo, ou constituindo procurador para requerer perante as Justiças, e requisitando das Autoridades competentes as providencias necessarias.

§ 24.º Indagar se nas Aldeas, e seus districtos, morão pessoas de character rixoso, e de máos costumes, ou que introduzão bebidas espirituosas, ou que tenham enganado aos Indios com lesão enorme; e fazel-as expulsar até cinco leguas fóra dos limites dos districtos.

§ 25. Informar-se dos meios de subsistencia, que tem as Aldeas, para providenciar que não sobrevenha alguma fome, que seja causa de que os Indios abalem para os matos, ou se derramem pelas Fazendas, e Povoações.

§ 26.º Promover o estabelecimento de officinas de Artes mechanicas, com preferencia das que se prestão ás primeiras necessidades da vida; e que sejam nellas admitidos os Indios, segundo as propensões, que mostrarem.

§ 27.º Indagar quaes as producções do lugar de mais facil cultura, e de mais proveito; esmerando-se em fazer adoptar aquelle genero de trabalho, e modo de vida, que offereça mais facilidade, e a que os Indios mais prontamente se acostumem.

§ 28.º Exercer toda a vigilancia em que não sejam os Indios constrangidos a servir a particulares; e inquirir se são pagos de seus jornaes, quando chamados para o serviço da Aldêa, ou qualquer serviço publico; e em geral que sejam religiosamente cumpridos de ambas as partes os contractos, que com elles se fizerem.

§ 29.º Vigiari que não sejam os Indios avexados com exercicios militares, procurando que se lhes dê aquella instrucção, que permittir o seu estado de civilisação, suas occupações diarias, o seus habitos, e costumes, os quaes não devem ser aberta, e desabridamente contrariados.

§ 30.º Fiscalisar as rendas das Aldêas, quaesquer que sejam suas fontes; e exercer vigilante inspecção sobre as producções das layouras, pescas, e extracções de drogas, e de outro qualquer ramo de industria, e em geral sobre todos os objectos destinados para o uso, e consumo das Aldêas.

§ 31.º Applicar os dinheiros, e outros quaesquer objectos, segundo as necessidades das Aldêas, e na conformidade das Ordens do Governo Imperial, dando huma conta circumstanciada todos os annos, e todas as vezes que huma urgente necessidade o obrigue a fazer alguma despesa extraordinaria, da applicação, que houver resoluto.

§ 32.º Servir de Procurador dos Indios, requerendo, ou nomeando Procurador para requerer em nome dos mesmos perante as Justiças, e mais Autoridades.

§ 33.º Propor ao Presidente da Provincia o Director da Aldêa, o Thesoureiro, Almojarife, e o Cirurgião, preferindo-se para estes Empregos os casados aos solteiros; suspender os tres ultimos, e em geral a todos os que estão empregados no serviço das Aldêas; nomeando interinamente quem os substitua, e dando parte immediatamente ao Presidente, ou ao Director da Aldêa, segundo pertencer a nomeação ao primeiro, ou ao segundo.

§ 34.º Organisar a Tabella dos vencimentos dos Pedestres, e dos salarios dos officiaes de officios, que estiverem ao serviço das Aldéas; e leval-a ao conhecimento do Governo Imperial para sua approvação.

§ 35.º Approvar, e mandar pôr em execução provisoriamente a Tabella, organisada pelos Directores das Aldéas, dos jornaes, que devem ganhar os Indios, que forem chamados para o serviço das mesmas, ou qualquer outro serviço publico; levando-a ao conhecimento do Governo Imperial para sua final approvação.

§ 36.º Propor ao Governo Imperial os Regulamentos especiaes para o regimen das Aldéas, e as instrucções convenientes para o desenvolvimento de sua industria; tendo attenção ao estado de civilisação dos Indios, sua indole, e caracter; ás necessidades dos lugares, em que se acharem ellas estabelecidas; ás producções do Paiz, e ás proporções, que o mesmo offerece para o seu adiantamento moral, e material.

§ 37.º Apresentar todos os annos ao Governo Imperial o Orçamento da receita, e despeza das Aldéas, e hum Relatorio circumstanciado do seu estado em população, instrucção, e industria, com huma exposição miuda da execução das disposições deste Regulamento; exigindo dos Directores das Aldéas outros iguaes, que o habilitem a esclarecer o Governo sobre os progressos, ou decadencia das mesmas, e as causas, que para isso tem concorrido; e apontando as providencias, que convenha ser adoptadas.

§ 38.º Expor ao Governo Imperial os inconvenientes, que tenha encontrado na execução deste Regulamento, e de outros, que houver de fazer; indicando as medidas, que julgar apropriadas para se conseguir o grande fim da catechese, e civilisação dos Indios.

Art. 2.º Haverá em todas as Aldéas hum Director, que será de nomeação do Presidente da Provincia, sobre proposta do Director Geral. Compete-lhe:

§ 1.º Informar ao Director Geral a necessidade, que possa haver de trabalhos em commum, e a natureza destes; assim como sobre a parte dos productos desses trabalhos, que deva ser reservada para o uso commum dos Indios.

§ 2.º Designar as terras, que devem ficar reservadas para as plantações em commum, depois de determinada a porção, que o deve ser pelo Director Geral; assim como as que devem ficar para as plantações particulares dos Indios, e as que possão ser arrendadas, Art. 1.º, § 12.º

§ 3.º Inspeccionar essas plantações, ou outros quaisquer trabalhos da Aldéa; e procurar consumo aos seus productos, depois de feitas as reservas necessarias.

§ 4.º Nomear quem substitua o Thesoureiro, ou Almozarife, nos impedimentos imprevistos, e de caso repentino.

§ 5.º Nomear os Indios para as plantações, ou outros trabalhos em commum, ou para qualquer serviço Publico; procurando repartir o trabalho com igualdade, e ir de accordo, quanto ser possa, com o Maioral dos mesmos Indios.

§ 6.º Fazer entregar ao Thesoureiro, ou Almozarife, os productos dos trabalhos dos Indios, os objectos obtidos em troca dos que forem vendidos, o dinheiro pertencente á Aldéa, qualquer que seja sua origem, e em geral todos os objectos destinados para a Aldéa.

§ 7.º Distribuir os objectos, que forem applicados pelo Director Geral para os trabalhos communs, e particulares dos Indios; e os que forem destinados para animar, e premiar os Indios já aldeados, e attrahir os que ainda o não estejam.

§ 8.º Applicar os dinheiros, e mais objectos, segundo as determinações do Director Geral; podendo, em casos urgentes, gastar, sob sua responsabilidade, do dinheiro, que houver em caixa, até a quantia de cem mil réis, de que dará conta ao mesmo Director para sua approvação.

§ 9.º Nomear, suspender, e despedir os Pedestres, e officiaes de officios, que estiverem ao serviço da Aldéa, e determinar o serviço, que devem fazer.

§ 10.º Vigiar sobre a segurança, e tranquillidade da Aldéa, e seu districto; podendo, em casos menores, reter em prisão, até seis dias, o que a perturbar, sendo Indio; e não sendo, fazel-o expulsar para fóra da Aldéa, e até do seu districto: e em casos maiores, pren-

der, e remetter ás Justiças ordinarias com todas as indicações, que esclareção a verdade.

§ 11.º Requerer ás Autoridades policiaes contra os que, tendo sido expulsos em virtude do § antecedente, ou do § 24 do Artigo 1.º, se estabelecerem dentro dos limites declarados no Mandado de despejo, ou não queirão obedecer a este.

§ 12.º Ter debaixo de suas ordens a força Militar, que se houver de mandar collocar na Aldéa, e seu districto; representando a necessidade, que della possa haver, ao Director Geral, conformando-se com as instrucções, que receber, e com o Regulamento especial do § 17.º do Artigo 1.º

§ 13.º Alistar os Indios, que estiverem em estado de prestar algum serviço militar, e acostumar-os a alguns exercicios, animando com dadiyas aos que mostrarem mais gosto, e zelo pelo serviço, e tendo todo o cuidado em que não se desgostem por excesso de trabalho. Dará huma conta circunstanciada ao Director Geral das disposições, que encontrar, para ser levada ao conhecimento do Governo Imperial, que resolverá sobre a oportunidade de se crearem algumas Companhias, as quaes poderão ter huma organização particular.

§ 14.º Procurar que sejão demarcadas as terras dadas aos Indios, e proceder á demarcação das porções das mesmas, que, em virtude deste Regulamento, tenham de ser demarcadas dentro dos seus limites.

§ 15.º Esmerar-se em que as Festas tanto Civis, como Religiosas, se fação com a maior pompa, e apparato, que ser possa; procurando introduzir nas Aldéas o gosto da musica instrumental.

§ 16.º Servir de Procurador dos Indios, podendo nomear quem faça as suas vezes para requerer perante as Justiças, e outras Autoridades.

§ 17.º Dar parte todos os trimestres ao Director Geral dos acontecimentos mais notaveis na Aldéa, e fazer hum Relatorio annual do estado, em que se ella acha, com declaração da execução, que tem tido as disposições deste Regulamento, e com o Orçamento da receita e despeza para o anno seguinte.

§ 18.º Exercer as funcções do Art. 1.º, desde o §

1.º até o § 9.º, e desde o § 19.º até o § 30.º; entendendo-se que suas faculdades são restrictas à Aldeia, de que he Director; e que em lugar do Presidente, ou Governo Imperial, deve dirigir-se ao Director Geral da Provincia.

Art. 3.º Ao Thesoureiro compete:

§ 1.º Receber os dinheiros pertencentes à Aldeia, qualquer que seja a origem d'onde provenha, recolhendo-os em huma caixa, de que o Director da Aldeia terá huma chave; assim como receber todos os objectos, que forem destinados para o serviço, e uso da Aldeia.

§ 2.º Ter a seu cargo a escripturação, e contabilidade; para o que terá os livros proprios fornecidos pela Fazenda Publica.

§ 3.º Ajudar ao Director da Aldeia na sua correspondencia, particularmente na confecção dos Mappas Estatísticos.

§ 4.º Fazer os pagamentos, e entregar os objectos, que estiverem debaixo de sua guarda, segundo as ordens; que receber do Director Geral, e as determinações do Director da Aldeia.

§ 5.º Dar todos os annos huma conta circumstanciada ao Director Geral de todos os dinheiros, e objectos, que houver recebido; dos empregos, que fez; e das ordens, que os autorisárão.

§ 6.º Escrever em todos os actos, que houverem de ser remettidos ás Justiças, e nos termos das demarcações das porções de terras, a que houver de proceder o Director da Aldeia dentro dos limites das terras da Aldeia.

§ 7.º Substituir ao Director da Aldeia em seus impedimentos imprevistos, e de caso repentino; dando parte immediatamente ao Director Geral para prover interinamente.

Art. 4.º Quando o estado da Aldeia não exija hum Thesoureiro, hum Almozarife receberá todos os objectos, que forem destinados para a Aldeia, e os entregará segundo as ordens do Director da mesma, dando annualmente conta ao Director Geral; e o Director da Aldeia receberá os dinheiros, que à mesma pertencerem.

Art. 5.º O Cirurgião tem a seu cargo a botica, e os instrumentos Cirurgicos; e cuidará da enfermaria

com hum Enfermeiro, que será hum dos Pedestres, que proporá ao Director da Aldéa.

Art. 6.º Haverá hum Missionario nas Aldéas novamente creadas, e nas que se acharem estabelecidas em lugares remotos, ou onde conste que andão Indios errantes. Compete-lhe :

§ 1.º Instruir aos Indios nas maximas da Religião Catholica, e ensinar-lhes a Doutrina Christã

§ 2.º Servir de Parocho na Aldéa, e seu Districto, em quanto não se crear Parochia.

§ 3.º Fazer o arrolamento de todos os Indios pertencentes á Aldéa, e seu Districto, com declaração dos que morão nas Aldéas, e fóra dellas; dos baptisados, idades, e profissões; e dos nascimentos, e obitos, e casamentos: para o que lhe serão fornecidos os livros pelo Bispo Diocesano, pela caixa das Obras Pias.

§ 4.º Dar parte ao Bispo Diocesano, por intermedio do Director Geral da Provincia, do estado espirital da Aldéa; representando as necessidades, que encontrar, e apontando as providencias, que lhe parecerem mais proprias para occorrer a ellas.

§ 5.º Representar ao Director Geral, por intermedio da Aldéa, a necessidade, que possa haver de outro Missionario, que o ajude, principalmente se houver nas visinhanças Indios errantes, que seja mister chamar á Religião, e á Sociedade.

§ 6.º Ensinar a lér, escrever, e contar aos meninos, e ainda aos adultos, que sem violencia se dispuzerem a adquirir essa instrucção.

§ 7.º Substituir ao Director da Aldéa, quando esteja impedido o Thesoureiro, e nos casos, em que este o póde substituir.

Art. 7.º A creação de Thesoureiro, Almozarife, e Cirurgiãõ, dependerá do estado, em que se achar a Aldéa; e da sua importancia; e do lugar, em que estiver collocada: sobre o que o Director Geral informará ao Governo Imperial para resolver. O Cirurgiãõ poderá servir de Thesoureiro, se as circumstancias o permitirem. Seus vencimentos, e os dos Missionarios, serão fixados segundo as informações dos Directores Gerais.

Art. 8.º A creação dos Pedestres, e officiaes de

offícios; seu numero, salario, organização, e a natureza dos officios, dependerão das circumstancias locais, segundo as informações dos Directores Geraes.

Art. 9.º As informações, de que trata o Art. antecedente, as do Art. 7.º, e as do Art. 1.º §§ 2.º, 4.º, 8.º, 14.º, 15.º, 16.º, 34.º, 35.º, 36.º e 37.º serão trasmitidas ao Governo Imperial por intermedio do Presidente da Provincia, que as acompanhará com as observações convenientes.

Art. 10.º Nos impedimentos do Director Goral o Presidente da Prôvincia nomeará quem o substitua; e nos impedimentos do Director da Aldêa, que não sejam imprevistos, e de caso repentino, fará a nomeação o Director Geral.

Art. 11.º Em quanto servirem, terão a Gradação Honoraria, o Director Geral de Brigadeiro, o Director da Aldêa de Tenente Coronel, e o Thesoureiro de Capitão; e usarão do uniforme, que se acha estabelecido para o Estado Maior do Exercito.

José Carlos Pereira d'Almeida Torres, Conselheiro d'Estado, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Julho de 1845, vigesimo quarto da Independencia, e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Carlos Pereira d'Almeida Torres.

Anexo 5 - Questionário de avaliação do serviço de catequese e civilização dos indígenas

PROVÍNCIA DE _____

Aldeamento de _____

Freguezia de _____ Município de _____

Qual é a sua posição geographica? _____

Qual é o número total de índios? _____

Quantos do sexo masculino? _____

Quantos do sexo feminino? _____

P	Solteiros _____	quantos homens? _____
		quantas mulheres? _____
O	Casados _____	quantos homens? _____
		quantas mulheres? _____
P	Viúvos _____	quantos homens? _____
		quantas mulheres? _____
U	Maiores de 10 anos _____	quantos homens? _____
		quantas mulheres? _____
L	Menores de 10 anos _____	quantos homens? _____
		quantas mulheres? _____
A	São baptisados _____	quantos homens? _____
		quantas mulheres? _____
Ç	Sabem ler _____	quantos homens? _____
		quantas mulheres? _____
Ã	Sabem escrever _____	quantos homens? _____
		quantas mulheres? _____
O	No último ano houve quantos	nascimentos _____
		sexo masculino? _____
		sexo feminino? _____
		sexo masculino? _____
		sexo feminino? _____
		sexo masculino? _____
	casamentos _____	
		sexo feminino? _____

Qual é a área do aldeamento? _____

Está medido e demarcado? _____

Qual é a área aproveitada? _____

Que número tem fogos tem? _____

Quantos edificios públicos há? _____

Em que consistem as plantações? _____

Qual foi a produção de cada genero no ultimo anno? _____

A produção foi toda consumida? _____

No caso negativo, qual a transação effectuada com o excesso? _____

Além de lavoura applicam-se os índios a outros trabalhos? _____

No caso affirmativo, quaes? _____

Quantos menores frequentam a escola? _____ homens? _____

mulheres? _____

Qual o aproveitamento que apresentam? _____

Quaes são os empregados do aldeamento? _____

NOME	CATEGORIA	VENCIMENTO ANNUAL	DATA DA NOMEAÇÃO

NOTA

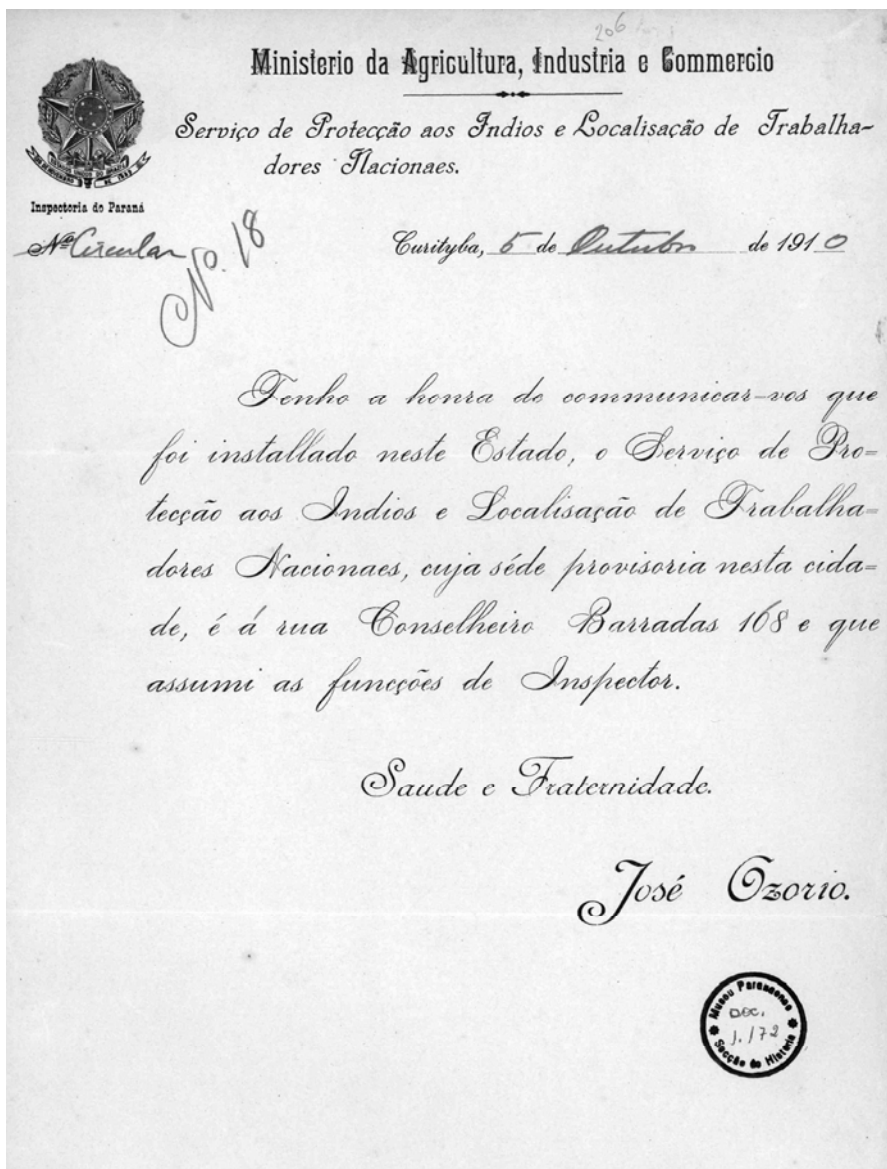
Como observação poderá mencionar qualquer outra circumstancia cujo conhecimento possa interessar

Typographia Nacional. 1875

1880, VOL 003, AP nº 592, PG 277/282

(Questionário respondido pelos diretores de aldeamentos para avaliação de seus trabalhos de catequese e civilização dos indígenas)

Anexo 6 - Documento da instalação da Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais no Paraná



Anexo 7 - Primeira Exposição Antropológica Brasileira realizada no Museu Nacional em 1882

Ex.^{ma} Serr.^a Desembargador Carmelino de Ledeo



Tenho a honra de accusar o recebimento de sua communicação de 22 de Janeiro pp.

Congratulo-me com nosso Estado por ter outra vez em seu seio tão dilecto filho como é V. Ex.^a e com o Museu Paranaense por nel o magnamente dirigindo seus destinos.

Pelo descalabro em que encontrei aquelle, até ora tão prospero estabelecimento, penso que V. Ex.^a e os, infelizmente poucos, que por elle tomam interesse terão de principal - o de novo para esse fim, tendo V. Ex.^a por guia, concorrerei com meu fraco esforço.

Tenho uma colleção de objectos anthropologicos que pude com difficuldade e vagar ir adquirindo, a espera de V. Ex.^a, logo que tenha opportuidade a enviarei: Com este será entregue a V. Ex.^a uma pequena colleção numismatica, que pelo Dr. Antonio Pley, Juiz de Direito desta camara, é offerecida ao Museu.

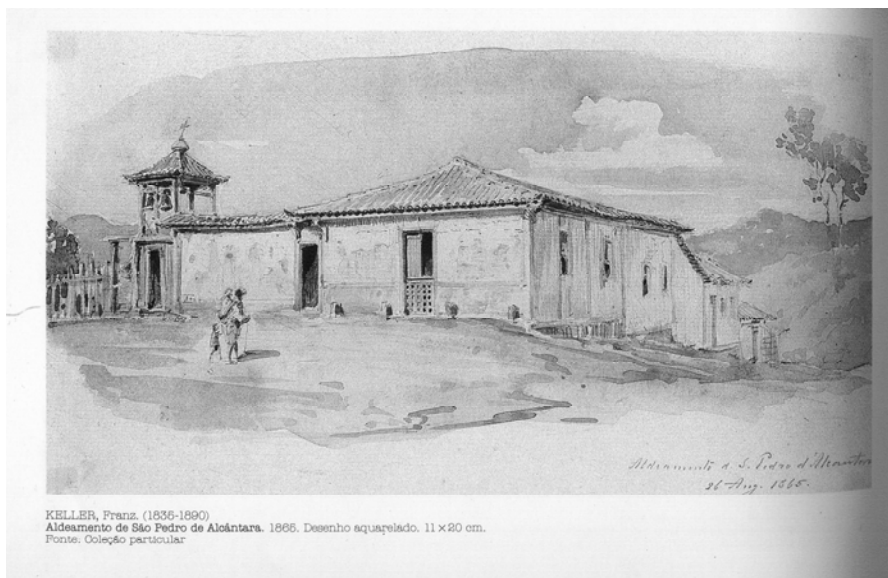
Aproveito a opportuidade para apresentar a V. Ex.^a meus sinceros protestos de consideração e amizade.

Pitanga, 6 de Fevereiro de 1873.

Tilmanes M. Borba.

Vae mais uma colleção, offerecida pelo Alfeu Tobias Jose Borges, composta de 8 moedas diversas.

Anexo 8 - Aldeamento de São Pedro de Alcântara (Franz Keller, 1865)

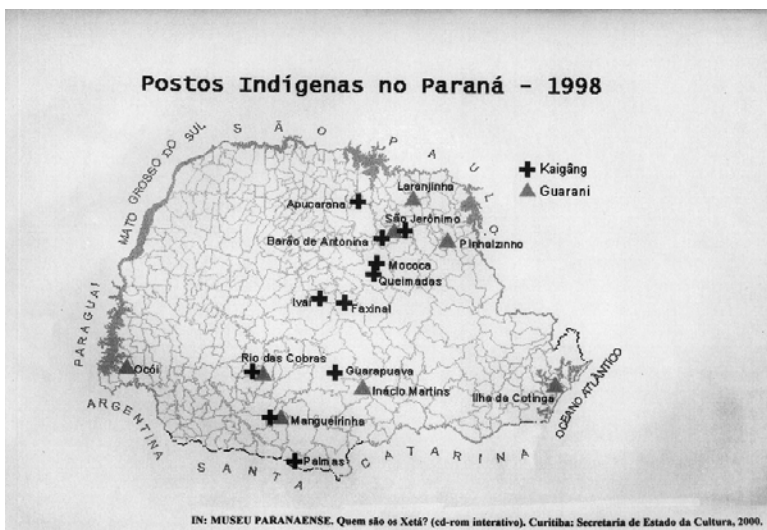


Aldeamento de São Pedro de Alcântara. In: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte. Pintores da Paisagem Paranaense. Curitiba: Gráfica Burti, 1982, p. 174.

Anexo 9 - Mapa da Localização das Terras Indígenas no Paraná



Anexo 10 - Mapa dos Postos Indígenas no Paraná





Livros já publicados da Coleção

O Museu Paranaense e Romário Martins:

A busca de uma identidade para o Paraná, de Cintia Braga Carneiro.

